

Promontório de Sagres – Marca do Património Europeu
Narrativas patrimoniais

Declaração de autoria de trabalho:

Declaro ser a autora deste trabalho que é original e inédito.
Autores e trabalhos a que se faz alusão estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

A autora adota, por norma, a forma de escrita do Acordo Ortográfico.

Promontório de Sagres - Marca do Património Europeu
Narrativas patrimoniais

Copyright em nome de Maria Raquel Patrício Roxo

A Universidade do Algarve terá o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

A autora pretende manter reserva, para si, deste direito, pelo período de dois anos.

Agradecimentos

Não posso deixar de aqui formular os devidos e sinceros agradecimentos aos professores que me orientaram neste trabalho, não só pelas suas preciosas colaborações, mas também pela provocação de um constante questionamento. O meu muito obrigada aos Professores Doutores António Paulo Oliveira e Alexandra Gonçalves.

Um especial agradecimento à Professora Doutora Renata Klautau Malcher de Araújo, que desde o início, me incentivou a seguir este campo de estudo, relacionado com os estudos críticos de património, e me estimulou a seguir sempre o meu próprio caminho, através de um campo de estudo muito desafiante, onde tentei desbravar um trajeto muito pessoal.

Agradeço ainda à Câmara Municipal de Vila do Bispo, a atribuição de bolsa de investigação, e ao Dr. Artur de Jesus, historiador desta autarquia, pela sua disponibilidade.

Agradeço também aos funcionários da Biblioteca Municipal de Lagos pela disponibilidade e apoio prestado.

Não posso deixar ainda de agradecer a Johanna Turunen, uma primeira conversa, tida junto à bateria próxima do baluarte de Santa Bárbara (poente), na praça de armas da Fortaleza de Sagres, que proporcionou um verdadeiro momento de reflexão sobre este projeto. Talvez tenha sido nesse momento, mais informal, que o interesse pelo tema tenha nascido, ainda que de forma inconsciente.

Aos familiares, amigos e colegas que me deram apoio e incentivo a prosseguir, quando as forças pareciam quebrar.

Ao João Paulo, sem ele não teria tido ânimo para continuar.

A Todos, o meu Muito Obrigada.

Julho de 2021

Aos meus pais, Ana e Rui.
Ao Miguel e ao Mateus.

PROMONTÓRIO

venho ao promontório encontrar-me
com os espíritos
e nenhum navegador fala comigo,
nenhum astrónomo,
nenhum cartógrafo,
nenhum atlante.
exatamente no centro da rosa-dos-ventos
encontro apenas a alma luminescente
da rapariguinha fenícia que se perdeu
para sempre no obscuro brilho desta noite silente.

Amadeu Baptista¹

¹ Torgal, A. P., Ferreira M.T. (Org.) (2005). *Algarve Todo o Mar – Coletânea*, Publicações Dom Quixote. Lisboa. p. 131

Resumo

O Promontório de Sagres foi distinguido com a Marca do Património Europeu, em 2015, não apenas por constituir um “local da maior importância para a Era das Descobertas, período que marcou a história da expansão da cultura, das ciências, da exploração e do comércio europeus”, como também pela riqueza da paisagem cultural que lhe está associada.

Neste estudo procura-se, por um lado, explorar e problematizar as várias narrativas associadas ao projeto MPE - Marca do Património Europeu - e, por outro lado, refletir sobre os desafios e potencialidades, que o Promontório de Sagres, enquanto MPE detém, enquanto nova narrativa patrimonial.

Sustentada nos estudos pós – coloniais e estudos críticos de património, e em três grandes áreas temáticas, fundamentais neste contexto - Património, Eurocentrismo e Colonialidade - a investigação explora as práticas discursivas associadas aos “descobrimientos” e ao Promontório de Sagres, desde o final do século XIX, até à atualidade, debruçando-se em dois fenómenos, o fenómeno comemorativo e o associado ao debate em torno dos concursos públicos para a construção de um monumento de homenagem ao Infante Dom Henrique, que decorreram no século XX.

Vimos como o Promontório de Sagres foi sujeito a um processo de “solidificação patrimonial”, de forma muito intensa durante todo o século XX, com a permanente e repetitiva reciclagem de práticas discursivas, que funcionam em *looping*, integrando por vezes novos elementos, mas mantendo na essência a mesma narrativa.

Esta exploração científica é caracterizada por uma abordagem que pretende cunhar uma perspectiva inovadora e crítica e que vem também reforçar a pertinência da aplicação de uma nova hermenêutica – as epistemologias do sul - no processo de construção patrimonial.

Palavras chave: Promontório de Sagres, Marca do Património Europeu, narrativas patrimoniais, eurocentrismo, colonialidade, epistemologias do Sul.

Abstract

The Sagres Promontory was awarded the European Heritage Label in 2015, not only for being a "key location of the Age of Discoveries that marked the expansion of European culture, science, exploration and commerce", but also for the richness of the cultural landscape that is associated with it.

This study seeks, on the one hand, to explore and problematize the various narratives associated with the European Heritage Label project and, on the other hand, to reflect upon the challenges and potentialities which the Sagres Promontory, as a European Heritage Label, holds, as a new heritage narrative.

Based on post-colonial and critical heritage studies, and on three major thematic areas that are fundamental in this context - Heritage, Eurocentrism and Coloniality - the research explores the discursive practices associated with the "discoveries" and the Sagres Promontory, from the end of the nineteenth century until the present day, and focusing on two phenomena: the commemorative phenomenon and that associated with the debate around the public tenders for the construction of a monument to honour Infante D. Henrique (Prince Henry the Navigator), which took place in the 20th century.

We have seen how the Sagres Promontory was exposed to a process of "patrimonial solidification", in a very intense way throughout the 20th century, with the permanent and repetitive recycling of discursive practices, which operate in a looping manner, sometimes integrating new elements, but in essence maintaining the same narrative.

This scientific exploration is characterised by an approach that intends to coin an innovative and critical perspective and that also reinforces the pertinence of the application of a new hermeneutics - the epistemologies of the south - in the process of heritage construction.

Key Words:

Sagres Promontory, European Heritage Label, heritage narratives, eurocentrism, coloniality, epistemologies of the South.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHD – Authorized Heritage Discourse

CCB – Centro Cultural de Belém

CNCDP – Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses

DGEMN – Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

DiVaM- Dinamização e Valorização dos Monumentos

DPA – Discurso Patrimonial autorizado

DRCAlg – Direção Regional de Cultura do Algarve

EHL – European Heritage Label

GEPAC – Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais

GM - Guerra Mundial

ICOMOS – International Council of Monuments and Sites

IHD- Inclusive Heritage Discourse

IPPAR – Instituto Português do Património Arquitetónico

IPPC – Instituto Português do Património Cultural

MPE – Marca do Património Europeu

ONU – Organização das Nações Unidas

PRVPS – Projeto de Requalificação e Valorização do Promontório de Sagres

SPN – Secretariado de Propaganda Nacional

UE – União Europeia

UNESCO – United Nations Education Science Organization

Índice geral:

Índice de Imagens	10
Introdução	11
Questões metodológicas:	16
PARTE I - Património, Eurocentrismo e Colonialidade	23
Capítulo I - Património: noções e perspetivas	23
1.1 Evolução do conceito de Património	23
1.2 Património como Fenómeno Global	25
1.3 Património Dissonante & Discurso Patrimonial Autorizado	28
1.4 Cartas e convenções internacionais & o “Discurso Patrimonial Autorizado” <i>versus</i> a “Convenção de Faro” & o “Discurso Patrimonial Inclusivo”	30
1.5 <i>Heritagescapes</i> - Paisagens culturais e paisagens patrimoniais	32
Capítulo II - O Eurocentrismo	36
2. 1 O Pensamento Global	40
2.2 Epistemologias do Sul & a Ecologia dos saberes	41
Capítulo III - Modernidade, Património e Colonialidade	43
PARTE II – As Narrativas dos “Descobrimentos”	48
Capítulo I - Narrativas míticas e épicas	48
Capítulo II- O Luso-tropicalismo.....	52
Capítulo III-O loop pós colonial.....	54
Capítulo IV - As narrativas dos “Descobrimentos” na Passagem do Milénio até aos dias de hoje.....	59
PARTE III – O Promontório de Sagres: nos finais do século XIX ao século XX	64
Capítulo I - O “Comemoracionismo”	64
1.1 Comemorações dos 500 anos do nascimento do Infante Dom Henrique (1894).....	65
1.2 Ciclo Henriquino de 1940 - (Duplo Centenário)	69
1.3 As Comemorações Henriquinas de 1960.....	72
1.4 Reflexões sobre as práticas comemorativas.....	77
1.5 Vozes dissonantes:	79
Capítulo II - Os concursos para a criação de um Monumento de homenagem ao Infante Dom Henrique, em Sagres	82
2.1 A “Política do espírito” de António Ferro	84
2.2 O 1º Concurso: 1933 -1936 & Representação 35	85
2.3 O 2º concurso: 1936-1938	88
2.4 O 3º Concurso: 1954- 1957.....	90
2.5 O 4º concurso – 1988	92
PARTE IV – Promontório de Sagres - Marca do Património Europeu	100
Capítulo I - O que é a Marca do Património Europeu?.....	100
Capítulo II - Promontório de Sagres e a Marca do Património Europeu	104
Capítulo III - Reflexões em torno da Marca do Património Europeu.....	108
3.1 Constrangimentos associados ao projeto Marca do Património Europeu.....	109
3.2 Marca do Património Europeu como <i>Timelline</i> da História Europeia.....	112
3.3 Marca do Património Europeu - Caminho de liberdade, democracia e paz <i>versus</i> “uma Europa renascida das cinzas”?	114
3.4 A Marca do Património Europeu e as Fronteiras.....	117
3.5 Marca do Património Europeu & os Significados e Valores europeus.....	119
3.6 A Marca do Património Europeu & os Direitos Humanos	123
3.7 Potencialidades da Marca do Património Europeu	125
3.8 Reflexões finais sobre a Marca do Património Europeu	131
REFLEXÕES FINAIS:	134
Promontório de Sagres: Reflexões sobre as narrativas associadas à MPE	134
Bibliografia.....	150
ANEXO – Tabela Síntese dos sítios MPE	160

Índice de Imagens

Imagem 1- Vista aérea do Promontório de Sagres.	15
Imagem 2 - Programa das cerimónias comemorativas do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique em Lagos e Sagres, no Algarve.....	72
Imagem 3 – Projeto "Dilatando a Fé e o Império", dos arquitetos irmãos Carlos e Guilherme Rebelo de Andrade e do escultor Rui Gameiro, 1º lugar no Concurso para Monumento ao Infante D. Henrique em Sagres, que não se chegou a construir.....	86
Imagem 4 – Projeto vencedor do 2º concurso (1936) do Arqt. Carlos Ramos e escultor Leopoldo de Almeida. Maqueta executada por SCHEMA em 1996.....	88
Imagem 5 e 6 – Projeto Mar Novo – Fotomontagem de Teófilo Braga e Estudo para o tecto da cripta, de Júlio Resende.....	91
Imagem 7 – Maqueta do projeto de valorização da Fortaleza de Sagres, do Arquiteto João Carreira (1989), que evidencia o corredor designado “Rota dos Descobrimentos” que nunca chegou a ser erguido.....	94
Imagens 8 e 9 – “O Muro de Sagres”, artigo de Alexandre Pomar, dá conta da acesa polémica em torno do último concurso, que teve como vencedor o projeto de João Carreira. (Expresso, 8 de setembro de 1980)	97 e 98
Imagem 10 – Logotipo Marca do Património Europeu.....	100
Imagem 11 - Vista aérea da Praça de armas da Fortaleza de Sagres.....	107
Imagem 12 – Praça do Infante D. Henrique. Estátua do Infante, de Leopoldo de Almeida em 1º plano e o Edifício da antiga Vedoria ou Alfândega de Lagos, à direita, conhecido como “Mercado dos Escravos”	140
Imagens 13 e 14 - Esqueletos do Vale da Gafaria. Na imagem da esquerda são visíveis as mãos imobilizadas atrás das costas. Na imagem da direita é visível o depósito por lançamento, contrário às práticas religiosas da época.....	140

Introdução

Finisterra de uma riqueza cultural extraordinária, desde sempre associada ao mar, o *Promunturium Sacrum* era considerado o fim do mundo e um lugar sagrado, onde se acreditava na presença de deuses que aí viriam pernoitar. Foi neste território que Éforo, Artemidoro, Estrabão e Avieno assinalaram santuários dedicados a Hércules ou Melcarte e Saturno. São inúmeros os vestígios de menires, que conferem a este lugar uma especial relevância no contexto do megalitismo ibérico, até mesmo europeu, e de certa forma, atestam a dimensão de sacralidade deste território, já desde o período neolítico.

Este é ainda um território povoado de lendas associadas a São Vicente e aos corvos. Estes pássaros negros que, de acordo com a lenda, se encontravam de vigília às relíquias do santo e que hoje fazem parte da bandeira da cidade de Lisboa, apresentam uma simbologia particular. Relacionam-se com a identidade obscura, podendo ser vistos como mau presságio, mas também como um símbolo de sabedoria, astúcia, proteção e regeneração.

Integrado no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, este é um território que abarca ainda um património natural de grande relevância, lugar privilegiado, não apenas para a observação de aves migratórias², como também pela existência de uma flora singular, com uma biodiversidade de extraordinária importância, e com a presença de alguns raros endemismos³.

Em Sagres, a natureza, o sagrado e a ação do homem relacionam-se de forma muito particular, dando origem a um conhecimento associado ao mar, mas também a um conjunto de símbolos e mitos. O promontório apresenta uma paisagem marítima de enorme beleza e forte carga telúrica, o que tem tornado a ação do homem sempre

² A iniciativa *Bird Watching Festival* - Festival de Observação das Aves - que ocorre desde já a alguns anos, tem promovido a relevância desta finisterra do ponto de vista ambiental.

³ Como é o caso do Tojo de Sagres (*Ulex Erinaceus*), a *Diploaxis siifolia* subsp. *Vicentina*, ou a *Silene rothmaleri* (aparentemente extinta até 1991) In Simões A.L, Cabrita A. C (2014). 200 Plantas do SW Alentejano & Costa Vicentina. Gesto - Grupo de Estudos do Território de Odemira. p. 4.

Algumas espécies apresentam no respetivo nome a designação geográfica, como por exemplo a *Astragalus tragacantha vicentinus* ou Alquitira do Algarve, a *Biscutella Vicentina* e a *Hyacinthoides vicentina*.

In Santos, J.A Santos, M.C (2009), Rotas do Sul: Sagres e o mar – mitos e realidades In *Dos Algarves. Revista da Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo. Universidade do Algarve*. n.º 18 Março /Abril, p. 38.

sensível, muitas vezes polémica e contestada; e onde qualquer tipo de intervenção é sempre vista com especial acuidade, pela sua enorme sensibilidade patrimonial⁴.

O Promontório de Sagres constitui um estudo de caso extremamente complexo. As reflexões em torno desta complexidade patrimonial podem levar-nos por múltiplas perspetivas de análise⁵, e por várias linhas de pensamento, tal é a riqueza e o potencial de exploração na abordagem de um espaço patrimonial, que apresenta inúmeras singularidades e idiosincrasias.

Muitas são as áreas de estudo que podem ser promovidas, como a exploração das problemáticas da relação do monumento com a comunidade, ao longo das últimas décadas, ou com a indústria do turismo, ou abordando ainda questões mais polémicas, como o impacto, que o novo modelo de gestão iniciado em 1997⁶, aliado às transformações do edificado, causou na fruição deste espaço, por parte da comunidade. Para além da sua relevância e pertinência histórica, estratégica e inegável valor simbólico, há ainda que reconhecer que o misticismo associado a este lugar detém um peso considerável, que se evidencia através da sua beleza paisagística, associada a uma dimensão mitológica e sagrado - religiosa. Tudo isto reforça o valor do Promontório de Sagres, como um dos mais interessantes, complexos, enigmáticos lugares patrimoniais.

O Promontório de Sagres foi distinguido com a Marca do Património Europeu, em 2015, não apenas pelo seu lugar único na história da expansão, da cultura, da ciência, da exploração e do comércio europeus, mas também pela riqueza da paisagem cultural que lhe está associada. Esta distinção decorreu na sequência de uma candidatura apresentada

⁴ São disso exemplo, os vários concursos públicos do século XX, para a apresentação de projetos para a construção de um monumento, em homenagem ao Infante D. Henrique, no Promontório de Sagres. Muito foi o debate, a polémica e a contestação, mas nenhuma obra nova chegou a ser implementada, por razões de vária ordem, assunto de que se tratará mais à frente.

⁵ Podíamos debruçar-nos sobre a sua riqueza do ponto de vista histórico, sobre as políticas de gestão patrimonial a que tem sido sujeito, sobre a sua relação com o território, com a paisagem natural associada, com as questões de desenvolvimento sustentável, de conservação, ou a abordagens sobre as várias tipologias de património que integra – natural, cultural, imaterial, físico, histórico, militar, arquitetónico, geológico, subaquático, etc.

⁶ Em junho de 1997, a Fortaleza de Sagres abriu ao público com uma nova forma de gestão, a cargo do IPPAR - Instituto Português do Património Arquitetónico. O monumento passou a estar munido de novas valências, como um centro de exposições e sala multimédia, uma loja e um restaurante. As entradas passaram a ser cobradas (livre para os residentes do Concelho de Vila do Bispo), não sendo permitida a entrada de viaturas no recinto. No entanto, foi muita a contestação, não só em torno desta nova forma de gestão (com controle de entradas), mas também associada às recentes obras que modernizaram o edificado existente, particularmente o novo centro expositivo, que passou a ser designado, por muitos, como “o armazém do bacalhau”, numa designação de caráter pejorativo. Até então, a Fortaleza de Sagres era um lugar de passeios “domingueiros”, de piqueniques, de idas ao “cinema da fortaleza” e o pesqueiro favorito dos homens do mar, que vinham aqui pescar, provenientes de várias zonas do Algarve. A comunidade sentia que o monumento lhes tinha sido “retirado”, sendo os pescadores também dos mais contestatários, pois o livre acesso que tinham aos melhores pesqueiros da região, a qualquer hora da noite, deixou de existir.

pela DRCAlg - Direção Regional de Cultura do Algarve⁷. A Marca do Património Europeu (MPE) constituiu uma iniciativa da Comissão Europeia, que tem como principal objetivo promover um sentimento de pertença à União Europeia, por parte de todos os cidadãos europeus. A MPE distingue bens patrimoniais - sítios, documentos, monumentos e paisagens culturais, etc. - que simbolizam a integração europeia, a história e a cultura europeias e os seus valores comuns.

Neste estudo em particular, procurarei explorar as narrativas patrimoniais associadas a este monumento, desde o final do século XIX, com as comemorações do nascimento do Infante Dom Henrique (na cidade do Porto, em 1894) até à atualidade, assim como também, com as narrativas vinculadas a este novo projeto - a Marca do Património Europeu.

No âmbito desta dissertação estabeleceram-se as seguintes perguntas de partida, que me orientaram na condução do estudo:

1. Que narrativas patrimoniais podemos observar ao longo do tempo, associadas a este território, particularmente no século XX?
2. Que práticas discursivas mudaram com a passagem do milénio?
3. O que muda nas práticas discursivas do Promontório de Sagres com a atribuição da Marca do Património Europeu?
4. Que diferenças existem entre as narrativas promovidas no século XX e as que o projeto MPE promove?
5. E ainda, se entendermos o Património não só como um recurso, mas também como um projeto de cidadania, que papel caberá ao Promontório de Sagres neste processo?

Assim, organizei este trabalho em cinco partes distintas, através das quais se tenta orientar o leitor, por um substrato conceptual, que considere fundamental, para fortalecer o enquadramento teórico das minhas considerações relativas ao objeto de estudo em questão. Numa 1^a parte, abordo questões teóricas que considero basilares

⁷A Direção Regional de Cultura do Algarve, entidade que tutela este monumento desde 2007, tem a missão de “proporcionar aos seus visitantes uma experiência única, numa perspetiva de contemplação do Monumento em todas as suas vertentes, enquadrada pedagogicamente pela História que está associada à Fortaleza de Sagres. Para o cumprimento da sua missão, o Promontório de Sagres, irá por um lado, cumprir a sua função de serviço público e assegurar a realização de atividades e iniciativas que privilegiam os aspetos culturais, sociais, educativos e pedagógicos e, por outro lado, assegurar uma gestão concentrada no desenvolvimento de ações promocionais e operacionais tendo em vista a sua sustentabilidade”, tal como se pode ler no website do Promontório de sagres. <http://promontoriodesagres.pt/sobre-o-promontorio/visao-missao-objetivos/>

para o trabalho, a partir das quais desenvolvo as minhas reflexões. Ou seja, examino três dimensões, ou três grandes áreas temáticas, fundamentais para o que aqui interessa explorar: Património, Eurocentrismo e Colonialidade. Esta parte do trabalho é fundamental, pois é através dela que se percebe a perspetiva que pretendo imprimir. Nesta fase procurarei estudar a evolução do conceito de património, dando destaque a algumas características e problemáticas patrimoniais, como a de património como fenómeno global, a sua dissonância intrínseca, a questão do “discurso patrimonial autorizado” e “discurso patrimonial inclusivo”, e ainda a problemática da dimensão de património, conceito que se tem expandido e assume uma abrangência cada vez mais ampla, através da paisagem cultural e paisagem patrimonial. Para além do conceito de Património, explorarei as dimensões do Eurocentrismo *versus* “Pensamento Global”, as “Epistemologias do Sul e ainda o conceito da “colonialidade”, que constitui uma ideia chave para a tónica que se pretende incutir nesta dissertação.

A 2ª parte do trabalho é dedicada às narrativas associadas aos “descobrimentos”. Quando se fala na Fortaleza de Sagres, as imagens que surgem na nossa mente, *grosso modo*, logo nos remetem para este período da História de Portugal. Em primeiro lugar, abordo brevemente as narrativas míticas e historiográficas, que muitas vezes se confundem, não sendo sempre claro onde começam umas e terminam outras; de seguida exploro a temática do luso tropicalismo, teoria cultural que foi responsável pela permanência de algumas ideias incutidas no senso comum da maioria dos portugueses, mesmo no século XXI; integrando ainda o interessante conceito de *loop pós-colonial*. Por último, analiso brevemente quais as práticas discursivas que sobressaem, na passagem do milénio, com a criação da CNCDP - Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses - e com a Expo 98.



Imagem 1 – Vista aérea do Promontório de Sagres. Créditos fotográficos: DRCALg

A aproximação ao objeto de estudo em questão, o Promontório de Sagres, faz-se a partir da 3ª parte do trabalho, em que se exploram alguns dos acontecimentos mais importantes relacionados com Sagres, no século XX, de forma a podermos perspetivar como este lugar foi encarado no contexto cultural, político e ideológico de cada momento e da história apologética relacionada com o período expansionista português, associado à figura mítica do Infante Dom Henrique.

Optei por seleccionar apenas duas tipologias de acontecimentos, que expressam as suas práticas discursivas. Em primeiro lugar, o fenómeno comemorativo, através de 3 momentos: o 1º, em 1894, que evoca o nascimento do Infante Dom Henrique, o 2º, a comemoração, em 1940, que consistiu no Ciclo Henriquino do Duplo Centenário e, por último, as Comemorações Henriquinas, em 1960, que assinalavam os 500 anos da sua morte. Analisei ainda os vários concursos públicos para a construção de um monumento em homenagem ao Infante Dom Henrique, três deles durante o Estado Novo (1933-36, 1936-38, 1954-57) e o último concurso, já em período democrático, em 1988.

Na 4ª parte desta dissertação apresenta-se o projeto Marca do Património Europeu: em que consiste, quais os seus objetivos, e qual a argumentação para a atribuição desta marca ao Promontório de Sagres. Apresento algumas reflexões sobre o que pode significar esta marca. Através de um diálogo entre as noções de património e fronteira, exploro quais os perigos, mas também quais as reais potencialidades que a marca pode deter, se a observarmos no contexto dos “Estudos Críticos de Património”.

A última parte é dedicada às reflexões finais e aborda as narrativas da Marca do Património Europeu associadas a este lugar (construídas ou ainda em construção), os caminhos possíveis; e ainda algumas estratégias para a construção de novas narrativas patrimoniais, mais inclusivas, apontando os riscos existentes associados a este projeto (MPE). Esta reflexão sustenta-se em torno dos vários conceitos, questões e problemáticas apresentadas ao longo do estudo, que serão colocadas em diálogo com o monumento e a paisagem cultural e patrimonial associada ao Promontório de Sagres.

Questões metodológicas:

Considerando a natureza do objeto de investigação, que como referido anteriormente se caracteriza por uma singularidade e complexidade, o enfoque foi dado à metodologia de paradigma ou carácter qualitativo. Utilizou-se, essencialmente, três métodos: o estudo de caso, caracterizado por não seguir uma linha rígida de investigação e ainda por possibilitar uma maior profundidade na mesma, que a par com o método interpretativo (hermenêutico), através da análise documental (discurso/narrativa), foram os procedimentos qualitativos mais utilizados para a recolha de informação; mas também, se bem que, de uma forma mais secundária, a técnica da investigação – ação, pois, como se explicará adiante, o próprio investigador integra o próprio contexto ou fenómeno em estudo, existindo neste caso o envolvimento do próprio pesquisador no projeto Marca do Património Europeu.

Essencialmente, trata-se de um estudo de caso, em forma de reflexão, de um espaço patrimonial extremamente rico e complexo, e que apresenta características singulares – o Promontório de Sagres - monumento e paisagem cultural associada, que o levaram a ser distinguido com a Marca do Património Europeu. Procurou-se uma reflexão pluriperspetivada, onde o pensamento não segue uma linha reta, mas antes uma “rota

em espiral concêntrica”. Partindo de um certo distanciamento e abrangência inicial, apresenta-se um caminho que nos vai aproximando, em “voos circulares”, que integra várias dimensões de conhecimento (Património, Eurocentrismo, Colonialidade) numa trajetória cada vez mais próxima do lugar de destino. O Promontório de Sagres vai progressivamente emergindo ao longo do trabalho, de forma cada vez mais próxima, sobretudo a partir da terceira parte. Podemos metaforicamente sugerir a “rosa dos ventos”, esse elemento enigmático, que ainda se encontra por solucionar, como um possível “heliporto simbólico”.

A natureza do objeto da investigação já foi aqui sumariamente apresentada na introdução, e remete essencialmente para as narrativas patrimoniais associadas ao Promontório de Sagres. Percebemos que este será um estudo complexo, pois intrincadas são as várias dimensões patrimoniais associadas ao Promontório de Sagres, e complicado, ainda, pelo facto de este ser um dos sítios patrimoniais em Portugal, que constitui um “Lugar feito Mito” e um “Lugar feito Símbolo”, que assume uma posição cimeira na Identidade e na História de Portugal. Por isso mesmo, é também um objeto patrimonial extremamente sensível de abordar.

A relação entre o investigador e o objeto de estudo:

A relação entre o investigador e o objeto de estudo constitui, nesta dissertação, uma dimensão particularmente relevante, que importa destacar. Por isso, optei por uma referência conjunta sobre a minha relação com o objeto de estudo e a escolha do tema, porque julgo que estas questões se cruzam. A eleição do tema advém da minha proximidade com este lugar. Importa referir que trabalho na Fortaleza de Sagres há cerca de 24 anos, tendo integrado a equipa que abriu o monumento, sob a nova gestão do IPPAR, em 1997. Neste âmbito, realizei a minha atividade profissional em várias áreas distintas, desde acompanhamento direto com o público, a atividades de gestão corrente e comercial. Na área educativa, coordenei o Programa de Mobilidade de Educadores para a Rede de Museus do Algarve (através da F. C. Gulbenkian) e, atualmente, tenho a responsabilidade de coordenação do DiVaM - Dinamização e Valorização dos Monumentos - programa cultural criado em 2014, pela DRCAlg, que tem como principal objetivo aproximar as comunidades locais do património que lhe está mais próximo, através de um conjunto de atividades culturais de várias áreas temáticas e artísticas. Este programa decorre em vários monumentos da região algarvia,

afetos à DRCAIlg, incluindo o Promontório de Sagres, que detém uma programação mais intensa. Recentemente foram introduzidas nas dinâmicas de funcionamento do DiVaM, os princípios basilares associados à “Convenção de Faro”, no processo de criação artística, o que revela a consciência da importância da participação ativa das comunidades no processo de patrimonialização e na possibilidade de construção de novas narrativas patrimoniais, a partir de um outro conhecimento. Esta experiência teve um peso considerável na escolha da temática e na perspectiva a adotar para este estudo.

Mais recentemente, desde 2018, tenho acompanhado mais de perto o projeto Marca do Património Europeu, o que me levou a interessar por esta iniciativa e pela questão das narrativas patrimoniais, tendo estado diretamente envolvida nas reuniões associadas ao EHL@Network, um grupo de trabalho (em que estão envolvidos 19 representantes dos sítios MPE), que apoia o projeto na criação de estratégias e no encontro de sinergias para a melhor promoção e comunicação da Marca.

Deve ser mencionada a minha ligação institucional ao objeto de estudo, através da DRCAIlg, o que poderia constituir uma dificuldade em alcançar uma perspectiva crítica. Contudo, é importante referir que se tentou sempre, dentro do possível, deter uma abordagem que é também pessoal, e o mais distante possível do “discurso patrimonial autorizado”, de forma a tentar construir uma nova perspectiva e contribuir para a criação de novas reflexões e de novas narrativas associadas ao Promontório de Sagres.

Este é um lugar que conheço bem, por isso muitas das minhas abordagens e decisões na escolha do caminho a seguir são, em parte, consequência de uma observação empírica, ou seja, da minha própria experiência pessoal. Outro fator que pesou bastante na escolha do tema e na perspectiva adotada está relacionado com a minha formação de base, na área das ciências sociais, nomeadamente a Sociologia. Além disso, cedo percebi que me interessaria cruzar o objeto de estudo com os princípios da *Convenção de Faro* e ainda perspectivando o património como substrato fértil para se poder projetar as preocupações sociais da atualidade, encarando-o como um processo de construção social.

O objetivo da investigação

O objetivo final desta dissertação é por um lado, explorar e problematizar as várias narrativas associadas ao projeto Marca do Património Europeu e, por outro lado, refletir

sobre os desafios e potencialidades, que o Promontório de Sagres, como Marca do Património Europeu, detém, enquanto nova narrativa patrimonial.

Objetivos específicos:

- Contribuir para a compreensão das narrativas patrimoniais associadas a este território;
- Contribuir para a compreensão da instrumentalização e apropriação ideológica deste lugar ao longo do tempo;
- Contribuir para a criação de novas narrativas associadas ao Promontório de Sagres, incorporando novos olhares e perspetivas diversas, integrando uma abordagem multidisciplinar, polifónica, utilizando os princípios associados à “Convenção de Faro” e a “ecologia dos saberes”, quebrando a fronteira do “discurso patrimonial autorizado”.

Fases da Investigação:

O presente estudo foi desenvolvido com recurso à realização de várias etapas de investigação, que foram sendo definidas a partir das formulações iniciais, que decorrem da escolha do tema e do objetivo de estudo e da seleção dos assuntos e temáticas que se consideraram mais relevantes de explorar no decorrer do processo de investigação. Podemos considerar a existência de três fases de investigação: uma primeira fase de investigação, onde se efetuou a pesquisa bibliográfica, para a recolha de informação, sobre as várias temáticas analisadas. A procura de documentação relacionada com o enquadramento teórico conceptual, que aqui me interessou abordar – Património, Eurocentrismo e Colonialidade, foi de especial relevância, assim como a investigação de várias fontes relacionadas com o lugar e com o projeto da Marca do Património Europeu, e com as narrativas associadas aos descobrimentos portugueses, no século XX. Fez-se essencialmente através de fontes secundárias associadas ao próprio objeto de estudo e de vários artigos científicos internacionais, disponíveis online, que apresentam abordagens diversificadas; uns mais críticos ao projeto, reforçando o seu carácter eurocêntrico, outros que exploram as potencialidades de um projeto recente, que ainda está em construção.

Numa segunda fase de investigação procurou-se efetuar a análise interpretativa de alguns dos discursos presentes nas várias narrativas associadas aos descobrimentos portugueses e na sua relação com o objeto de estudo. Por último, a fase final onde se tenta colocar em diálogo, questionar, e problematizar as várias reflexões efetuadas ao

longo do trabalho, a partir dessas hermenêuticas, e onde se apresentam algumas perspectivas, perigos e potencialidades associadas ao projeto MPE - Promontório de Sagres, sugerindo ainda alguns caminhos a seguir.

Áreas de estudo, teorias e conceitos abordados:

Tratando-se de uma investigação de natureza qualitativa, sobretudo sustentada pela análise de discursos, optou-se por uma abordagem multidisciplinar e crítica. Assim, fui-me auxiliando de várias disciplinas, que se foram colocando em diálogo: não apenas os estudos patrimoniais, como também a sociologia, a filosofia, ou a ciência política. A minha abordagem vai ser influenciada, essencialmente, por duas áreas de estudo, em particular, os estudos pós-coloniais e os estudos críticos de património (*critical heritage studies*). Esta última área de estudo é ainda relativamente recente e pouco explorada nos meios académicos, em Portugal. Os estudos críticos de património encaram o património como um processo ou uma prática, vendo-o mais como ação (verbo), do que coisa (substantivo). Desta forma, os estudos críticos de património privilegiam as relações entre as pessoas e observam o património como um recurso político, que reflete as lutas de poder existentes nos processos de negociação entre os diferentes significados e valores patrimoniais veiculados por parte de vários intervenientes.

Torna-se extremamente interessante e pertinente observar como ambos - estudos pós coloniais e estudos críticos de património – se cruzam, pois procuram enquadrar o património como um fenómeno contemporâneo, social, cultural e económico; e além disso, ambos constituem modelos de análise muito enriquecedores para o objeto de estudo deste trabalho, pois os dois observam o património como algo que tem muito mais que ver com as nossas relações com o presente e o futuro, do que com o passado.

Explorarei ainda teorias sociais mais recentes, como as de Boaventura de Sousa Santos - as “epistemologias do Sul” e a “ecologia dos saberes” - e também a integração de conceitos, como o de património dissonante e dissonância patrimonial, discurso patrimonial autorizado (AHD - *Authorized Heritage Discourse*) e o discurso patrimonial inclusivo (IHD- *Inclusive Heritage Discourse*).

O caminho percorrido obriga a pensar sobre várias questões e temáticas, que se articulam entre si. A algumas destas questões irei dedicar maior atenção e incutir maior

profundidade. No entanto, este não pretende ser um estudo aprofundado, nem minucioso, sobre as narrativas patrimoniais existentes ou passadas, associadas a este monumento e/ou território, tarefa que se considera ser demasiado árdua. Assume-se que o trilha que se convida a percorrer evidencia alguns marcos, eventos, episódios e discursos propositadamente selecionados, numa *timeline* que se inicia nos finais do século XIX, nomeadamente com a comemoração de 1894, ano que celebra o V centenário do nascimento do Infante Dom Henrique e que vai até ao início do século XXI, com a recente atribuição da Marca do Património Europeu. Por outro lado, há que ter em consideração que a narrativa associada a este recente projeto não pode ser analisada na sua totalidade, pois é algo que ainda está a ser construído.

Assim, parte-se de um primeiro enquadramento teórico sobre alguns conceitos chave para este estudo, como o de património, explorando a sua hermenêutica a partir dos trabalhos de investigadores como Françoise Choay, Laurajane Smith, e Rodney Harrison, sustentando a reflexão, como se disse antes, nos *critical heritage studies* (estudos críticos de património) e estudos pós-coloniais. Ruma-se a algumas interconetividades, entre os conceitos de património, modernidade e eurocentrismo, ou ainda com as aceções de paisagem cultural e *heritagescapes* (paisagens patrimoniais), entre outras.

A partir do substrato conceptual apresentado nas duas primeiras partes do trabalho e tendo como termo de comparação as duas tipologias de acontecimentos, apresentadas na terceira parte, irá enveredar-se, por uma perspetiva crítica das narrativas do Promontório de Sagres que o projeto MPE promove, abrindo caminho ainda a novas possibilidades de criação patrimonial.

Para além disso, um dos métodos utilizados, que permite uma melhor exploração das várias dimensões e problemáticas associadas ao projeto MPE e que se considerou ser fundamental, foi a criação de um instrumento de análise que permitisse sintetizar alguns dos dados. A tabela (Anexo) que se designou de *Tabela Síntese - Sítios Marca do Património Europeu* foi concebida com recurso a várias fontes⁸ e permite uma melhor

⁸ A tabela foi efetuada com base nos quadros finais do *Final Report – Evaluation of the EHL Action* (Relatório Final de Avaliação da Ação MPE, datado de janeiro 2019), com recurso ao *Report of the European Panel to the European Commission – 2019 Selection*

exploração das várias dimensões que caracterizam o projeto, possibilita ainda perspetivar de uma forma mais abrangente e também mais detalhada a grande diversidade tipológica, cronológica e geográfica que o projeto apresenta. Para além disso, torna-se mais fácil de aferir alguns dos significados e dos valores, que o projeto promove, dentro do discurso patrimonial autorizado.

Limitações e dificuldades no estudo:

Importa ainda referir alguns dos constrangimentos e limitações do estudo. Por um lado, considerou-se ser impraticável, ou pelo menos extremamente exigente, poder abarcar todas as narrativas do século XX, no tempo disponível. Torna-se importante referir que existem muitos hiatos, lacunas que naturalmente terão que ser assumidas: ao selecionar alguns acontecimentos históricos, muitos outros foram excluídos. Apenas duas dimensões de acontecimentos do século XX – as comemorações e os concursos públicos – foram analisadas, por opção metodológica, o que implica assumir a existência de imensas narrativas que ficaram de fora desta pesquisa, e que constituem hiatos assumidos nesta investigação. Existiriam tantas outras práticas discursivas interessantes de explorar, no mundo literário, académico, histórico, político, artístico, associadas ao Promontório de Sagres, mas que, por força das circunstâncias, ficaram de fora deste estudo.

Por outro lado, numa outra perspetiva, sendo os *Critical heritage studies* uma área tão recente, importa reconhecer a dificuldade em se poder dar os primeiros passos, principalmente quando o objeto de estudo constitui um monumento nacional tão arraigado à identidade coletiva portuguesa e como se demonstra mais à frente, submetido a um processo de solidificação patrimonial. Estamos perante um dos lugares do país, que se associa à génese do período dos “descobrimientos”, e por isso foco de um culto, que persiste ainda nos dias de hoje, pelo que tenho a consciência das críticas a que este trabalho pode estar sujeito, por parte de mentalidades mais avessas à renovação ou de historiadores mais conservadores, quando integro ainda os estudos pós-coloniais, que em Portugal constitui uma área que deu apenas recentemente os primeiros passos, percorridos ainda de forma tímida.

(Relatório do Painel europeu sobre o Processo de Seleção de 2019) e ainda com informação retirada do site, que apresenta o mapa e cada um dos sítios MPE: <https://geo.osnabrueck.de/ehl/PT/map>

A par das limitações e constrangimentos apresentados há que ter consciência que sendo o projeto Marca do Património Europeu tão recente, ainda se trata de uma narrativa em construção, o que por si só dificulta a sua análise.

PARTE I - Património, Eurocentrismo e Colonialidade

“There is, really, no such thing as heritage”⁹

Laurajane Smith

Capítulo I - Património: noções e perspetivas

1.1 Evolução do conceito de Património

As sociedades estão em permanente transformação com as consequentes alterações nos valores sociais. Essas mudanças de valores levam-nos a reavaliar e a reinterpretar o património, o que nos permite redefinir o que, por um lado, queremos acarinhar, o que nos orgulhamos e, por outro lado, o que lastimamos ou rejeitamos. Nesta perspetiva, o património não é apenas um processo dinâmico, mas também um processo que requer revisão constante. Em alternativa à perspetiva protecionista que vê património como algo que precisa de proteção, esta é uma nova abordagem que encara o património como um potencial agente de mudança social e política. Escolhemos o que queremos acarinhar do nosso património, da mesma forma como escolhemos o que queremos lembrar do passado, de acordo com os valores sociais e culturais do contemporâneo¹⁰.

Até ao final do século XVII, o conjunto de bens legados ou herdados era entendido como testemunho de um passado, frente ao qual a sociedade não tinha um sentimento particular de pertença, pois era algo que importava apenas à elite, como forma de se legitimar simbolicamente.

⁹Smith, Laurajane (2006), *Uses of Heritage*, Roudledge.

¹⁰Turunen, J. (2019), p. 1

Após a Revolução Francesa, vemos que se consolidam vários princípios para a salvaguarda do património. O aparecimento dos nacionalismos, no final do século XVIII e princípios do século XIX, proporcionou algumas mudanças na forma de encarar o património. A chamada de atenção de Víctor Hugo, para a destruição de vários edifícios históricos em Paris, poderá ter incentivado essa tomada de consciência e de preocupação patrimonial¹¹.

O património surge associado ao processo de legitimação de um passado, muitas vezes de forma mitificada, como consequência do romantismo. Portanto, a partir dessa altura, o património passou a ser entendido também como um recurso que se utilizava para criar um sentimento de pertença a uma mesma comunidade ou uma mesma nação, o que era algo de novo, pois até então apenas a alta aristocracia e a igreja o reconhecia como tal e o utilizava como forma de distinção social.

Durante o século XIX e início do século XX, alguns países europeus apresentam alguma legislação, embora parca, sobre a proteção do património. É apenas após a I Guerra Mundial, que se inicia efetivamente a criação de legislação internacional, a nível patrimonial. De destacar que é na 1ª Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos Históricos, realizada em 1931, que dará origem à Carta de Atenas, que surge o conceito de património internacional¹². Após a Segunda Guerra Mundial verifica-se uma enorme transformação na noção de património. O património cultural passa a ser entendido como um assunto de nível internacional, como uma matéria que a todos diz respeito. Assistiu-se, assim, a uma gradual democratização da apropriação do passado, da história e do património. Estamos perante uma noção universalista de património.

Para Françoise Choay,¹³ o conceito de património tornou-se “nómada”. A autora dá, assim, destaque a esta mutabilidade da conceção de património, a esta ideia de uma constante mudança de lugar, e ainda a três questões basilares do património: a questão genealógica, a etiológica e a semântica¹⁴. Surge assim uma nova hermenêutica

¹¹Ferreira, V. D.P. (2013), p. 278

¹² <http://www.cidadesturismo.com/2015/10/patrimonio-delimitacao-e-evolucao.html>

¹³ Choay, Françoise (2005).

¹⁴ F. Choay formula três questões basilares para se entender o conceito de património: a primeira que designa como “genealógica”, em que a partir do significado associado à herança transmitida de pais para filhos, chegamos a uma aceção patrimonial de grande abundância semiótica; uma segunda questão, a etiológica, onde a autora observa os

patrimonial, o que ao mesmo tempo lhe confere uma certa “opacidade”, uma dificuldade em se conseguir vislumbrar o objeto patrimonial, com clareza em todas as suas dimensões.

Além disso, o excesso de procura patrimonial e a tendência de mercantilização do património nas últimas décadas, levou a que se tenham conferido determinados valores patrimoniais, que em outro contexto sociopolítico não o teriam¹⁵. Só muito recentemente é que o património cultural passou a ser entendido como um importante recurso ou fonte de contribuição económica.

Nas últimas décadas, o conceito de património cultural passou por um processo de evolução e atualmente ocupa uma centralidade no domínio das ciências sociais. O conceito de património já não pertence apenas ao domínio da preservação e conservação, tendo-se alargado para outras áreas, sendo que alguns autores referem até a “tripla extensão do conceito”, que se estende aos domínios da tipologia, da cronologia e da geografia. As sociedades contemporâneas passaram a entender o património cultural, também em domínios ou em dimensões, que até então não eram considerados. Portanto, este novo olhar levou conseqüentemente a uma alteração das perspetivas e das políticas públicas, que passaram a entender o património também pelos seus usos e benefícios para as sociedades¹⁶.

1.2 Património como Fenómeno Global

Rodney Harrison investiga a posição do património nas sociedades contemporâneas, enquanto fenómeno global e reconhece que existem ainda poucos estudos interdisciplinares críticos sobre o património, que tenham em conta as enormes mudanças relacionadas com o fenómeno da globalização, nos anos 90 e início do século XXI. Harrison explora as transformações ocorridas depois da *World Heritage Convention* (anos 70) e defende que o património não é um processo passivo relacionado com o passado, mas um processo ativo de escolhas, de seleção de objetos,

fatores e contextos históricos que determinaram e condicionaram o aparecimento da noção de património, como entendido nos anos 60, destacando o Renascimento e a Revolução Industrial; e por último, a questão semântica, onde com o aparecimento da “revolução eletro-telemática” surgiu uma nova hermenêutica patrimonial. Ibidem (p. 20 e 21)

¹⁵ Ferreira, V.D.P. (2013), p. 287.

¹⁶ Ferreira, V.D.P. (2013), p. 274.

lugares e práticas; e tem muito mais que ver com as nossas relações com o presente e o futuro¹⁷.

Este investigador aborda ainda o património como um produto, que resulta de um diálogo, entre os objetos patrimoniais (património material e imaterial) e as pessoas; e advoga que a ligação de várias visões sobre o património pode ajudar a desenvolver uma abordagem crítica e semiótica - *critical material semiotic approach* - e ainda a definir o papel do património nas sociedades contemporâneas globais¹⁸.

R. Harrison refere as mudanças que ocorrem no património, ao longo das últimas décadas, da abundância de património devido ao alargamento do seu conceito, fenómeno socialmente, economicamente e ontologicamente proeminente. O património é cada vez mais valorizado, não apenas porque constitui um recurso valioso, para o desenvolvimento socioeconómico, como também, pela sua relevância na problematização de diferentes visões da pluralidade de naturezas do ser. Harrison reconhece a dificuldade de integrar os vários pontos de vista, quer das comunidades que vivem o dia a dia com o património, quer dos vários intervenientes (especialistas, académicos, historiadores, gestores patrimoniais, técnicos de conservação e restauro, etc.), e que muitos dos entendimentos e valores do património ficam, quase sempre, de fora do processo de tomada de decisão.

O mesmo autor defende uma visão sobre o património, que claramente ultrapassa as habituais fronteiras mentais¹⁹, do natural/cultural, ocidental /não ocidental, mente/corpo, pensamento/ prática, tangível e intangível. Estas separações tornaram-se insustentáveis, pois o património não é singular, nem é unânime. Advoga que se diluem as diferenças entre o património cultural e o património natural; e por isso o entende como uma série de escolhas diplomáticas, que emergem de um diálogo, entre atores humanos e não humanos, que estão comprometidos com práticas de proteger e de se relacionar com o passado, no momento presente. Fundamental para compreender as diferentes ontologias patrimoniais é reconhecer a pluralidade ontológica²⁰, ou seja, a diversidade de naturezas patrimoniais. Harrison sugere que em alternativa à abordagem do património, enquanto

¹⁷ Harrison, R. (2015), p. 21.

¹⁸ Harrison, R. (2013), p.xiii (prefácio).

¹⁹ associadas ao dualismo cartesiano do imaginário ocidental.

²⁰ Harrison, R. (2015), p. 24.

recurso para a construção social, podemos observar uma pluralidade ôntica, que encara o património como interativo, colaborativo e dialogante; um processo discursivo, onde o passado e o futuro emergem de um diálogo, entre múltiplos sujeitos envolvidos no presente²¹. Raras vezes, o património é abordado de modo inocente, e muitas vezes é utilizado para legitimar alguma verdade assumida e por vezes divisionária e exclusivista. Harrison explora uma nova maneira de entendimento do que é o património, através daquilo que designa de “ontologias de conectividade”, ou seja, onde a vida e o lugar se combinam de forma a conectar o tempo e os seres vivos.

O património não existe de forma inerte ou estática. Deste modo, as paisagens, os sítios e os monumentos estão continuamente a emergir, num processo em que os significados e significantes estão constantemente a ser moldados e a ser reconstruídos, através de várias práticas que podem ser materiais ou narrativas discursivas²². A produção de significado e de valor patrimonial é uma ferramenta chave para o estabelecimento de relações de poder, que muitas vezes se tornam tão neutralizadas, que se integram numa ideia geral de senso comum, e que por isso deixam de ser questionadas²³.

Isto leva-nos ainda a refletir sobre o que diz Laurajane Smith, quando afirma que: “*There is, really, no such thing as heritage*”²⁴. Há que referir o paradoxo desta afirmação, pois, por um lado, sabemos que a noção de património se foi alargando e atinge uma amplitude tal, que parece que tudo é património, mas, por outro lado, há que destacar a enorme dificuldade na sua definição e ainda o pluriverso de significados e de valores que este pode deter. Portanto, uma coisa é a sua existência, outra a diversidade e complexidade de significações.

Com esta abordagem, Laurajane Smith defende que o património não é uma coisa que se consiga definir, com significados²⁵ e valores estabelecidos, mas antes uma prática,

²¹ Harrison, R. (2015), p. 25.

²² Silverman, p. 12.

²³ Kisić, Visnja, (2013), *Governing Heritage Dissonance. Promises and Realities of Selected cultural Policies*. Cultural Policy Research Award. European Cultural Foundation, p. 50 e 53.

²⁴ Smith, Laurajane (2006), *Uses of Heritage*, Routledge.

²⁵ Para uma melhor compreensão desta mutabilidade de significados, sugere-se a leitura de Peirce, pois “O signo imaginado por Peirce está em movimento constante (...). Em Peirce, o signo pertence a uma série de códigos que estão sempre se transformando”. (...) “O signo não tem um lugar fixo e estável em uma estrutura. Assim, em lugar de projetarmos uma lógica espacial de controle de um dado território onde os signos são encontrados bem alojados (crítica à semiologia saussureana), passamos a perceber um fluxo temporal onde se inscreve o processo de aprendizagem de novos saberes.” In Souza, L. S. de. (2006). *Contribuições da Semiótica de Peirce para os estudos da narrativa*. *Caligrama (São Paulo. Online)*, 2(1).

que é intrinsecamente política e discordante, que é também performativa e onde o presente se vai construindo. Esta abordagem sublinha também a tal “opacidade” já referida por Françoise Choay.

Vemos, portanto, que não são claros os valores e significados associados ao património, e que por isso, se torna difícil de definir um conceito de património, pois ele é ambíguo, híbrido e também nómada, como já se referiu. Trata-se de uma prática que depende de quem a pratica, por isso, pode não ser consensual e ser contestada pelos vários intervenientes. Isto leva-nos a explorar a ideia de património dissonante e contestado.

1.3 Património Dissonante & Discurso Patrimonial Autorizado

O conceito de património dissonante foi introduzido por John E. Tunbridge e Gregory Ashworth, para se referir ao património que detém diversos valores e significados distintos para diferentes pessoas; ou seja a uma pluralidade de sentidos. Nesta perspetiva, a dissonância é uma característica de todo o património, de forma latente ou ativa, não sendo algo de negativo; pelo contrário, pode constituir uma potencialidade, que dá abertura a diferentes perspetivas de abordagem, com diferentes propósitos, incluindo a mediação, a reconciliação e o diálogo²⁶.

Laurajane Smith, no seu livro *Uses of Heritage*, utiliza o conceito de AHD - *Authorized Heritage Discourse* - Discurso patrimonial autorizado, como uma forma de se referir a uma “mentalidade específica”, que interpreta os valores do património, como sendo internos ao próprio património. Smith refere que todo o património é dissonante e todo o discurso patrimonial autorizado neutraliza essa dissonância, através das suas redes, das suas práticas patrimoniais e dos seus processos de regulação. Isto cria uma ideia falsa de que apenas algum património é dissonante, pois o AHD, de certa forma, encobre a base ideológica de criação patrimonial. O património dissonante sempre existiu, mas tem sido camuflado pelo AHD, e nos últimos tempos torna-se mais notório, quando posto em evidência por alguns movimentos, nomeadamente os pós coloniais e

²⁶ Kistic, V. (2013), p. 54.

os relacionados com os direitos humanos²⁷, temáticas que serão tratadas mais à frente nesta dissertação.

Visnja Kistic utiliza ainda uma outra expressão que dá relevo a esta questão, sublinhando que a “dissonância patrimonial” é uma característica presente em todo o património²⁸. Devemos reconhecer ainda que todo o património pode ser contestado, especialmente quando está associado a períodos de injustiça, ou de sofrimento do homem. Por isso, vemos que por vezes existe desacordo, na forma como se observa e como se interpreta o passado²⁹. Muitas vezes, aquilo que nós queremos guardar ou conservar do passado é algo que é negociado permanentemente, interpretado constantemente pelas diferentes partes, sejam elas entidades públicas, instituições oficiais, comunidade local, academia ou especialistas. Portanto, podemos verificar que existe uma diversidade complexa de comportamentos e de atitudes perante o património. Neste sentido, o património pode constituir um instrumento de coesão, mas também de opressão.

A ligação e a forma de articular o conceito de património com a questão dos direitos humanos será importante nesta problemática, pois como iremos ver, está relacionada com a forma de se comemorar determinado movimento ou episódio histórico ou figura do passado e o papel que essa comemoração tem no presente. Ambos - património e a questão dos direitos humanos - estão interconectados através de relações de poder, que por sua vez, têm um impacto na ideologia do universalismo, que tem estado atualmente na base do discurso do património.

O foco mudou de património tangível para o património intangível, o que levou ainda que o paradigma tivesse oscilado de tónica, passado dos direitos culturais para os direitos humanos³⁰.

1.4 Cartas e convenções internacionais & o “Discurso Patrimonial Autorizado” versus a “Convenção de Faro” & o “Discurso Patrimonial Inclusivo”

²⁷ Kistic, V. (2013), p. 55

²⁸ Kistic, V. (2013), p. 55.

²⁹ Singh, R. (2010), p. 37.

³⁰ Singh, p. 43.

Importa de seguida refletir sobre a relação existente entre o discurso patrimonial autorizado e algumas cartas, convenções ou normativos internacionais. A Carta de Atenas (1931) e a Carta de Veneza (1964) constituem um primeiro enquadramento teórico e prático de gestão e conservação patrimonial. Existem, ainda a nível internacional, várias convenções, que vão desde as elaboradas pelo Conselho da Europa, até às de carácter mais universal, como por exemplo, as da Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO)³¹. A filosofia por detrás destes normativos, assim como de outros desenvolvidos pelo ICOMOS, baseia-se em noções, práticas e legislação ocidentais, onde os valores culturais do património são considerados inatos, intrínsecos e imutáveis e associados a questões de monumentalidade, estética, conservação e especialidade³².

Este tem sido o DPA - Discurso Patrimonial Autorizado: de que o património é um testemunho passivo, imóvel, objetivo, único e autêntico, que deve ser revelado, conservado e comunicado nesse estado (sem alteração) às gerações futuras. Estes documentos articulam-se com o DPA e apresentam uma ideia de democratização patrimonial, como mono-cultural, hierárquica, em que o Estado, em conjunto com intelectuais e especialistas profissionais, detém o poder de apresentar as suas visões, entendimentos e interpretações sobre o passado, à sociedade que os deve acolher, de forma passiva³³.

Nas últimas décadas, os Estudos Críticos de Património têm contribuído para uma nova abordagem, que representa uma mudança de paradigma na exploração patrimonial, onde se consideram as características dinâmicas do património, que podem ser recursos valiosos na resolução de questões críticas que as sociedades atravessam.

Visnja Kusic apresenta-nos três documentos patrimoniais internacionais, que decorrem dessa nova abordagem e abrem lugar a um discurso mais inclusivo e participativo: a “Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural” da UNESCO (2001), a “Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial” da UNESCO (2003) e muito particularmente a “Convenção - Quadro do Conselho da Europa relativa ao

³¹ Ferreira, V. D.P. (2013), p. 279.

³² Kusic, V. (2013), p. 61.

³³ Kusic, Visnja, (2013) p. 64.

valor do Património Cultural para a Sociedade”³⁴. Estes documentos representam um ponto de viragem, no sentido em que desafiam e contestam o DPA e promovem uma nova epistemologia patrimonial para o século XXI.

Para o propósito deste trabalho, optei por explorar apenas este último, que me parece mais pertinente, a “**Convenção - Quadro do Conselho da Europa relativa ao valor do Património Cultural para a sociedade**”, que foi assinada na cidade algarvia de Faro, no ano de 2005. A convenção constitui um instrumento jurídico, que apresenta uma visão mais holística de património, combinando património material e imaterial, mas também os valores, significados, usos e utilizações desse mesmo património pela sociedade.

A Convenção de Faro não aborda apenas o valor intrínseco do património (isto é o que o DAP faz); pelo contrário, dá destaque à sua multiplicidade de valores e assume que o património é, acima de tudo, um processo de construção e um meio ou recurso para atingir um determinado fim, de desenvolvimento cultural, social, económico e humano; ou seja, a ênfase é dada aos benefícios que o património pode trazer para as comunidades.

Com a Convenção de Faro, a tónica passa a ser a da “utilização” do património, como instrumento de promoção da qualidade de vida das pessoas, comunidades e sociedades e o seu envolvimento no processo de “patrimonialização”. Ao mesmo tempo promove a ideia de devolução do património às pessoas, incentivando uma nova forma de relacionamento, onde a noção de “comunidade patrimonial”³⁵ é também introduzida. Neste documento, os estados comprometem-se a valorizar e a promover o conhecimento, em torno do património cultural, como forma de agilizar uma convivência pacífica e promover a compreensão e confiança mútua, para a prevenção de conflitos³⁶. Questões como a dissonância, conflito e a reconciliação são questões implícitas nesta convenção, que observa o processo patrimonial como intangível, em permanente metamorfose e evolução, relativo, sem proprietário e não exclusivo³⁷.

³⁴ Kisić, Visnja, (2013) p. 65

³⁵ De acordo com a Convenção de Faro, uma comunidade patrimonial “é composta por pessoas que valorizam determinados aspetos do património cultural que desejam, através da iniciativa pública, manter e transmitir às gerações futuras”.

³⁶ Ferreira, V. (2013), p. 278.

³⁷ Kisić, V. (2013) p. 69.

Desse modo, verifica-se uma viragem no discurso, que Kisic designa de *Inclusive Heritage Discourse (IHD)*. O Discurso Patrimonial Inclusivo constitui uma prática discursiva que integra inclusão, participação, diversidade cultural e que desafia o discurso patrimonial autorizado. Assim, ao contrário do AHD, o IHD tem um entendimento do património como dinâmico, evolutivo em permanente reconstrução. Ao contrário do AHD, que valoriza os conceitos de universalidade, excelência, monumentalidade, profissionalismo e autenticidade, o Discurso Patrimonial Inclusivo promove a participação, a diversidade, o diálogo intercultural e os direitos humanos. O IHD tem uma abordagem de utilização cultural, construída de forma ascendente, onde são envolvidos diferentes intervenientes, ao nível individual, local, comunitário, regional, assim como nacional e internacional; enquanto no AHD a abordagem é nacional ou internacional e construída apenas pelos governos, instituições públicas e especialistas, de forma descendente³⁸.

A Convenção de Faro, ao promover um discurso patrimonial inclusivo, reconhece que os valores patrimoniais são subjetivos e podem ser manipulados, de acordo com propósitos ideológicos e políticos, mas que através de uma abordagem pluriperspetivada, intercultural, que promova o diálogo e a participação democrática, pode constituir um modelo de construção de uma cultura de paz.

1.5 Heritagescapes - Paisagens culturais e paisagens patrimoniais

Os conceitos de paisagem cultural e de paisagem patrimonial são importantes para este estudo, pois, como iremos ver mais à frente, o projeto Marca do Património Europeu dá destaque à paisagem cultural associada ao monumento, que contempla um conjunto muito diversificado de “patrimónios”. Torna-se interessante refletir sobre o potencial deste lugar assumindo o território onde o Promontório de Sagres se integra e a riqueza da paisagem cultural e patrimonial com as quais se relaciona.

³⁸ Kisic, V. (2013) p. 73.

A concepção de paisagem cultural constitui uma das melhores formas de podermos entender as ligações vivas entre paisagem e cultura. Este é um conceito que integra uma série de atributos que realçam as ligações entre o homem e a natureza, através do tempo, ligações essas de continuidade, de transformação e de transferência, que constroem e constituem o património³⁹. A paisagem cultural constitui o resultado da ação do agente cultural sobre uma paisagem natural, que é a mediadora. A definição de paisagem cultural de Carl O. Sauer⁴⁰ baseia-se numa clara distinção entre cultura e natureza; no entanto esta distinção já não é defendida por muitos geógrafos culturais, nos dias de hoje. Por um lado, não se pode ignorar as próprias alterações das características da paisagem natural - processos climatéricos, geofísicos, hídricos, etc. Por outro lado, as fronteiras que delimitam, que definem, e que separam o natural e o cultural são criadas artificialmente; são inventadas de diferentes maneiras, em diferentes contextos, por diferentes grupos, com propósitos distintos.

Sobre esta questão, vejamos o que nos diz Rana Singh. Para este investigador, todas as paisagens são igualmente naturais e culturais, na medida em que a cultura e a natureza devem ser vistas como co-produções⁴¹. As paisagens culturais são elementos que representam o trabalho conjunto entre a natureza e o homem. Trata-se de um conceito particularmente relevante em determinadas zonas do globo, como em algumas regiões africanas, asiáticas, ou de cultura aborígine, etc. Estas sociedades tendem a considerar os significados e os valores sociais e religiosos dos lugares, naquilo a que Singh refere como “*sacredscapes*” (paisagens sagradas), sítios místicos e religiosos, que incluem monumentos, estruturas, paisagens culturais e naturais e ainda as práticas rituais e artísticas, ou seja o património imaterial associado⁴².

O conceito de *Heritagescape* (paisagem patrimonial) foi introduzido por Michael A. D. Giovini, muito recentemente, em 2009. Giovini define este conceito, não apenas como um mosaico de sítios ou uma rede de destinos com as suas redes sociais, mas e acima de tudo, um lugar único, que se encontra em permanente expansão, incluindo objetos, práticas e materiais, que apresentam fronteiras ténues. Além disso, várias formas de

³⁹ Singh, R (2010), p. 25.

⁴⁰ O geógrafo alemão Otto Schüter (1872 a 1959) foi o primeiro a usar o conceito de património cultural, mas foi o geógrafo Carl O. Sauer que promoveu este conceito, ao sublinhar o papel da cultura como força modeladora das características do planeta em determinadas áreas.

⁴¹ Singh, R. (2010), p. 26 e 27.

⁴² Singh, R. (2010), p.2

património formam aquilo que Rana Singh designa por *Heritagescapes*, distinguindo os espaços citadinos e os espaços naturais⁴³. Novos temas foram surgindo para incluir uma maior representatividade de valores e práticas, fora da esfera do mundo ocidental e ainda de novos conceitos antropológicos, como a coexistência do homem com a terra, a coexistência cultural ou a coexistência espiritual e criativa. Isto leva-nos a colocar em perspectiva como é o património entendido e interpretado, pois este conceito - *Heritagescape* - leva-nos o olhar para além do elemento patrimonial.

Conceitos como paisagem cultural, mas também *Heritagescape* (paisagem patrimonial), paisagem urbana ou paisagem sagrada focam-se em vários elementos patrimoniais distintos. Estas são questões muito prementes, quando falamos por exemplo de “sítios patrimoniais cosmológicos”, existentes na Índia ou no Sudoeste asiático. Neste tipo de esquema cosmológico, as características dos ambientes naturais dos lugares são consideradas e o espaço é pensado para recriar e mimetizar esta geometria do cosmos. Curioso de ver que, na tradição indiana, o património se define como *dharohara*, em que *dhara* é a mãe terra e *ihara* significa “esforço identitário através do tempo”⁴⁴.

Se, por um lado, o património é visto como fulcral, um eixo central na identidade comunitária, tem ainda o potencial de despertar para uma melhor compreensão e apreciação do tempo, do espaço e da criação humana. No entanto, não tem sido esse o entendimento da maioria das elites de especialistas e das entidades políticas, de acordo com R. Singh⁴⁵.

No momento atual, torna-se cada vez mais relevante demonstrar, na prática, qual é a crucialidade do património na problemática ambiental / ecológica global. Rana Singh fala-nos da necessidade de uma interdependência dos sistemas de vida planetários e das suas fragilidades e reconhece que o caminho deve seguir por abordagens multidisciplinares, para uma nova e emergente disciplina da ecologia patrimonial. Estudos mais recentes, sobre a ecologia cultural dos últimos quinhentos anos, aprofundam o nosso conhecimento sobre as problemáticas e complexificação das mudanças ocorridas nas paisagens culturais⁴⁶. Passou-se assim de uma noção Saueriana

⁴³ Singh, R. (2010), p.1.

⁴⁴ Singh, R. (2010), p. 8.

⁴⁵ Singh, R. (2010), p. 7.

⁴⁶ Singh, R. (2010), p. 28 e 29.

de clímax da paisagem cultural, para uma noção mais recente, onde se integram as noções de hibridez, de mediação cultural e de paisagem transcultural, constituindo aquilo que se designa por *Heritagescape*.

Vimos, assim, que a evolução e expansão do conceito de património nos leva ao de paisagem cultural. Por outro lado, o património constitui algo que se encontra em permanente expansão e onde mais recentemente se passaram a integrar as perspectivas, valores e significados existentes fora da esfera ocidental. A paisagem patrimonial associada ao Promontório de Sagres leva-nos a refletir sobre múltiplas questões e sobre a singularidade e pertinência deste lugar na atualidade. Por exemplo, a sacralidade associada a este lugar, desde a Antiguidade, mas que agora, e numa clara referência à ecologia patrimonial, nos leva a pensar numa nova sacralidade, a do importante património natural associado a esta região.

Como vimos há pouco, o conceito de *heritagescape* faz-nos olhar para além do elemento patrimonial, para algo mais, para a singularidade deste lugar, para além da paisagem cultural, diria eu para o “**espírito do lugar**”. Neste âmbito, vejamos o que a Declaração de Québec, assinada em 2008, nos diz sobre a importância da preservação do espírito do lugar:

“Reconhecendo que o espírito do lugar é composto por elementos tangíveis (sítios, edifícios, paisagens, rotas, objetos) bem como de intangíveis (memórias, narrativas, documentos escritos, festivais, comemorações, rituais, conhecimento tradicional, valores, texturas, cores, odores, etc.) e que todos dão uma contribuição importante para formar o lugar e lhe conferir um espírito, declaramos que o património cultural intangível confere um significado mais rico e mais completo ao património como um todo, e deve ser considerado em toda e qualquer legislação referente ao património cultural e em todos os projetos de conservação e restauro para monumentos sítios, paisagens, rotas e acervos de objetos.”⁴⁷.

⁴⁷ Declaração de Québec (2008) - sobre a preservação do *Spiritu Loci*: <https://globalherit.hypotheses.org/tag/espirit>

Neste sentido o espírito do lugar é entendido como um conceito relacional que assume as dimensões intangível e física, não como antagónicas, mas em permanente articulação, construção e dinamismo. Trata-se de algo que pertence a vários atores e grupos sociais, que podem deter vários entendimentos sobre o lugar, construindo vários “espíritos” do mesmo lugar.

Nesta perspetiva, importa ainda refletir sobre os elementos tangíveis e intangíveis - os contextos culturais, simbólicos, mitológicos e espirituais que no Promontório de Sagres se reúnem de forma tão particular e que constituem o espírito do lugar, ou melhor os vários espíritos, porque do lugar há vários entendimentos.

Capítulo II - O Eurocentrismo

“A Europa passou cinco séculos a ensinar o mundo, que considerava inferior, selvagem.

É preciso uma conversão ideológica.”⁴⁸

Boaventura de Sousa Santos

A noção de europeu, aliada a uma certa superioridade, foi uma ideia que foi ganhando peso nos séculos XVII e XVIII, no período imperialista, atingindo um pico no século XIX⁴⁹. Era aceite que a Europa era mais desenvolvida, o que denota uma perspetiva de tónica racista, que pretendia justificar não apenas a escravatura, como outras formas de dominação, colonização ou exploração do outro. Muitas destas mentalidades eram justificadas com a ideia de que a Europa poderia levar a civilização ao outro, que precisava de ser civilizado. A evolução tecnológica do Mundo Ocidental legitimava aquilo que se considerava ser uma superioridade automática, que colocava o europeu ou o ocidental sempre numa posição superior. Esta é uma noção que não se alterou e prevalece nos dias de hoje, ocultada através de vários mecanismos e discursos associados ao politicamente correto.

Vemos como a perspetiva eurocêntrica não considera os contributos extremamente ricos a nível cultural, económico, tecnológico, social ou científico de outras regiões do

⁴⁸Santos, B. S. In <https://www.pucrs.br/revista/ecologia-de-saberes>

⁴⁹Fesich, M. T., (2006). Eurocentrism and International Thinking - a brief introduction In *Politikon, Special Issue - Old New and Future Europe, The LAPSS Journal of Political Science*, vol. 12., p.15

mundo, como a Ásia ou o Médio Oriente⁵⁰. O que significa que a tentativa de construção de uma identidade europeia baseia-se sempre na seleção de determinados momentos gloriosos, que nos fazem “acarinhar” certos períodos do passado. Os ideais do liberalismo, do humanismo, direitos humanos, democracia, igualdade, liberdade ou Estado de direito são assumidos como princípios ocidentais, tendo, de acordo com Samuel Huntington, pouca semelhança com as culturas de outras regiões do mundo⁵¹.

Vemos que o eurocentrismo evita o diálogo e ignora as reais possibilidades de aprendizagem com o outro. Parece que não conseguimos ultrapassar a maneira como nos vemos e a maneira como nos representamos, que está diretamente relacionada com o modo como nos distinguimos do outro. Os sistemas de valores são muito complexos, por vezes contraditórios e não podem ser descritos, nem interpretados, como apenas um conjunto de estereótipos⁵².

Neste âmbito, torna-se importante dar destaque a três definições ou perspetivas distintas de eurocentrismo, apresentadas por Marta Araújo e Sílvia Rodriguez Maeso. Uma primeira noção analítica (*a “Europa como lugar”*) remete para a ideia de uma determinada zona geográfica, que detém o “principal poder do sistema mundo”, vista como consequência das transformações sociais, económicas, políticas e culturais ocorridas ao longo da história. Uma segunda abordagem observa o eurocentrismo, como uma teoria sociopolítica e económica (*a “Europa como região no sistema-mundo”*), que evidencia a criação de conhecimento, baseada nos cânones ou padrões europeus que perpetuam os mitos da história mundial. Por último, um eurocentrismo que é entendido como um “discurso de poder e paradigma interpretativo”. A sobreposição destas três

⁵⁰ A este propósito é interessante ver a obra “Orientalismo - A Invenção do Oriente pelo Ocidente”, de Edward Said. Este autor argumenta como o mundo ocidental foi criando uma ideia distorcida do Oriente, visto como o “Outro”, numa tentativa de diferenciação que servia os interesses do colonialismo e imperialismo europeus.

⁵¹ Samuel P. Huntington na sua teoria, em torno do confronto de civilizações, lança a hipótese, de que no período que designa de pós-guerra fria, a principal fonte de conflito não será económica, nem tecnológica, mas será essencialmente cultural. Neste confronto de civilizações, a perspetiva ocidental, com os seus imperativos culturais e universais e as suas normas sociais, podem conduzir a processos de política global, que poderão levar a novos conflitos. Por outro lado, a falta de conhecimento da cultura do outro, associados à difusão de vários clichês e estereótipos, podem levar ao fortalecimento de um tipo de etnocentrismo, que leva à exclusão social de indivíduos, de outras culturas ou de outras civilizações. In Huntington, Samuel (1997), *Choque de Civilizações e a recomposição da Ordem Mundial*, Objetiva.

⁵² Paul, B., (2006). Eurocentrism – A Hidden, but Hot Topic, In *Politikon, Special Issue - Old New and Future Europe, The IAPSS Journal of Political Science*, vol. 12., p. 9.

perspetivas de análise torna-se importante, para algumas das reflexões associadas à ideia de Modernidade, que se apresentam mais à frente⁵³.

O eurocentrismo tem residido no coração da construção de uma Europa e de uma identidade europeia. Podemos questionar-nos como definir a nossa própria identidade, sem a existência de um modelo, a partir do qual nos diferenciamos. Vemos que a cultura do “outro” é usada para produzir a nossa própria imagem. Este é um mecanismo que tem sido muito utilizado, mas que não permite um verdadeiro sentimento de solidariedade, pois esta é apenas interna, ou seja, acaba por excluir grande parte do mundo, que não pertence a esta realidade geográfica.

Sabemos que, na prática, a criação formal de uma Comunidade Económica Europeia surgiu como resultado moral, político e económico da destruição da Europa, durante a segunda guerra mundial. Tendo em conta que, qualquer nação baseia a sua identidade em questões de nacionalismo; isto leva-nos a pensar que nesta nova “comunidade imaginada”⁵⁴, conceito criado por Benedict Anderson, a questão da criação de uma identidade europeia tem sido importante.

Maren Kraushaar argumenta que o processo de integração da União Europeia foi instigado por questões de benefício interno, direccionadas apenas para si própria, quando deveria ser motivada por uma responsabilidade global e por um pensamento global ou internacional, para uma verdadeira ajuda humanitária⁵⁵, situação que parece por demais evidente.

O Tratado de Schengen e a abertura das fronteiras internas da União Europeia parece ter provocado um verdadeiro paradoxo, pois com ele assistimos ao fortalecimento das fronteiras externas. De facto, estas tornaram-se mais fechadas do que nunca. À medida que as fronteiras internas se diluem, as fronteiras exteriores são cada vez mais apertadas e cada vez mais inspeccionadas, criando aquilo a que se designa como “Fortaleza

⁵³ Araújo, M., Maeso, S.R. (2016), *Os Contornos do Eurocentrismo. Raça, história e textos políticos*, Almedina, CES Centro Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, p. 35 e 36.

⁵⁴ Anderson, B. (2012), *Comunidades imaginadas- reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*, Edições 70.

⁵⁵ Kraushaar, Maren (2006) The European Union a stepping stone to a further integration or rather a Eurocentric fortress In *Politikon, Special Issue- Old New and Future Europe, The LAPSS Journal of Political Science* vol. 12., p. 21

Europa”. Esta metáfora - a “Fortaleza Europa” - tornou-se o símbolo mais revelador daquilo que é o eurocentrismo nos dias de hoje.

Será que o eurocentrismo pode ser considerado uma ideologia, tal como é o nacionalismo⁵⁶? Assemelha-se ao nacionalismo, na medida em que tenta construir uma ideologia ou construção política; e pode também funcionar como uma espécie de “camaleão”, que adapta as suas cores às diferentes situações, conforme mais lhe convém⁵⁷. Além disso, esta tentativa de criar uma ligação emocional à Europa confirma de certa forma a posição eurocêntrica da vida política dos dias de hoje.

O antropólogo Chris Shore, entre outros autores, refere que a História da Europa é apresentada como uma história de sucesso, que termina com uma mensagem moral. História essa que destaca os grandes avanços e desenvolvimentos europeus, como por exemplo, os relacionados com o Iluminismo ou com a revolução científica; mas que diminui outros acontecimentos, como a colonização ou a escravatura. Ou seja, a História da Europa é apresentada através de uma narrativa extremamente seletiva. Tudo isto nos permite refletir sobre como a “Fortaleza - Europa” se assemelha muito ao Nacionalismo⁵⁸. Passámos de uma “Fortaleza- Nação” para uma “Fortaleza- Europa”. Assistimos ao alargamento de fronteiras, mas estas irão situar-se noutra lugar; ou seja, de certa forma os muros são sempre reerguidos noutra lugar e excluem sempre alguém, neste caso, os “não europeus”.

Neste sentido, importa ainda refletir sobre aquilo a que Jack Goody⁵⁹ designa como “roubo da história”, para designar as apropriações de determinados valores, que têm sido considerados como excepcionalmente europeus, tais como a democracia, a igualdade, liberdade, etc. Este investigador revela que tais “invenções” não são exclusivas do Mundo Ocidental e destaca o facto da Europa ter encoberto a História do Mundo, onde impõe uma perspetiva e uma periodização histórica ocidentais.

⁵⁶Sabemos que o nacionalismo é uma ideologia com muito sucesso, sendo de certa forma muito fácil de a promover junto do público, pois providencia um sentimento de auto-estima, de segurança, de orgulho e de pertença a algo. Depois do que os nacionalismos nos mostraram, especialmente os do século XX, estas ideologias têm o potencial de poder controlar muito facilmente os cidadãos, de forma a manipulá-los e fazê-los acreditar em algo.

⁵⁷ Liebl, Josephine (2006). Euro-Centrism vs. International Thinking In *Politikon, Special Issue - Old New and Future Europe, The IAPSS Journal of Political Science*, vol.12, p. 24, citando Alter (1994, p.119).

⁵⁸ Liebl, J. (2006).Euro-Centrism vs. International Thinking In *Politikon, Special Issue- Old New and Future Europe, The IAPSS Journal of Political Science*, vol. 12, p. 26.

⁵⁹ Goody, J. (2008), *O roubo da História. Como os ocidentais se apropriaram das ideias e invenções do Oriente*. Editora Contexto. São Paulo.

2. 1 O Pensamento Global

O “pensamento global ou internacional” ao potenciar a integração de diferentes culturas pode contrabalançar ou compensar o eurocentrismo. Por outro lado, podemos ter que admitir que o pensamento global ou internacional nasceu também num meio eurocêntrico, mas que reconhece a necessidade de integração de outras perspetivas mais plurais e não ocidentais.

De acordo com S. Fersterer, Birthe Paul, entre outros, “*international thinking*” pode ser aprendido para nos tornarmos uma sociedade mais consciente e mais atenta às questões críticas e prementes dos dias de hoje e que incluem as perspetivas não ocidentais. Tal requer a integração de uma narrativa que aceite a pluralidade cultural, ao mesmo tempo que aumenta a perceção das questões e desafios globais, ou de outra forma, corremos o risco de estar a fortalecer um neocolonialismo, que tem vindo a ganhar terreno nos últimos anos⁶⁰.

Neste sentido, importa ainda dar destaque ao que nos diz Rana Singh, quando refere que a epistemologia cartesiana não considerou o elo de ligação entre pessoas, natureza e paisagens⁶¹, perspetivando estas dimensões como separadas, criando barreiras entre elas. E são nestas fronteiras artificiais⁶², que o paradigma científico reproduz, nesta falta de ligação entre natureza, pessoas e paisagens, que assenta a crítica do sociólogo Boaventura de Sousa Santos, que se auxilia do conceito de “pensamento abissal”, presente na epistemologia moderna ocidental, para enfatizar a existência de uma estratificação hierárquica, que produz várias lacunas, omissões e fragmentos no processo de conhecimento.

⁶⁰ Fersterer, S., Paul. B. (2006), In Politikon, Special Issue - Old New and Future Europe, The IAPSS Journal of Political Science, vol. 12. p. 10-14.

⁶¹ Singh, R. (2010) p. 40.

⁶² fronteira entre natural /cultural, mente/corpo, ser humano/natureza, como se de entes independentes se tratassem.

2.2 Epistemologias do Sul & a Ecologia dos saberes

“A vigilância epistemológica requerida pela ecologia de saberes transforma o pensamento pós-abissal num profundo exercício de auto-reflexividade.”⁶³

(Boaventura de Sousa Santos)

Boaventura Sousa Santos explora profundamente estas questões, através do conceito de “Epistemologias do Sul”⁶⁴. O investigador enfatiza a necessidade de um diálogo e de integração de outras formas de saber e de conhecimento, de outras epistemologias. Assim, o conhecimento pós-abissal pretende estabelecer um diálogo entre o conhecimento científico e os conhecimentos ancestrais tradicionais, bem como compreender a “ecologia de saberes” da modernidade.

O investigador apresenta-nos quatro ideias, ou conceitos basilares, que sustentam a proposta das Epistemologias do Sul: a sociologia das ausências, a sociologia das emergências, a ecologia dos saberes e a tradução intercultural. Em primeiro lugar, a sociologia das ausências traz ao centro do debate os vários conhecimentos e saberes que foram tornados invisíveis ao longo da história; assim como, a sociologia das emergências, que demonstra e recupera as inovações emergentes do Sul Global; a ecologia dos saberes, conceito fundamental, que preconiza um diálogo entre essa pluralidade de conhecimentos e o conhecimento científico; e por último a tradução intercultural, que torna os vários conhecimentos inteligíveis entre si, reconhecendo que existem várias designações para temáticas e problemáticas idênticas⁶⁵.

Esta teoria - Epistemologias do Sul - vai muito para além do pensamento global, pois representa uma mudança de paradigma, aliás, mais do que isso, representa o reconhecimento de uma pluralidade epistemológica e da necessidade de um diálogo entre vários saberes e conhecimentos, de outras zonas do mundo, que têm outros

⁶³ Santos, B. S. (2007), “Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes” In *Novos Estudos –CEBRAP* n. 79 Nov. São Paulo, p.38.

⁶⁴ Santos, B. S, Menezes, M.P (2018). *Epistemologias do Sul*, coleção CES, Almedina.

⁶⁵ Entrevista com Boaventura de Sousa Santos (2012)- *Epistemologias do Sul* (PT, Entrevista ALICE 5/9), Coimbra, em: <https://www.youtube.com/watch?v=URgY9H2NvZM>

universos simbólicos, outras cosmovisões. Constitui ainda uma tentativa de se conseguir aquilo que B. S. Santos designa como “justiça cognitiva global”⁶⁶.

Este investigador reconhece a dificuldade de se construir uma nova epistemologia da ecologia dos saberes. Há que ter em consideração três grandes grupos de questões: em primeiro lugar, como distinguir o conhecimento científico do conhecimento não científico? e dos vários conhecimentos não científicos entre si? O segundo conjunto de questões faz-nos refletir sobre como relacionar e colocar em diálogo todas estas formas de conhecimento, como avaliar a sua incompatibilidade / compatibilidade e complementaridade e como traduzir estes conhecimentos? E ainda “como assegurar que a tradução intercultural não se transforma numa versão renovada do pensamento abissal, numa versão “suavizada” de imperialismo e colonialismo?”⁶⁷.

Este parece-me um dos grandes desafios da ecologia dos saberes. E uma última grande questão: como colocar em prática esta nova ecologia de saberes? Como intervir no mundo real? Como saber discernir das práticas que aparentemente parecem uma alternativa ao pensamento abissal, mas que reproduzem as práticas da opressão e do capitalismo do Norte Global⁶⁸.

Como aplicar este novo paradigma epistemológico, que decorre do pensamento pós abissal - a ecologia dos saberes - na reconstrução patrimonial? O que podemos daqui retirar para a criação de novas práticas e novas narrativas patrimoniais? Estas são algumas reflexões que deixarei para a parte final do trabalho quando abordar as potencialidades do Promontório de Sagres como Marca do Património Europeu.

Terminado este capítulo onde se refletiu sobre a noção de eurocentrismo, como discurso de poder e paradigma interpretativo que tem moldado o pensamento, as práticas e o conhecimento do mundo ocidental, e sobre as duas alternativas a este eurocentrismo

⁶⁶ Neste sentido, podemos ver como “As epistemologias do Sul, conforme formuladas por Boaventura Sousa Santos, são um conjunto de procedimentos investidos na produção e na validação de conhecimentos nascidos das lutas daqueles que têm resistido às sistemáticas opressões do capitalismo e do patriarcado”. In Santos, B. S., Martins, B. S. (2019). *O Pluriverso dos direitos humanos: A diversidade das lutas pela igualdade*. Edições 70. p. 12.

⁶⁷ Santos, B. S. (2007) p.37.

⁶⁸ Conceito muito utilizado por B.S Santos e nos estudos pós coloniais. O Norte Global, em oposição ao Sul Global, refere-se ao conjunto de países desenvolvidos. O Sul Global engloba os países de 3º Mundo, ou em vias de desenvolvimento, e associados à presença do colonialismo. Estas expressões dão destaque a uma separação social, política e económica entre países desenvolvidos e países em vias de desenvolvimento.

(pensamento global e as epistemologias do sul), importa de seguida ver como o eurocentrismo tem influenciado o processo de construção patrimonial.

Capítulo III - Modernidade, Património e Colonialidade

“Precisamos do pós-colonialismo para nos mostrar a experiência completa da descolonização.”⁶⁹

Homi Bhabha

Neste capítulo iremos refletir sobre as ligações existentes entre as dimensões de eurocentrismo e modernidade que, como já vimos, constituem fenómenos que coincidiram com o imperialismo europeu e o aparecimento do conceito de património. Neste contexto, a articulação entre os estudos críticos de património e os estudos pós-coloniais constituem importantes pontos de partida, para compreender as relações entre as três dimensões: Modernidade, Imperialismo e Património⁷⁰.

De acordo com Kwame Anthony Appiah, o conceito de cultura ocidental é uma invenção dos tempos modernos. A Europa, enquanto espaço territorial e cultural, constitui uma construção que apenas ganhou significação na Modernidade⁷¹. Neste âmbito, Enrique Dussel critica a forma eurocêntrica de se entender a Modernidade e o seu desenvolvimento tardio, como uma das consequências da não integração de outras formas de entender o mundo, para além das europeias⁷². Aliás, para Dussel parecem ser as ideias imbuídas da modernidade que levaram a uma visão dominante de entendimento e conceptualização do Mundo, a partir do mundo europeu e ocidental.

Importa ainda destacar que Dussel refere a existência de dois paradigmas antagónicos: por um lado, o paradigma dominante de uma Modernidade Eurocêntrica, associada a uma ideia de progresso e de projeto de emancipação; e por outro lado, um outro, que é reflexo do primeiro, decorrente de uma perspetiva pós-colonial, que apresenta a ideia de um projeto de desenvolvimento, dependente do sofrimento de alguns. Este paradigma

⁶⁹ Entrevista a Homi Bhabha (7'06) <https://www.youtube.com/watch?v=ym2dPYqIvmA>

⁷⁰ Turunen, J. (2016)

⁷¹ Appiah 2016, “Culture”. BBC Radio4 - Reith Lectures 2016. Available as podcast and transcripts

⁷² Dussel, Enrique D, (2000). Europe. Modernity and Eurocentrism. *Nepantla: Views from the South*, 1 (3) p. 471.

pós-colonial denuncia que o progresso de uns é feito à custa de outros; e expõe a existência de uma “cultura do sacrifício” do outro, que se torna banalizada, vista como um mal menor e necessário. Como Dussel refere: “*Modernity defined itself as an emancipatory project with respect to the ‘us’, but did not realize its mythical-sacrificial character with respect to the ‘others’.*”⁷³.

Muitos são os autores que descrevem como a Europa se tem representado através das suas solidariedades internas, numa forma de se distinguir do “outro” ou dos “outros”. Esta forma dual, de se ver de um lado “nós”, e do outro lado os “outros”, tem quase sempre espelhado as relações entre as nações imperiais, europeias, colonizadoras e os territórios colonizados; mas pode também refletir outras formas, assumindo, por exemplo, a Europa de Leste ou o Sul da Europa, o lugar do outro, do marginalizado; e constituindo o Norte e Centro Europeu a posição central radial e dominante⁷⁴. Mesmo com o final do imperialismo e do discurso oficial colonialista, o que se verifica é que, mesmo nos dias de hoje, este tipo de vocabulário dual continua a caracterizar muitas das narrativas e a forma de se entender a Europa e o resto do Mundo, e ainda está muito associado aos ideais e às ideias que estes discursos e pensamentos propagavam⁷⁵.

Nesta linha de pensamento, importa refletir sobre o que nos diz Johanna Turunen, que destaca a ambiguidade e dissonância na ideia da Europa e observa o património como um processo cultural, que pode constituir um instrumento de mudança, ou seja, que tem o potencial de poder alavancar determinadas alterações no futuro⁷⁶. A autora analisa as exposições de três espaços museológicos/expositivos, que estão relacionados com o

⁷³ Dussel, Enrique D. (2000). Europe. Modernity and Eurocentrism. *Nepantla: Views from the South*, 1 (3) p. 474-475.

⁷⁴ Bhabra G. (2009), p.155.

⁷⁵ Aliás, nesta perspetiva importa dar destaque às 10 formas de colonização da história pelos ocidentais (Etnocentrismo histórico), que foram registados por Roy Preiswerk e Dominique Perrot (1975) e que são elencadas por Jack Le Goff: 1) ambiguidade da noção de civilização; 2) o evolucionismo histórico ou seja a ideia de que a história tem uma evolução linear e única, segundo o modelo ocidental; 3) que o analfabetismo ou alfabetismo é um critério de diferenciação superior e inferior, portanto hierárquico; 4) uma noção de que o fundamento da historicidade das culturas de outros povos é feita a partir dos contatos com o Mundo Ocidental; 5) afirmação dos valores através do sistema de valores ocidental (a unidade, a lei e a ordem, o imobilismo, a democracia, o sedentarismo, a industrialização, etc.); 6) A legitimação sempre unilateral da intervenção ou ação ocidental sobre outras culturas e povos (escravatura, propagação da fé cristã, colonialismo, etc.); 7) A deslocação intercultural de noções ocidentais (feudalismo, democracia, classe, estado, revolução); 8) a utilização de estereótipos, como povos primários, bárbaros, fanatismo muçulmano, etc. ; 9) a periodização da História pelo Mundo Ocidental, com destaque ou realce apenas para determinados factos ou acontecimentos, selecionando datas particulares (em oposição ao conjunto da História do Mundo); e 10) a seleção de determinadas ilustrações que realçam a raça e a cor da pele. In Le Goff J. (1984), História In *Enciclopédia Einaudi Volume 1. Memória – História*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, p. 239 e 240.

⁷⁶ Turunen, J. (2019). Introduction: using our pasts, defining our futures – debating heritage and culture in Europe, *International Journal of Heritage Studies*, p.975-978

colonialismo europeu, nomeadamente o Promontório de Sagres⁷⁷, a Casa da História Europeia, em Bruxelas, e a exposição temporária (2016 - 2017) sobre o colonialismo alemão no *Deutsches Historisches Museum*, em Berlim. Turunen discute a importância da produção de conhecimento e de consciência histórica sobre o colonialismo, a descolonização da mente europeia e a inclusão de novos discursos alternativos, para a construção de novas narrativas sobre o colonialismo⁷⁸. No seu estudo, expõe algumas das lacunas, silêncios, ou contenções que as narrativas patrimoniais europeias apresentam, e realça a importância do património, para discutir fenómenos sociais relevantes e que questionam sobre que futuro é construído, através da seleção do passado histórico.

Uma das formas de se poder ultrapassar esta abordagem binária (“nós e os outros”, “*the west and the rest*”⁷⁹) de se entender a Europa e o Mundo, é através dos conceitos de ambivalência e hibridismo, mas também através do conceito de multiverso ou pluriverso. Sabemos que a realidade não é nem una, nem dicotómica, mas diversa, heterogénea, complexa e de difícil apreensão. Em oposição ao conceito de universo, a noção de pluriverso - ou multiverso, como é designado por Ortega y Gasset - explica-nos que, quando não sabemos se “aquilo que há forma um todo”, um universo, ou antes “vários versos”, ou significados, configurando assim um Multiverso⁸⁰.

Neste sentido, vemos como o conceito de pluriverso reconhece por um lado, as várias formas ou projetos de vida plurais, e por outro lado, como Johanna Turunen refere, assume também a subalternidade de umas em relação a outras, numa lógica central, em redor de um conjunto de padrões de poder organizacionais, sociais, económicos, políticos e históricos. Esta subalternidade e estas relações de poder constituem aquilo a que se designa por colonialidade⁸¹.

A colonialidade pode ser definida como um conjunto estabelecido de padrões de poder, que surgiu como consequência do colonialismo, e que define as relações sociais,

⁷⁷ Não existindo há largos anos, uma exposição no Promontório de Sagres, questionou-se sobre que materiais teria J. Turunen analisado. Após contacto com a investigadora, ficou esclarecido que a sua análise foi efetuada a partir dos painéis (*black design boards*), que apresentam os módulos com as temáticas gerais da exposição permanente, a integrar no futuro Centro Expositivo, e ainda através das entrevistas realizadas com os técnicos do local. No entanto, sabemos que, entretanto, já houve diversas alterações ao projeto inicial.

⁷⁸ Turunen, J. (2019), p.975-978

⁷⁹ Turunen, J. (2016), p. 3

⁸⁰ Ortega y Gasset, J. (1994). *O que é a filosofia ? – ensaio*. Edições Cotovia. Lda, Lisboa, p.58.

⁸¹ Turunen, J. (2016), p. 4 -5.

individuais, culturais, de trabalho e de produção de conhecimento, que ultrapassa em muito as fronteiras das administrações colonialistas, e que se expandem por todas as relações sociais atuais. O estudo da colonialidade permite-nos estudar quais são os efeitos e consequências do colonialismo, nos dias de hoje, na Europa⁸².

Importa acrescentar ainda que Turunen argumenta que os estudos pós-coloniais⁸³ se têm debruçado sobre os discursos imperialistas europeus, embora quase sempre de uma forma eurocêntrica, ou seja, abordando a forma como os territórios periféricos e colonizados foram afetados por esses discursos imperialistas. Falta, no entanto, iniciar um outro campo de investigação, cujo foco de análise seja efetivamente a própria Europa. Parece que ainda existe uma enorme dificuldade em a Europa assumir o seu passado colonial e as ramificações desse mesmo passado na contemporaneidade; ou seja assumir a existência de uma colonialidade tão profundamente enraizada em todo o tipo de relações humanas (sociais, profissionais, institucionais, culturais, etc.).

Portanto, o que importa destacar como uma importante mais valia dos estudos pós-coloniais, para os estudos sobre o património, não é apenas a questão da representatividade do outro, mas essencialmente e mais importante, a forma como nós europeus nos vemos, nessa relação intrínseca com o outro. Deve ser reconhecido o carácter híbrido do que é ser europeu. As versões dominantes do que é o património devem ser revistas, de forma a colocar no centro o que estava na periferia, e a integrar o que até há pouco tempo se excluía.

Homi K. Bhabra, um dos primeiros precursores dos estudos pós coloniais propõe uma nova forma de observação, através de uma análise pós colonial: por um lado, olhando para o passado, procurando uma reconstrução da representação histórica; e por outro lado, olhando para o futuro, procurando a criação de novas histórias, ou seja de novas narrativas⁸⁴. Ao expor as múltiplas significações e narrativas patrimoniais, que são por vezes também dissonantes e conflituosas, torna-se mais fácil de avaliar se o passado e o património associado é utilizado para manter o *status quo*, ou se pode ser utilizado para construção de um futuro, mais inclusivo, mais democrático e potencialmente mais justo

⁸² Maldonado-Torres, N. (2007), p. 247

⁸³ O pensamento pós-colonial dá os primeiros passos através das ideias de Edward W. Said, Homi K. Bhabha e Gayatri C. Spivak e surgiu influenciado pelos ideais contra o colonialismo. Atualmente, os estudos pós-coloniais carecem de um enquadramento teórico estabelecido e podem assumir várias perspetivas e estratégias de análise.

⁸⁴ Bhabra G. (2009), p.70.

e próspero. A forma como selecionamos o que queremos destacar do passado, está diretamente relacionada com a nossa posição na forma de perspetivar o futuro.

Ao longo do caminho percorrido, nesta 1ª parte do trabalho, observámos a dificuldade na definição do património europeu; considerando, por um lado, a pluralidade ontológica do património, ou seja, o multiverso de naturezas patrimoniais, e as suas características, tais como o seu carácter híbrido, ambíguo, a sua constante mudança de lugar (o seu “nomadismo”), e por outro lado, as suas características exteriores, ou seja, as que são determinadas por diferentes mundivisões, perspetivas, culturas, provenientes de diferentes interlocutores.

O património, sendo uma prática construtiva, depende de quem a produz, o que pressupõe a existência de diferentes perspetivas sobre o património, nomeadamente das comunidades patrimoniais. Importa relembrar o seu carácter mutável, não consensual e dissonante, onde os significados e significantes estão permanentemente a ser recriados, moldados e construídos. Observámos ainda o alargamento da noção de património, que se estende até aos conceitos de paisagem cultural e de paisagem patrimonial (*heritagescape*). Vimos também como a paisagem patrimonial pode integrar elementos exteriores ao campo patrimonial, numa conjugação com aquilo que se pode designar de *espírito do lugar*. Deste modo, vemos como o processo patrimonial é interativo, colaborativo e dialogante, o que resulta numa pluralidade de significados, que constituem o pluriverso patrimonial.

Outra questão que importa relembrar é que o discurso patrimonial autorizado – DPA – dá destaque aos valores intrínsecos do património e desvaloriza os valores extrínsecos, ou seja, não integra a diversidade de perspetivas de quem olha para o património. Mas são estas dinâmicas, associadas aos seus aspetos externos, que podem ser muito úteis, pois constituem recursos valiosos, para a resolução de questões críticas que as comunidades ou as sociedades atravessam. Vimos ainda, como de acordo com o DPI – discurso patrimonial inclusivo -, a construção patrimonial faz-se integrando várias perspetivas, mais abrangentes, polifónicas e muitas vezes dissonantes.

Neste âmbito, arriscaria a propor que o DPA - Discurso patrimonial autorizado - descende do discurso oficial colonialista; pois, como vimos, anteriormente, o

aparecimento da noção de património surge associado à modernidade e ao eurocentrismo, fenómenos relacionados com o imperialismo europeu. A forma como se olha para o passado é sempre moldada, de acordo com os interesses ideológicos do presente e há ainda que reconhecer que a forma como se conta a história, ou como se constroem narrativas, não está isenta de um pendor ideológico. O património e as narrativas a ele associadas têm sido integrados em mecanismos e discursos do politicamente correto, e moldados não só pelo eurocentrismo, a que estão fortemente arraigados, como também por uma colonialidade, que se encontra oculta, mas presente nas suas formas de construção.

Todas estas reflexões e problemáticas permitem refletir sobre as narrativas associadas ao Promontório de Sagres e observar a uma nova luz, não só a pertinência e relevância da Marca do Património Europeu, como também as suas fragilidades e os desafios que se colocam, como veremos mais à frente.

PARTE II – As Narrativas dos “Descobrimentos”

Capítulo I - Narrativas míticas e épicas

“Não ando longe de pensar que, nas nossas sociedades, a história substitui a mitologia e desempenha a mesma função já que para as sociedades sem escrita e sem arquivos, a mitologia tem por finalidade assegurar com um alto grau de certeza (...) que o futuro permanecerá fiel ao presente e ao passado.”⁸⁵

Claude Lévi - Strauss

A citação aqui referida, de Lévi-Strauss, talvez nos ajude a abrir caminho, para perceber que existe uma fronteira que é apenas mental, entre a mitologia e história, pois todas as histórias são também criadas, concebidas, não sendo separadas da mitologia, mas uma continuação desta última. Assumindo, assim, a perspectiva de Lévi-Strauss, podemos ter uma análise crítica das várias versões historiográficas. Vemos como as narrativas

⁸⁵ Lévi -Strauss, C. (1987). *Mito e significado*, Edições 70, Lisboa p. 51.

históricas acabam, por vezes, por replicar as histórias míticas que explicam as origens do mundo. Por um lado, pretende-se que a História seja metódica, racional, rigorosa e científica; e por outro lado, temos que assumir que a História constitui também um campo aberto, onde se projetam muitas preocupações, inquietações e crenças do próprio presente⁸⁶.

Neste sentido, os “descobrimientos portugueses” estão, como sabemos, muitas vezes, enraizados em questões mitológicas, e Sagres é de facto um caso paradigmático, pois desde há muito é um dos lugares míticos, que a memória coletiva portuguesa associa a este período da História de Portugal. Neste território, história e mito surgem como dimensões que sempre se foram entrecruzando. Sagres é um símbolo que liga Portugal ao Mundo e finisterra que faz parte integrante da identidade, da essência do País. Este é, portanto, um lugar mítico, símbolo da génese desse movimento expansionista, associado ao personagem “herói”, Infante Dom Henrique, considerado o principal agente, o impulsionador dos “descobrimientos”, um período “épico” da História Universal.

Sabemos que um dos maiores mitos⁸⁷ criados na História de Portugal tem aqui a sua origem, como o mito da “Escola de Sagres”, largamente propagado pela “política do espírito” do Estado Novo, de forma tão eficaz, que ainda nos dias de hoje, muitos são os visitantes, nacionais e estrangeiros, que visitam a Fortaleza de Sagres, procurando encontrar os vestígios, de algo que corresponda a esta mítica escola náutica⁸⁸.

Neste contexto, é interessante referir a existência de três dimensões de mitos, como nos apresenta Isabel Castro Henriques, relacionados com a ideologia colonial: a dimensão antropológica, que destaca uma suposta superioridade racial e cultural do homem branco e a sua missão civilizadora; a dimensão histórica, ou seja, o lugar pioneiro do povo português na “aventura dos descobrimientos”; e por último, uma dimensão sociológica, assente na teoria do luso tropicalismo, de Gilberto Freyre, que destaca a

⁸⁶ Matos, Sérgio C. (1990). *História, Mitologia, Imaginário nacional - a História no curso dos liceus (1895 a 1939)*. Coleção Horizonte histórico. Livros Horizonte. p. 84.

⁸⁷ Sérgio Matos tem dúvidas sobre a possibilidade de se conceber uma tipologia de mitos, mas diz-nos que convém reter algumas palavras importantes, que poderiam fazer parte dessa eventual tipologia, tais como pátria, raça, nação; e ainda algum nome próprio, como Dom Afonso Henriques, Infante Dom Henrique ou Vasco da Gama, etc. In Matos, Sérgio C. (1990). 86 e 87.

⁸⁸ Para além da questão mitológica, este é um lugar que encerra ainda um “enigma” muito interessante, a “rosa dos ventos”, estrutura circular, que sabemos não ser do período henriquino, mas uma re-construção do século XX, sobre uma pré-existência. O que é facto é que esta “rosa dos ventos” re-criada há cerca de 100 anos ajudou também a perpetuar o mito da existência de um observatório astronómico e que este seria um lugar de encontro de sábios, astrónomos, cartógrafos e marinheiros.

singularidade de temperamento do povo português, onde se promove a sua capacidade de miscigenação e de cruzamento cultural e ainda uma pressuposta ausência de racismo, que caracteriza a nação lusa⁸⁹.

A existência de uma narrativa apologética da “expansão portuguesa”, alienada da verdade histórica, em que se funda o “pilar da nação” e a identidade nacional, associada ao fim tardio do colonialismo em Portugal (1974/1975), tem, como resultado a continuidade de um discurso histórico científico, que se manteve alheio à “voz autónoma” dos povos colonizados, perspectivas que foram camufladas e dissolvidas na historiografia dos Descobrimentos Portugueses, como refere Isabel C. Henriques⁹⁰, para quem:

“o exercício constante de desmemoriação das populações dominadas em relação à sua própria história, introduzindo a história do colonizador e incentivando uma nova memória que reorganiza a hierarquização dos homens de acordo com a norma do colonizador (...)”⁹¹.

Até à revolução de abril, a história dos povos colonizados foi objeto de manipulação, e estes nunca eram vistos como os legítimos proprietários de uma história própria. De acordo com Isabel C. Henriques, a escrita da história portuguesa recusava-se em reconhecer que estes povos eram detentores de culturas seculares e organizados em sociedades complexas. Isto explica, em parte, como a historiografia portuguesa permaneceu tão “colada” aos mitos de ideologia colonial⁹².

Eduardo Lourenço talvez tenha sido uma das figuras mais proeminentes ao destacar a necessidade de questionarmos permanentemente as imagens e os mitos que se foram cristalizando ao longo da história, expondo uma perspectiva crítica desta desfiguração sistemática que os portugueses têm construído de si próprios:

“Acontecimento central da história portuguesa, as descobertas marítimas, ou antes a leitura que delas fazemos, nunca mais deixaram de fazer parte da nossa

⁸⁹ Henriques, I. C. (2020). A Descolonização da História. Portugal, a África e a desconstrução de mitos historiográficos. Caleidoscópio- Edição e Artes Gráficas S.A. p. 16

⁹⁰ Henriques, I. C. (2015). Colonialismo e História. WP (Working Paper) 132. CEsa Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina. Apoio da FCT p.4.

⁹¹ Ibidem, p.4.

⁹² Henriques, I. C. (2020). p. 23.

mitologia cultural e foi em torno delas que se travou e trava ainda o essencial conflito entre a nossa *ficção e realidade* de Portugueses, definidos então de uma vez por todas, como *descobridores*”⁹³.

Para além do mito, outro elemento importante de destacar na narrativa associada à História dos “descobrimientos portugueses” tem a ver com a dimensão de epopeia, onde todos os vícios e aspetos negativos tendem a desaparecer, na narração elogiosa, dos heróis e dos seus grandes feitos. Nesta perspetiva, parece interessante dar destaque ao que Walter Benjamin apresenta, que em oposição a essa forma de ver a História, considera que deve existir um “momento destruidor”:

“(…) momento destruidor: demolição da história universal, eliminação do elemento épico, nenhuma identificação com o vencedor. A história deve ser escovada a contrapelo. A história da cultura como tal é abandonada: ela deve ser integrada à história da luta de classes”⁹⁴.

Para W. Benjamin é necessário desconstruir o fio da continuidade histórica e cultural e deixar de olhar para a História como a dos vencedores e do progresso e desconfiar dos “tesouros culturais”, esses despojos que legitimam os interesses de uma minoria dominante. O autor defende uma historiografia que deve ser a do ponto de vista dos vencidos, podendo constituir também uma “história dos desastres”, dando memória a um passado que ficou abafado pelas narrativas da Grande História Universal⁹⁵.

Ou, como bem sintetiza Oneide Perius:

“Os eventos-limite do século XX exigem uma nova historiografia, ou seja, contar a história não mais como odisseia da razão, ou progresso. Esses eventos não podem ser positivados dentro de um sistema teórico. A crise neste clássico modelo de representação usado pela historiografia tradicional precisa ser revista

⁹³ Lourenço, E. (1992), p. 87

⁹⁴ Walter Benjamin In Löwy, Michael (2011) “A contrapelo”. A conceção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940) *Lutas Sociais*, (2º sem. de 2010 e 1º sem. de 2011), São Paulo, p. 20.

⁹⁵ Benjamin, W (2017), *O Anjo da História*, ed. e trad. de João Barrento, Lisboa, Assírio & Alvim.

(...). Esta nova historiografia que desmente o grande mito do progresso perpetrado pela historiografia historicista do século XIX, torna -se o novo paradigma”⁹⁶.

Esta é uma reflexão que parece muito pertinente para a compreensão e análise das várias versões historiográficas e narrativas associadas aos “descobrimientos portugueses” e ao Promontório de Sagres.

Veremos ainda, de seguida, como o lusotropicalismo veio também transfigurar e sedimentar um conjunto de discursos, que promovem uma visão abonatória da natureza dos “descobridores”.

Capítulo II- O Luso-tropicalismo

A reprodução do discurso do luso-tropicalismo é assente numa ideia de excepcional aptidão portuguesa para uma interação pacífica com o outro, ao nível científico e académico, sobretudo na historiografia e na antropologia. Verifica-se que o discurso científico acaba por reproduzir as condições da legitimação dos “descobrimientos”, enquanto período paradigmático da história nacional e universal. Além disso, assiste-se a uma contínua reciclagem institucional dos “descobrimientos”, que constitui um objeto interessante de análise, se observarmos como esta narrativa silencia determinadas vozes e enfatiza outras, as narrativas dos poderes.

A obra de Cláudia Castelo sobre o luso-tropicalismo fornece alguns elementos importantes para se perceber a razão pela qual persiste um discurso, que é transversal ao espectro político e ideológico nacional, que se baseia numa suposta imunidade portuguesa ao racismo⁹⁷. Esta é uma teoria cujos fundamentos começaram a ser sustentados na obra *Casa-grande & senzala*, do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, editada em 1933, e que tem por base uma pretensa e especial aptidão dos portugueses para a mestiçagem, para o cruzamento cultural e para o ecumenismo. Mas foram outras as obras de Freyre⁹⁸ que contribuíram para a consolidação e disseminação desta teoria.

⁹⁶ Perius, Oneide (2009), Walter Benjamin: considerações sobre o conceito de História. Tempo da Ciência (16) 32 : 123-135 2º semestre 2009, p. 132.

⁹⁷ Castelo, C. (1998). “O modo português de estar no mundo” O luso-tropicalismo e ideologia colonial portuguesa (1933 - 1961). Biblioteca das Ciências do Homem. Porto: Edições Afrontamento.

⁹⁸ tais como *A Integração Portuguesa nos Trópicos* (1953) ou *O luso e o trópico* (1961).

C. Castelo demonstra que o regime ditatorial do Estado Novo instrumentaliza a teoria de Freyre, naquilo que lhe é mais conveniente: que foram os portugueses que inventaram o multirracismo e que este é fruto do temperamento e dos princípios morais do povo português⁹⁹.

Após a segunda guerra mundial assiste-se a uma mudança de atitude para com a ideologia do luso-tropicalismo. Na sequência do Holocausto e com a criação da carta dos princípios da ONU, o Estado Novo opta por proceder a algumas alterações na Constituição Portuguesa, onde as expressões *colónias* ou *império* são substituídas pelas expressões *províncias ultramarinas* ou *Ultramar*, respetivamente, com o objetivo de afirmar a unidade da “nação pluricontinental portuguesa”. Assistimos assim a uma aproximação do regime à doutrina de G. Freyre.

Além disso, assiste-se a um aproveitamento das máximas do luso-tropicalismo, que passam a ser utilizadas, por forma a convencer as massas e as nações europeias da existência de uma natureza especial da colonização lusitana, que se caracterizava pela ausência de racismo e pela existência de sociedades raciais integradas no todo nacional¹⁰⁰. Esta doutrina entra também no campo académico, durante os anos 50, quando Adriano Moreira a introduz no programa da cadeira de Política Ultramarina e começam a surgir vários trabalhos teóricos, teses de licenciatura e doutoramentos sobre o luso-tropicalismo¹⁰¹.

Para Cláudia Castelo, há um reaproveitamento desta teoria, supostamente científica, mas que obedece a uma metodologia de instrumentalização da ciência para fins políticos. Chega-se a atribuir ao Infante Dom Henrique um lugar pioneiro na teoria do luso-tropicalismo, pois o projeto do Infante baseava-se, segundo G. Freyre, na criação

⁹⁹ A diversidade de reações no campo cultural contrasta com a rejeição da doutrina de Freyre no campo político. Cláudia Castelo refere que é necessário uma reflexão e um olhar atento sobre a clivagem existente entre as reações no campo político e no campo cultural: no campo cultural, os intelectuais, mesmo os que estavam integrados no regime demonstram uma maior abertura para com esta doutrina, do que os políticos da época, sejam os do regime, sejam os da oposição, no que diz respeito à questão de mestiçagem. Os intelectuais de direita fazem uma interpretação nacionalista da teoria que é de certa forma resumida à exaltação da especificidade da colonização portuguesa. Os intelectuais de esquerda têm uma perspectiva mais crítica e confrontam o luso tropicalismo com a realidade histórica e com a prática política nas colónias africanas. In Castelo, C. (1998), p. 137 e 138.

¹⁰⁰ É interessante observar o reaproveitamento do luso tropicalismo, pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros português que o divulga amplamente, junto das embaixadas estrangeiras e nas deslocações às Nações Unidas, com forma de legitimar o caráter não colonial da presença dos portugueses fora do continente europeu. Por exemplo, vemos que Franco Nogueira e Salazar fazem cada vez mais uso das expressões do luso - tropicalismo, em entrevistas à imprensa estrangeira, no sentido de legitimar a prática ultramarina, após a perda da Índia portuguesa e o início da guerra em Angola. In Castelo, C. (1998), p.139.

¹⁰¹ Castelo, C. (1998), p. 137.

de sociedades multiétnicas, onde existia uma miscigenação cultural e um espírito “cristocêntrico”¹⁰².

O luso-tropicalismo foi criado sem encarar os factos históricos e a realidade concreta¹⁰³. Gilberto Freyre compactua também com essa politização do luso-tropicalismo quando este é, no seu âmago, uma teoria fundamentalmente cultural. Vemos, assim, que o luso-tropicalismo é divulgado a partir dos anos 30, num campo eminentemente cultural, aproveitado amplamente a nível político no período do Estado Novo e reproduzido no campo académico a partir dos anos 50; teoria que acaba por, progressivamente, entrar no imaginário nacional e conduzir ainda à *hiperidentidade*, conceito criado por Eduardo Lourenço, expressão que caracteriza a identidade portuguesa e que vem também legitimar a conceção de uma comunidade lusófona, com objetivos de cooperação económica e cultural¹⁰⁴.

Sabemos que, ainda nos dias de hoje, existe a repetição do pensamento de que o “colonialismo português foi melhor que os outros”, ideias associadas ao país de “brandos costumes” e que têm ecos em vários discursos políticos e culturais e na mentalidade do comum português.

Capítulo III - O *loop* pós-colonial

Sílvia Rodríguez Maeso analisa a relação entre os discursos científico-historiográficos presentes na reciclagem institucional dos “descobrimientos” e as práticas políticas contemporâneas, no âmbito do turismo e da academia¹⁰⁵. Com base numa reflexão sobre a produção do conhecimento a partir da extinta “Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses” e sobre a relação entre os discursos e as práticas políticas contemporâneas sobre a interculturalidade e a integração da imigração e minorias étnicas, Maeso faz notar uma constante repetição das mesmas

¹⁰² Vemos, portanto, que todas as interpretações alusivas ao caráter do Infante Dom Henrique atribuem a esta figura um perfil hagiográfico, que não é novo, mas que no presente de então, se renova e se atualiza, considerando a necessidade que o regime tinha de combater as ideias anti-colonialistas. Outros autores atribuem ao Infante o papel de re-fundador da nação e ainda o fundador do mundo moderno.

¹⁰³ como por exemplo, as práticas racistas da companhia de diamantes de Angola ou as discriminações raciais em Lourenço Marques, que eram justificadas como “desvios” à tradição lusitana, situações de exceção, consequência da influência negativa por parte do Congo Belga ou da União sul-africana. In Castelo, C. (1998), p.138.

¹⁰⁴ Castelo, C. (1998), p. 140.

¹⁰⁵ Maeso, (2016), Turismo e Academia da idade dos Descobrimientos em Portugal: o silenciamento / reprodução do racismo no *loop* pós-colonial In Política & Trabalho, Revista de Ciências sociais, n.º 44, Janeiro / Junho de 2016

narrativas interpretativas, ou seja, a aventura e o encontro com o outro, sempre evidenciando os lados positivos, e utiliza o conceito de *loop* pós-colonial para o explicar.

Para Maeso, o *loop* pós-colonial nutre-se de um luso-tropicalismo genérico, que persiste nos dias de hoje, como interpretação do senso comum e como representação oficial da identidade nacional. *Loop* é uma estrutura de repetição e um dos tipos de estrutura de repetição é o *loop while*, ou seja, “enquanto uma condição se verificar as instruções são executadas indeterminadamente”¹⁰⁶. A reprodução do culto dos descobrimentos faz-se também à conta do encobrimento dos processos de violência que lhe estão associados, mesmo que, sem a consciência disso. A narrativa associada aos “descobrimientos” tem sido utilizada de forma a construir a ideia de uma Europa, bem como o seu lugar na produção da história universal, ou seja, é uma narrativa de modernidade, que enfatiza o papel de Portugal e Espanha, os iniciadores da expansão europeia, através da exploração de novas rotas.

Este *loop* repete a narrativa das “realizações portuguesas”, através dos conceitos de aventura e de exploração. Portanto, são estes os argumentos que validam os feitos portugueses, que os enquadram na ideologia colonial moderna e que os legitimam de forma política, desde o final do século XV e que se encontram em permanente construção. Muitas vezes, o colonialismo surge como se constituísse um exercício necessário para o mito da modernidade, como um processo de “libertação” dos oprimidos. Maeso refere existir uma dupla despolitização da memória e da história do colonialismo: por um lado, a ideia de uma história partilhada entre colonizadores e colonizados, e por outro lado, o silenciamento das lutas políticas anticoloniais. Este tem sido o discurso sobre a Europa e sobre Portugal, onde a narrativa dos “descobrimientos” tem explorado as fronteiras entre a *Europeidade* e a *Não Europeidade*, e a sua pedagogia utilizada para fortalecer a identidade em torno dessa *Europeidade*. Esta pedagogia teve início a partir de finais do século XV, princípios do século XVI, mas cujas formas contemporâneas ainda persistem, e que têm na sua base uma culturalização da política, que se iniciou na segunda metade do século XIX¹⁰⁷.

¹⁰⁶ Maeso, S.R. (2016), p. 28.

¹⁰⁷ Maeso, S. R. (2016), p.30.

A pedagogia dos descobrimentos foi fortemente alavancada pelo discurso nacionalista do republicanismo, nos finais do século XIX. Abdool Karim Vakil fala de uma transferência circular em torno dos seguintes termos: tradição nacional - momento histórico paradigmático - Descobrimentos - Colonialismo - Republicanismo¹⁰⁸. Este autor analisa as formas como os “descobrimentos” foram interpretados e incorporados em várias perspetivas, sejam elas, a republicana ou a monárquica, e a forma como estas agiam na luta pelo controle do imaginário nacional, que se intensificou entre 1912 e 1940.

Para Sílvia Maeso, a abundância de dados - datas, nomes, viagens, rotas, instrumentos ou artefactos - criam aquilo a que se designa de “factos da História”, e que produzem e reproduzem também as tais subjetividades histórico políticas: a do Renascimento, do Ocidente, do homem branco europeu, subjetividades a partir das quais se interpreta o momento presente. Através do modelo eurocêntrico, o passado é continuamente recriado e está sempre relacionado com determinadas relações de poder¹⁰⁹.

A narrativa épica propaga um *Nós* universal, que corresponde sempre ao *Nós* europeu branco e civilizado, que se lançou nos “descobrimentos, na 1ª fase da era da globalização e que mudou para sempre o curso da história”. Este discurso está fundado no *loop* pós-colonial e é direcionado a uma audiência que se assume do lado privilegiado, ou seja branco, europeu ou ocidental. Maeso refere as várias justificações, que têm sido utilizadas, para tentar legitimar esta perspetiva: a) a importância de contar o lado positivo e negativo da história; b) que os povos contam a sua história a partir da sua perspetiva; c) que a violência faz parte da condição humana e d) que os descobrimentos facilitaram o encontro com o outro¹¹⁰.

O silenciamento e a banalização do processo de escravidão racial são muitas vezes naturalizados por um discurso de poder, que nos fala da ubiquidade da escravatura, ou seja, que utiliza o argumento de que estes já eram escravos vendidos pelos próprios africanos. Aliás, esta questão da “privatização”, que supostamente iliba os portugueses

¹⁰⁸ Vakil, AbdoolKarim (1995). Representations of the Discoveries and the Imaginary of the Nation in portuguese integralism. Portuguese studies, v. 11, p. 136.

¹⁰⁹ tal como se verifica acontecer no “Ministério da Verdade”, instituição presente na obra de ficção *1984* de G. Orwell, onde toda a verdade é editada e onde o passado é também controlado pelo domínio da memória. Nesta história distópica, o regime onnipotente do “Grande Irmão” recria continuamente os mesmos argumentos, o mesmo dogma, com o intuito de dominação das massas. In Orwell, G. (2003), 1984. São Paulo: IBEP.

¹¹⁰ Maeso, S.R. (2016), p. 33.

de qualquer responsabilidade, pois afinal não foram eles que inventaram o tráfico do “ébanho humano”, está associada a uma das “quatro verdades históricas”, apontadas por Isabel C. Henriques, integradas no quadro mitológico, que servia o propósito de manter na mesma linha narrativa dos “descobrimientos”, a narrativa histórica da “África Portuguesa”, que expede o povo africano para um lugar de silêncio, onde a história só tem início com a ação civilizadora dos portugueses. A primeira “verdade histórica” largamente disseminada, ainda nos dias de hoje, corresponde ao papel precursor dos portugueses na abolição do comércio negreiro e da escravatura. Contudo, esta é uma adulteração histórica, uma falácia, apoiada numa múltipla confusão de terminologia. A segunda e terceira verdades históricas estão relacionadas com os mitos da “prioridade histórica,” associados a uma “vocação colonial” particular para a “missão civilizadora”; e por último, a “hegemonia” portuguesa, que justificaria que o regime colonial tivesse legitimidade para assegurar a gestão daquele território ¹¹¹.

Estávamos, portanto, perante um processo de “*privatização*” do processo de escravatura ¹¹².

No contexto europeu, no período que vai desde o final do século XIX, até à década de 30 do século XX, as alterações que verificamos nas narrativas têm sido as de integrar o colonialismo numa ideia de multiculturalidade e de contacto entre culturas. No entanto, verificamos que a análise destas narrativas tem sido muito pouco crítica, existindo quase como que uma tentativa de querer compatibilizar algo que se quer celebrar, que são os “descobrimientos”, a multiculturalidade e o encontro de povos e de culturas, com aquilo que se designa de uma “certa complexidade” da situação colonial ¹¹³. A semântica associada aos “descobrimientos”, à globalização e à mundialização continua a existir, relacionada a uma renovação da filosofia positivista que objetiva a “realidade da expansão” ¹¹⁴.

¹¹¹ In I. C. Henriques (2015), p. 19 e 20. Neste contexto importa ainda relembrar que a abolição da escravatura em Portugal (1761) e o tráfico negreiro (abolido em 1836) são questões distintas. O decreto publicado em 1761, por Marquês de Pombal não acabou, de facto, com o processo de escravidão, pois “o que foi proibido foi a entrada de novos escravos. Isso não se traduziu no fim da escravatura, uma vez que, além dos escravos já existentes, havia também os que nasciam de mãe escrava e por isso continuavam escravos”. A última escrava do império morreu na década de 30 do século XX. Foi escrava até 1869, ano em que se dá a abolição da escravatura em todo o território português. In Arlindo M. Caldeira, disponível através:

<https://tr.sapo.pt/2017/03/25/pais/a-ultima-escrava-portuguesa-morreu-em-lisboa-nos-anos-1930/noticia/79112/>

¹¹² Maeso, S.R. (2016), p. 36.

¹¹³ Henriques, I. C. (2015), p.12.

¹¹⁴ Maeso, S.R. (2016), p. 38 e 39.

Maeso argumenta ainda, que a atual academia reproduz a mesma narrativa colonial dos impérios ultramarinos, que se baseiam fortemente na questão do rigor e da sensibilidade científica. Esta ideia da objetividade científica dá, de certa forma, continuidade ao modelo positivista, que observa continuamente a Europa e Portugal como ideia e projeto político, pois pretende naturalizar este espaço como o melhor, o mais vocacionado, para deter os “descobridores” de outros lugares, de outros espaços exteriores à Europa¹¹⁵.

Para além da Academia, existem outros lugares, outras arenas institucionais, onde este projeto historiográfico é reciclado, como por exemplo, em projetos políticos mais amplos que voltam a recriar permanentemente o silenciamento do racismo, a favor da retórica da interculturalidade e da integração cultural. Ana Barradas refere que existe, ainda, a ideia de que os portugueses são considerados os mais bem colocados, para servirem de mediadores entre europeus e não europeus, ou seja, continua a existir quase que um ideal de expansão¹¹⁶.

O *loop* pós-colonial replica ininterruptamente as mesmas narrativas, as mesmas interpretações da época dos “descobrimientos”, os mesmos conceitos de mundialização, de aventura, de encontro de culturas, de apresentação dos lados positivos e negativos da expansão, mas fá-lo a partir de um único lugar: o lugar da confiança da crítica científica¹¹⁷. Este *loop* pós-colonial alimenta-se também do luso-tropicalismo e de uma ideia da identidade nacional que se banalizou, através da noção do “bom colonialismo português”.

Assistimos, assim, ao perigo de se legitimar este tipo de narrativas “branqueadoras” da história, utilizando a evidência científica e cultural, através de uma reciclada, contínua e repetitiva argumentação, sempre abonatória dos “descobrimientos como 1ª fase da globalização”.

¹¹⁵ Maeso, S.R. (2016), p. 42.

¹¹⁶ Barradas, A. (1998), *Ministros da Noite. Livro Negro da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Antígona, p. 14.

¹¹⁷ Maeso, S.R. (2016), p. 43.

Capítulo IV - As narrativas dos “Descobrimentos” na Passagem do Milénio até aos dias de hoje

Integrando a noção de *loop* pós-colonial, conceito tratado no capítulo anterior, e que como já vimos, teve no luso-tropicalismo um substrato fértil, é agora o momento de analisar as transformações das narrativas na passagem do milénio, com a criação da CNCDP - Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses (1986 - 2002) e com a Expo 98 - Exposição Internacional de Lisboa.

De acordo com António Pinto Ribeiro, a narrativa oficial sobre os “descobrimentos portugueses” permaneceu intacta até ao final do século XX. Este é um debate que se afigura só se ter iniciado com a criação da CNCDP. Parece que foi só neste momento que existiu de facto a oportunidade de se iniciar uma avaliação das várias dimensões dos “descobrimentos portugueses” e as suas consequências contraditórias¹¹⁸.

António Pinto Ribeiro relembra que os museus constituem instrumentos de poder usados para representar determinadas perspetivas do mundo, através de uma epistemologia específica. A.P. Ribeiro preconiza que o património não se pode basear numa narrativa que exclui o outro, o estrangeiro, tal como a história oficial não pode apenas dizer que a nação sempre triunfa. O autor compara a recente ideia (2018) de se construir um “Museu dos Descobrimentos”, em Lisboa, com a *XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura*, organizada pelo governo português, em 1980¹¹⁹. Vejamos o que diz o prefácio da edição relativa a esta última exposição, de 1980:

“Esta Mostra torna-se assim um discurso cultural expressivo para os portugueses se reencontrarem com o seu passado histórico, não numa atitude exclusivista, mas conscientes da sua ação nos séculos XV e XVI, quando foram elementos decisivos na descoberta de novos caminhos para um relacionamento humano numa dimensão pela primeira vez universalista”¹²⁰.

¹¹⁸ Ribeiro, A.P. (2018), p. 2.

¹¹⁹ Ribeiro, A. P. (2018), p. 4.

¹²⁰ Prefácio de Pedro Canavarro (1983), editor Presidência do Conselho de Ministros, Comissariado para a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, Lisboa, pp. 20-21.

Pelo texto que apresenta a exposição de 1980, vemos que esta mais parece um projeto do século XIX, com uma glorificação da edificação do passado, numa sociedade integrada num regime ditatorial, diz-nos A.P. Ribeiro. O texto revela que não existiu uma rutura, com a narrativa seguida pelo Estado Novo; e além disso, a exposição e os materiais ali expostos não referem qualquer crítica à expansão portuguesa, nem à perspetiva das regiões descobertas. Trata-se sempre de mostrar a perspetiva europeia, neste caso a portuguesa. E para além disso, esta exposição dos anos 80, tinha também o propósito de fazer com que os portugueses se sentissem mais integrados na Europa¹²¹.

Podemos observar que é apenas com a criação da CNCDP, que as narrativas mudam de *nuance*, pois, de acordo com o texto do Programa Estratégico desta Comissão, existiu de facto uma tentativa de não esquecer, por um lado, que os portugueses e os europeus foram também descobertos e, por outro lado, que o olhar dos europeus sobre os outros, não deve ofuscar a forma como os outros nos olharam, e ainda a forma como eles se olhavam a si próprios¹²². Este programa evidencia, de certa forma, pelo menos para Fernando Catroga, a existência de um sentimento anti comemoracionista, recusando o depuramento do passado, através da investigação científica rigorosa¹²³.

No entanto, parece ainda que os fantasmas do passado continuavam a pairar no final do século XX, no momento de preparação da Expo 98. António Mega Ferreira, um dos organizadores desta iniciativa, assumia totalmente uma rutura com a ideologia da Exposição do Mundo Português, de 1940, com a seguinte expressão: “Chamo-me António, mas não me chamo Ferro”¹²⁴, sentindo ainda necessidade de se posicionar ideologicamente e de se justificar:

“O posicionamento ideológico e cultural desta exposição é decididamente anti nacionalista. Não se nega o passado, nega-se qualquer discurso de

¹²¹ A este propósito, A.P. Ribeiro chama ainda a atenção para a exposição que inaugurou o Centro Cultural de Belém, em 1993 - “O triunfo do barroco”. A exposição ia mais além do que celebrar os “descobrimientos”, pois tinha também implícita a valorização do barroco português, nas antigas colónias, que sabemos só ter sido possível devido à conquista, ocupação e exploração dos recursos naturais e do trabalho dos povos daquelas terras. No entanto, a exposição “O triunfo do barroco” do CCB destaca apenas um património de grandeza nacional. In Ribeiro, A.P. (2018), p. 3.

¹²² Programa Estratégico da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses (1996, p.2).

¹²³ Catroga, F. (1996), p.618.

¹²⁴ Ferreira, A. M., 1996, p. 100.

aproveitamento nacionalista do mar. O que nos interessa ao explorar o mar, não é evocar agora os descobrimentos portugueses, é evocar a glória da relação do homem com o mar à escala universal”¹²⁵.

Parece que, pela primeira vez, se deu a oportunidade de confrontar o público português com duas consequências da “expansão”. Por um lado, as diversas representações das ex-colónias dos países europeus, que se encontravam presentes na exposição, através dos seus pavilhões e atividades, e por outro lado, os muitos imigrantes provenientes dessas ex-colónias que se encontravam ali a trabalhar. Torna-se muito pertinente de realçar o facto, de que a Expo 98 instigou, segundo A. P. Ribeiro, o início do debate em torno desses “outros”, os povos dos países colonizados, que até então eram invisíveis no espaço público. Portanto, parece não ter sido coincidência ter sido neste contexto, na passagem do milénio, que se iniciou a discussão em torno do colonialismo, pós - colonialismo e racismo, graças ao trabalho de alguns historiadores¹²⁶.

Contudo, Sílvia Maeso tem uma perspetiva mais crítica e defende que as “narrativas geográficas” do primado da legitimidade histórica, utilizadas nas exposições coloniais, foram depois recicladas, como vimos, através do *loop* pós- colonial, e readaptadas na Expo 98 e resultam nas narrativas em torno das celebrações tecnológicas e de mercadoria¹²⁷.

Já neste século, torna-se interessante observar o caso do *World of Discoveries*, criado em 2014, no Porto, um *Museu interativo e Parque temático*. De acordo com a informação disponível no respetivo *website*, este é um museu que “reconstrói a fantástica odisseia dos navegadores portugueses, que cruzaram oceanos à descoberta de um mundo desconhecido”¹²⁸, onde de acordo com a diretora do museu, a narrativa se enquadra na “nova museologia”, pois os museus passaram a ser um lugar de “emoções” a experienciar. No entanto, a perspetiva emocional, parece ser sempre unilateral, como faz bem notar Sílvia Maeso, pois vemos que o visitante é convidado a experienciar e a

¹²⁵ Ferreira, A. M. (1996), p.99 e 100.

¹²⁶ Ribeiro, A.P. (2018), p. 4.

¹²⁷ Maeso, S.R. (2016), p. 33.

¹²⁸ <https://www.worldofdiscoveries.com/museu/quem-somos>

viver apenas um dos lados, o lado do descobridor, e não parece dar a conhecer a experiência emocional do “outro”, ou seja do povo colonizado e/ou explorado¹²⁹.

A própria designação “descobrimientos” tem sido recentemente muito discutida. Há quem defenda a sua utilização em termos relativos; a questão é que, por vezes, algumas das ideias promovidas, como a de que aquilo que movia os portugueses era a sede de conhecimento, não corresponde à verdade. Sabemos, atualmente, que naquele momento ninguém estaria a fazer investigação, quanto muito exploração. A investigação científica é uma preocupação atual e não se pode tentar interpretar o passado à luz das preocupações do presente. Naquele momento estávamos no domínio da contribuição para o conhecimento, mas não na reflexão sobre ele. No entanto, esta perspetiva assumida por muitos historiadores despolitiza a discussão sobre o racismo, o colonialismo e as suas consequências na atualidade - a tal colonialidade - pois continua a replicar a ideia de um nós universal (português/europeu), civilizacional, cosmopolita e que é um construtor do Mundo¹³⁰. Verifica-se uma moralização do debate sobre o racismo, que é entendido apenas como um preconceito individual, o que de certa forma vem negar a ideia de um preconceito racial, a nível estrutural, institucional e a nível político.

António Pinto Ribeiro afirma que nos dias de hoje, “os museus ou são pós-coloniais ou não são nada”¹³¹. Para este investigador é inaceitável a separação existente entre as narrativas da expansão portuguesa e europeia das perspetivas dos povos ocupados e/ou dominados. É de todo impossível, nos dias de hoje, falar da história da expansão portuguesa e da europeia sem falar do colonialismo, do imperialismo e da escravatura. Falar de um “Museu dos Descobrimientos” seria, para A.P. Ribeiro, falar de um sítio que impõe uma falsa memória, que iria legitimar e institucionalizar uma perspetiva que nega completamente a mudança epistemológica do pensamento pós-colonial e do pensamento ameríndio. Tal designação significaria, ainda, uma rejeição da necessidade de reavaliação da história do império e poderia indiciar um caminho de regressão ao neocolonialismo.

¹²⁹ Maeso, S.R (2016), p.9.

¹³⁰ Maeso, S.R. (2016), p. 40.

¹³¹ Ribeiro, A.P. (2018), p. 4.

A questão mais importante não é a de discutir propriamente cada palavra; se devemos ou não usar a palavra “descobrimientos”, “expansão marítima”, exploração ou colonialismo. O verdadeiro debate reside em discutir regularmente ao nível do poder político, o “culto dos descobrimientos” e confrontá-lo com o “sistema imunitário branco”, como designa Maeso. A narrativa relacionada com o período dos descobrimientos tem sido sempre articulada com dois anticorpos: o humanismo e o monopólio da ética. Estes dois tipos de “sistemas defensivos” utilizam sempre os argumentos do encontro com o outro, da civilização do outro, da interculturalidade e da abolição da escravatura para perpetuar esta questão¹³².

Assistimos, nos dias de hoje, ao ressurgir dos nacionalismos e uma certa desilusão com a Europa, e torna-se evidente a existência de uma melancolia relacionada com o passado colonial e de uma linguagem muito estandardizada, em torno destas temáticas. Falta pois, não apenas uma hermenêutica que respeite as múltiplas centralidades da história, que possibilite a atualização de um vocabulário, que ultrapasse o típico apologético (onde se inclui expressões como “epopeia”, “missão”, “heroísmo”, entre outras) e o cuidado na utilização da própria palavra “descobrimientos”, pois esta expressão integra uma evidente visão eurocêntrica¹³³, como também a inclusão das perspetivas dos povos colonizados, ou ainda, tal como propõe António Pinto Ribeiro, uma metodologia de negociação cultural, entre os países colonizadores e as ex-colónias. Mas, isto só será possível, verdadeiramente, apenas quando a nossa memória pós-colonial o permitir, ou seja, quando todas estas reflexões forem levadas tão genuinamente a sério, que permitam uma “revolução copernicana do pós colonialismo”¹³⁴.

Tal revolução significaria suspender todas as narrativas coloniais e neocoloniais, num projeto que tornasse visíveis as múltiplas histórias reais das pessoas subjugadas, o que implica um trabalho sério e árduo de revisão museológica, que urge fazer, mas que envolve uma mudança de mentalidade e de paradigma, quando se investiga e analisa o património associado a este período histórico. Falta, pois, como Isabel C. Henriques preconiza:

¹³² Maeso, S.R. (2016), p. 44.

¹³³ Catroga, F. (1996), p.618.

¹³⁴ Ribeiro, A.P. (2018), p. 4 e 5.

“proceder a uma sistemática ‘descolonização’ da reflexão histórica consagrada à questão colonial nas suas mais complexas dimensões, a uma valorização sem preconceitos da história dos povos colonizados e a um reconhecimento da importância definitiva desses povos e das suas dinâmicas históricas para a renovação da história portuguesa”¹³⁵.

PARTE III – O Promontório de Sagres: nos finais do século XIX ao século XX

Com esta 3ª parte do trabalho, inicia-se uma abordagem mais próxima ao objeto de estudo – o Promontório de Sagres – nomeadamente, à forma como este território surge associado a várias iniciativas comemorativas; particularmente com as comemorações que assinalam (em 1894) os quinhentos anos do nascimento do Infante Dom Henrique, e outras que se estendem pelo século seguinte, como as dos anos 40 e as comemorações dos quinhentos anos da sua morte, em 1960. Também os vários concursos públicos, que decorreram ao longo do século XX, nos irão auxiliar na perceção de como o Promontório de Sagres era visto, interpretado e perspectivado pelo regime do Estado Novo e depois, mais tarde, no último concurso, já em período democrático.

Capítulo I - O “Comemoracionismo”

O “comemoracionismo” gira sempre à volta dos “grandes homens” ou dos “grandes acontecimentos”. Apesar da sociolatria positivista, em Portugal não se ter revestido de formas mais dogmáticas, as comemorações constituíam espetáculos cheios de emotividade e simbologia, que fazem a mediação com a memória, têm uma função pedagógica e proporcionam uma religação dos indivíduos a uma coletividade. As comemorações são memórias consensualizadoras, embora selecionem as que se encontram de acordo com os interesses do presente, de então. Apesar de inicialmente tais celebrações terem um propósito erudito e elitista, a alternativa popular acabou por ir ganhando espaço, nos meios intelectuais e culturalmente organizados, e estas

¹³⁵Henriques, I. C. (2020) p. 37.

comemorações acabaram por se transformar numa grande festa mais popular, com efeitos pedagógicos e cívicos de “significação moral”¹³⁶. A propaganda tinha, neste contexto, um papel fundamental.

Integradas no processo de luta pela hegemonização do poder simbólico, de estratégia de promoção de coesão social e de patriotismo, as comemorações constituem manifestações que descendem da Revolução francesa, que “pagam aos ilustres” uma dívida de reconhecimento, com o objetivo de lhes retirar uma mais-valia simbólica e de gerar consensos, por vezes, envoltos em conflitos de interesses. Fernando Catroga apresenta a sua leitura, daquilo que designa por “acontecimentos espetáculos”, as comemorações como liturgias cívicas¹³⁷, um processo que se inicia com o culto a D. Pedro IV¹³⁸, e que ganha uma tónica reforçada precisamente com as comemorações camonianas de 1880¹³⁹.

O ato comemorativo dava expressão a uma leitura e interpretação da História da designada “Idade do Ouro”. Não se tratava apenas de glorificar a obra poética de Camões, personagem ilustre do Renascimento, mas o que supostamente a obra representa, um período considerado áureo da evolução da Humanidade, os “descobrimientos”, vistos como o acontecimento inaugurador da Modernidade. Estas constituem interpretações, que conferem simbolismo a uma festa cívica de forte carácter visual, em que a forma como se olha para o passado e as suas personagens, é sempre moldada de acordo com os interesses ideológicos do presente¹⁴⁰.

1.1 Comemorações dos 500 anos do nascimento do Infante Dom Henrique (1894)

Depois das celebrações “camonianas”, o segundo momento comemorativo relacionado com a questão colonial, foi o da celebração dos 500 anos do nascimento do Infante Dom Henrique, em 1894. A ideia desta comemoração foi lançada em 1882, pela Sociedade de Instrução do Porto. A escolha do Porto era de facto justificada, pois foi aí que Dom

¹³⁶ Catroga, F. (1996), p. 553.

¹³⁷ In Catroga, F. (1996), p. 551.

¹³⁸ A articulação da glorificação dos *grandes homens*, com o culto panteónico tem início em Portugal com o culto a D. Pedro IV, considerado o “pai da pátria”, o iniciador do liberalismo. In Catroga, F. (1990). O culto cívico de D. Pedro IV e a construção da memória liberal In Revista da História das Ideias vol. 12, Faculdade de Letras, Coimbra.

¹³⁹ Catroga, F., (1996), p. 551.

¹⁴⁰ Catroga, F., (1996), p. 555.

Henrique nasceu a 4 de março de 1394. As festas comemorativas foram organizadas e patrocinadas pelas forças monárquicas. As intenções políticas da iniciativa prendiam-se com questões de enaltecimento de sentimento patriótico e de defesa das colónias e propiciava ainda um momento de reconciliação da coroa com a cidade¹⁴¹.

O aparecimento de novas potências coloniais, assim como a questão da prioridade do critério da “ocupação efetiva” em detrimento do da “prioridade histórica”, definida na Conferência de Berlim (1884 -1885), a par da posição subalterna do colonialismo português, relativamente ao imperialismo britânico, levou ao fracasso do projeto colonial do “mapa cor de rosa” e ao *Ultimatum*¹⁴². Tal veio a conferir uma nova pertinência à questão colonial e a atribuir maior significância a um projeto comemorativo, que pudesse funcionar como afirmação da relevância do Infante Dom Henrique, como impulsionador dos “descobrimientos” e consequentemente do pioneirismo do país, que iniciou este projeto expansionista, que viria a justificar a criação de um império¹⁴³.

Portugal encontrava-se num período de grande fragilidade e ameaçado pelos interesses de outras potências nas colónias. A forte adesão popular a tais festas e manifestações comprovam tal interpretação, a de que o povo português ainda teria as mesmas capacidades intrínsecas de poder tornar a nação grande, como em tempos foi, com o intuito de evidenciar a sua vitalidade e força anímica, face a nações estrangeiras. O argumento da prioridade histórica foi largamente utilizado nos discursos de manutenção das colónias.

O advento de uma forte exaltação nacionalista e colonialista, por toda a Europa, conduziu a que Portugal tentasse dar resposta, com projetos e iniciativas várias, de que estas comemorações fizeram parte, ao tentar mostrar aos europeus o valor histórico de um período de apogeu, como uma mais valia regeneradora do Presente¹⁴⁴. Estas comemorações, vistas como uma liturgia da recordação, tinham objetivos historicistas e pedagógicos muito semelhantes aos dos festejos camonianos, pois promoviam

¹⁴¹ Ibidem, p. 556.

¹⁴² Ibidem, p. 557.

¹⁴³ Catroga, F. (1996), p. 555.

¹⁴⁴ Catroga, F. (1996), p. 557.

sentimentos de mobilização patriótica e de coesão nacional, contra o decadentismo, além de servirem de justificação de permanência nas colónias.

A Câmara Municipal do Porto encabeçou a organização das festas. O programa seguiu o modelo positivista das comemorações camonianas e consistiu num “curso literário, uma exposição industrial e colonial, um cortejo cívico, uma festa fluvial com a participação de réplicas quinhentistas, conferências e o lançamento da primeira pedra da planeada estátua”¹⁴⁵, referindo-se ao monumento em bronze a edificar na cidade natal de Dom Henrique. As iniciativas incluíam também a primeira edição filatélica com intuítos “comemoracionistas”, e a produção e reprodução iconográfica foi imensa¹⁴⁶, o que popularizou a imagem do retrato do Infante, que chegou aos nossos dias.

Há que destacar que, por esta altura, o Infante era já uma figura mítico – romântica, que era coincidente com a reivindicação da prioridade histórica. Apesar de não existir certeza sobre a figura física do Infante, o que é facto é que esta corresponde à representação iconográfica mais conhecida e frequente: um homem de semblante sério, com bigode e com um largo chapelão negro, tal como está representado na iluminura da *Crónica dos feitos da Guiné*, de Gomes Eanes de Zurara¹⁴⁷.

Dos rochedos de Sagres foi retirada a “pedra fundamental”, que foi depois transportada da Foz do Douro à Ribeira (na cidade do Porto), por uma caravela, acompanhada por um cortejo fluvial, até à estátua a erguer na praça, depois designada de Praça Infante Dom Henrique. Esta cerimónia reforça o mito de Sagres e a sua ligação à epopeia dos “descobrimentos”. Tudo foi feito para dar a ilusão de que estaria para breve a chegada de um novo período áureo. As festas apelavam a uma mobilização e participação coletiva e era evidente a insinuação visual e explícita das mensagens a transmitir. No entanto, foi dada pouca importância e impulso à investigação de carácter histórico. Tal efeméride contribuiu para a mitificação da imagem do Infante, como homem devoto,

¹⁴⁵ Ibidem, p. 558.

¹⁴⁶ bandeiras, selos, medalhas – mas também alguns objetos de uso utilitário, como sabonetes e bolachas henriquinas. Alguns continham elementos gráficos associados à simbologia dos descobrimentos e do Infante, como o astrolábio, a caravela, os ramos de azinheira (que constam na iluminura da *Crónica da Guiné*), mas também o Brasão de Sagres e o dia da sua morte (13 de novembro de 1460). In F. Catroga (1996), p.560.

¹⁴⁷ A imagem do Infante Dom Henrique provinha até então dos escritos de João de Barros e Damião de Góis, ao que se veio acrescentar a descoberta em 1841, da *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, de Gomes Eanes de Zurara e aos Painéis de São Vicente, descobertos em 1882. A descoberta do seu possível retrato representado na iluminura da *Crónica da Guiné* associou-o desde então, ao homem de semblante sério, com bigode e com um largo chapelão negro. Anteriormente, havia como referência a imagem que se encontra no portal do Mosteiro dos Jerónimos, uma figura com barbas e sem chapéu.

casto, sábio e solitário, e para a individualização de um projeto que foi obra de muitos. Esta comemoração, tal como a “camoniana”, promoveu a exaltação dos valores positivos, numa perspetiva acrítica e que silenciava as posições que podiam, de alguma forma, denegrir ou manchar a grandeza de tal personagem. As narrativas e discursos, associados ao Infante e aos “descobrimientos portugueses”, só poderiam ser elaborados em termos panegíricos, não existindo quaisquer tons críticos ou à margem do tom laudatório.¹⁴⁸

Apesar de existirem algumas teses que punham em causa a existência da “Escola de Sagres”, a posição dominante na historiografia e nas formas de divulgação mais populares era a da imagem mitificada da figura solitária, meditando na ponta de Sagres, envolta em penumbra¹⁴⁹. Foram igualmente silenciadas outras visões e perspetivas sobre o Infante, nomeadamente a sua sede de poder, de ambição e de monopólio comercial, ou a forma como este lidou com o “desastre de Tânger”, abandonando o irmão, o Infante D. Fernando, deixando-o a padecer em mãos inimigas, sob tortura, até à morte¹⁵⁰.

Com estas comemorações, o objetivo da unificação nacional não foi conseguido. Os republicanos afastaram-se destas comemorações oficiais, pois viam tais ações como uma tentativa de reforço de poder da monarquia e também como forma de aproveitamento, por parte da Igreja, que se tentava apropriar da imagem engrandecida do Mestre da Ordem de Cristo, para reivindicar a existência das ordens religiosas. Importa referir que, apesar da grande adesão popular, deve ser lembrada a enorme taxa de analfabetismo do país, que nesta altura rondava os cerca de 80 %. Muitos reconhecem o carácter hermético de tais festas: apenas alguns dos espetadores detinham o capital cultural e social suficiente para conseguir descodificar e interpretar o conjunto de sinais semióticos de tais manifestações¹⁵¹. O povo, na sua maioria, não distinguia entre o espetáculo propriamente dito e o que ele significava, ou tal como Fernando Catroga refere: “É assim lógico que os mais cétricos concluíssem que estes ritos cívicos funcionavam em termos análogos ao culturalismo externo da religião: os crentes não

¹⁴⁸ Catroga, F. (1996), p.560 e 561.

¹⁴⁹ O artista José Malhoa pinta a imagem do Infante em 1905 e confere-lhe um ar de sapiência, de herói nacional, que representa o expoente máximo da alma lusitana e que iniciou a “Idade de Ouro” da História de Portugal. In Catroga, F. (1996), p. 561.

¹⁵⁰ Catroga, F. (1996), p. 561.

¹⁵¹ *Ibidem*, p. 562.

compreendiam boa parte do significado do simbolismo das manifestações em que participavam”¹⁵².

1.2 Ciclo Henriquino de 1940 - (Duplo Centenário)

Na geração de 40 denota-se o aparecimento de uma maior consciência crítica na historiografia portuguesa, que a par do rescaldo da Segunda Guerra Mundial e a consequente reorganização social e política, trouxeram algumas questões pertinentes, que de certa forma, forçaram o regime a repensar a questão colonial. Não podemos esquecer que já havia o apoio das grandes potências no processo de descolonização, que neste momento se encontrava em aceleração.

O Duplo Centenário (1940)¹⁵³ foi o momento mais auspicioso para a apoteose do regime salazarista e tinha a estratégia de levar os portugueses a redescobrir o mito dos grandes feitos e dos grandes homens¹⁵⁴. Toda esta prática comemorativa e celebrativa, materializada de diferentes formas durante o Estado Novo, foi, de certa forma, apadrinhada por António Ferro, no âmbito das atividades do SPN - Secretariado de Propaganda Nacional - que tentava promover o turismo e a imagem de Portugal.

Neste âmbito, foi atribuído um especial cuidado às decorações no programa das comemorações, integradas no Ciclo Henriquino, realizado em Sagres, a 15 de junho de 1940, como se pode verificar pela breve descrição do acontecimento, que de seguida se apresenta:

O Chefe de Estado encontrava-se no Algarve, assim como as representações da Mocidade Portuguesa e da Legião no Promontório de Sagres. Foram ancorados os vasos de guerra da Divisão Naval portuguesa e o navio-escola brasileiro “Almirante Saldanha” ao largo de Sagres. Durante a noite foi realizada uma procissão de velas, que saiu da Capela de Nossa Senhora da Graça, localizada na Fortaleza de Sagres, e fez o circuito completo pelo promontório. Uma missa, especialmente dedicada à virgem de Nossa Senhora da Graça, foi difundida para todo o mundo português, através da rádio

¹⁵² Ibidem, p. 562.

¹⁵³ Duplo Centenário da Fundação (1140) e da Restauração (1640).

¹⁵⁴ Catroga, F. (1996), p. 579

emissora nacional, onde se pedia a proteção da “Senhora de Sagres! Virgem fazedora de tantos Milagres!”. No final iluminou-se uma enorme Cruz de Cristo e deu-se início a velada de armas. No dia seguinte, as tropas em grande formatura foram ao hastear da bandeira nacional e da Cruz de Cristo, nos mastros da Fortaleza de Sagres¹⁵⁵.

Com a chegada do Presidente da República, deu-se início o cortejo cívico religioso, até ao lugar onde iria acontecer a missa solene campal¹⁵⁶. Nada foi deixado ao acaso, até a música da missa foi escrita de propósito para o momento solene e executada pela Orquestra Sinfónica Nacional e pela Sociedade Coral de Lisboa. O ofício religioso foi celebrado pelo Bispo do Algarve e o Cardeal Patriarca realizou a bênção ritual do mar, do alto do promontório e no final, navios de guerra lançaram salvas de artilharia. Foi ainda representado o auto das Rosas de Santa Maria, que conta a história do regresso de Gil Eanes do Cabo Bojador e o reencontro com Infante Dom Henrique, a quem terá entregue um ramo de rosas¹⁵⁷.

Todo o evento ritualístico demorou cerca de 4 horas, para que a comitiva oficial a Sagres fosse saudada pelas várias manifestações populares, que os esperavam em todo o percurso e onde se previa ainda a participação das escolas primárias da região. Esta é uma prática habitual da política do regime. O folheto do programa fazia um apelo à população, para ir a Sagres na noite de 14 de junho, "rezar à Virgem e pelo descanso das almas dos que morreram no mar para a maior glória de Portugal" e era-lhes pedido para levarem consigo a bandeira da Cruz de Cristo. No caso de a população não poder comparecer deveria colocar a bandeira da Cruz de Cristo à janela, no dia 15 de

¹⁵⁵ João, M. I. (2002). *Memória e Império – Comemorações em Portugal (1880 – 1960)* – Textos universitários das Ciências Sociais e Humanas. Fundação Calouste Gulbenkian. p. 345

¹⁵⁶ Do desfile fizeram parte: “os prelados das dioceses do país e das colónias, os párocos, missionários, seminaristas, o presidente do conselho e os membros do governo, o presidente da Assembleia Nacional e da Câmara corporativa, as representações diplomáticas com a brasileira em primeiro lugar, os comandos das Forças Armadas, da Legião e da Mocidade portuguesa, o presidente da Comissão central da União nacional da Liga Nacional 28 de maio, o governador do distrito de Faro e da junta da província do Algarve, representações da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, dos municípios algarvios dos organismos corporativos das colónias e 48 indivíduos das regiões presentes na exposição, escolas militares, forças militares e para militares e do povo”. In João, M.I (2002), p. 346.

¹⁵⁷ O poeta algarvio Cândido Guerreiro escreveu a peça que teve o arranjo musical de Fernando Lopes. O ramo de rosas do império era constituído por ouro, prata e outros metais, extraídos das colónias portuguesas e foi depositado na Ermida de Nossa Senhora de Guadalupe, localizada muito perto de Sagres, junto à aldeia da Raposeira, numa homenagem à Virgem, ao Infante e aos navegadores. Todos os detalhes foram organizados ao pormenor no programa oficial, onde se nota uma grande encenação histórica, política religiosa. O próprio ramo de rosas foi entregue ao Presidente da República, pelo mais jovem da Mocidade portuguesa, que por sua vez faz a entrega solene do ramo ao Bispo do Algarve, para o colocar no altar da Virgem. Os pescadores entoaram em coro o “Salve Rainha” numa versão tradicional Algarvia. In João, M. I (2002) p. 346.

junho. O objetivo era criar um ambiente de total união celebrativa, por todo o país e de grande mobilização das populações, com grande impacto público¹⁵⁸.

No programa há que dar destaque ao forte caráter ritualístico e religioso do programa das comemorações que tiveram lugar no concelho de Vila do Bispo, que integrou as duas igrejas associadas a Dom Henrique neste território, a Igreja de Nossa Senhora da Graça¹⁵⁹, e a Ermida de Nossa Senhora de Guadalupe¹⁶⁰. Verifica-se, portanto, um cuidado extremo em cada detalhe, na conceção de um evento comemorativo associado à fundação da nação e que integra um conjunto de performances, encenações e liturgias que exploram a dimensão sagrado - religiosa de um dos seus mitos fundacionais. Por outro lado, o programa assume também um objetivo pedagógico, com a presença das escolas primárias.

A argumentação do império surgia como representação ideológica totalizadora, assente na trilogia “Deus - Pátria – Família”, que parecia ter todas as respostas e soluções para os problemas sociais e políticos e para o estado de crise do Mundo Ocidental. O regime, na impossibilidade de esconder ou silenciar todas as contestações ou as críticas aos mitos, relacionados com o Infante ou com a “escola de Sagres”, feitos pela historiografia, tentava dar-lhes alguma continuidade simbólica¹⁶¹.

A Exposição do Mundo Português (1940), parte essencial das comemorações do Duplo Centenário, constituiu o acontecimento político cultural de maior destaque do regime de Salazar e um grande “laboratório” para vários pintores e artistas, que tinham, apenas sob determinada perspetiva, alguma liberdade artística, materializada na grande dimensão das paredes, onde iriam efetuar as suas pinturas murais. Por outro lado, a sua liberdade estava fortemente condicionada pelos limites que eram impostos pelo quadro ideológico do regime. Esta Exposição foi, claramente, a maior exposição do seu género, em Portugal, até à realização da Expo 98.

¹⁵⁸ João, M.I. (2002), p. 347.

¹⁵⁹ antiga Igreja de Santa Maria, fundada pelo Infante na sua *Villa, a Villa* do Infante, que corresponde atualmente à Fortaleza de Sagres.

¹⁶⁰ que a tradição oral sempre associou ao Infante Dom Henrique, mas sem documentos que comprovem a sua presença neste local, para além do encontro (este documentado) com Alvisse de Cadamosto, na Quinta de Guadalupe, situada nas imediações da Ermida.

¹⁶¹ Catroga, F. (1996) p. 581.

1.3 As Comemorações Henriquinas de 1960

“Sagres é um Padrão vivo e natural a lembrar aos peregrinos a época culminante da sua história. No Promontório ciclópico, viveu um gigante, que o foi, em verdade, pela Epopeia que imaginou, frente à imensidão do mar oceano, onde o grande cabo avulta (...). Dominando a época - encarnando-a! - ergue-se em Sagres o vulto de Henrique, “o único Imperador que tem, de veras, o globo mundo em sua mão””¹⁶².

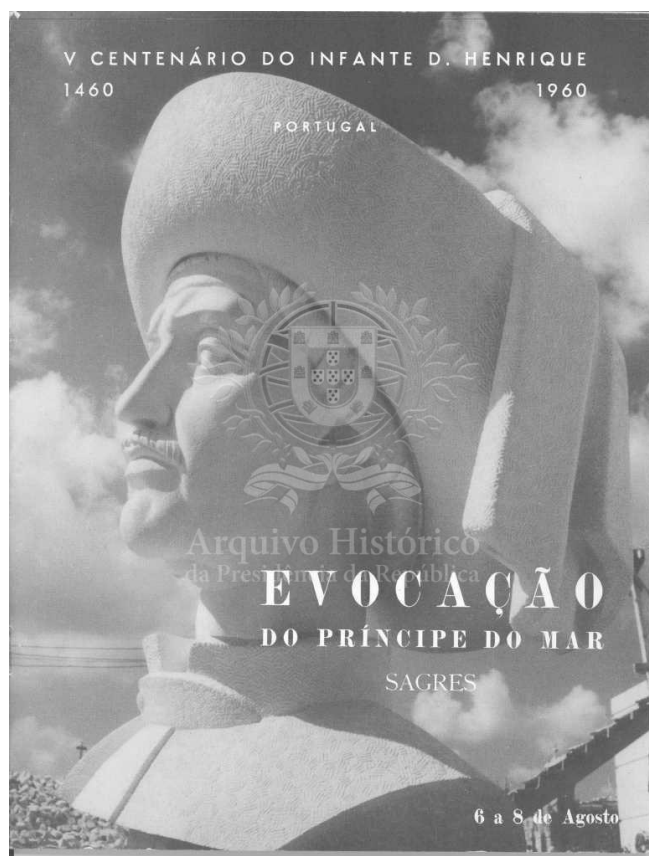


Imagem 2- Programa das cerimónias comemorativas do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique em Lagos e Sagres, no Algarve, entre 6 e 8 de agosto de 1960.

Retirada do site: <https://www.arquivo.presidencia.pt/viewer?id=11115&FileID=119842>

O V Centenário Henriquino foi planeado de forma a criar um itinerário que contemplava vários lugares do país, que estavam relacionados com o Infante Dom

¹⁶² Programa geral das Comemorações do V Centenário da morte do Infante Dom Henrique, 1960.

Henrique, nomeadamente a cidade do Porto, Lisboa, Tomar, Viseu, Batalha e o Algarve, particularmente a região de Sagres e Lagos, e ainda as ilhas. Foram promovidas várias romarias, organizadas pela Academia de Coimbra, nomeadamente, através de um grupo de estudantes do Centro Universitário, que rumaram a Sagres, para aí erguer uma lápide de homenagem ao Infante Dom Henrique, no promontório. Os alunos do Colégio Militar de Lisboa e do Rio de Janeiro também foram a Sagres e foi disposta ainda uma velada de armas, pelos cadetes da Escola Naval, que ali montaram uma guarda à Fortaleza. A “marcha de camaradagem Infante de Sagres” foi organizada pela Mocidade portuguesa. Tratava-se de uma peregrinação a pé de Lisboa a Sagres. A Delegação Regional organizou uma romaria de todo o Algarve ao local, para o encerramento das comemorações henriquinas¹⁶³. De destacar que a peregrinação, romagem ou romaria integra sempre um caminho a um lugar que é objeto de veneração e tem sempre um caráter simbólico e afetivo¹⁶⁴.

Para além do cortejo e das romarias, o desfile naval do centenário henriquino¹⁶⁵, que ocorreu a 7 de agosto de 1960, foi muito popular e constitui um marco importante na atividade comemorativa. Era um evento há muito desejado por Salazar, e contou com a presença de 10 veleiros, de 8 países europeus. Para além dos veleiros participaram ainda 32 navios de guerra provenientes de vários países¹⁶⁶ e unidades da Armada portuguesa, que se encontravam previamente na Baía de Lagos. Milhares de pessoas estiveram presentes, localizadas em vários pontos estratégicos do Promontório.

O repórter do *Diário Ilustrado de Lisboa*¹⁶⁷ adjetivou este desfile marítimo como um “invulgar e majestoso espetáculo”. Enquanto decorria o desfile cruzavam os ares várias esquadrilhas de aviões de várias nacionalidades. Depois de terminado, os dois presidentes e respetivas comitivas embarcaram no paquete Vera Cruz, com destino a Lisboa para, no dia seguinte, irem ancorar junto ao Padrão dos Descobrimentos, em

¹⁶³ João, M.I. (2002), p. 335.

¹⁶⁴ João, M.I. (2002), p. 333.

¹⁶⁵ O navio-escola Sagres iniciou o desfile e salvou com 21 tiros a Tribuna presidencial. O navio era seguido pelos grandes veleiros que estavam organizados de forma alfabética, de acordo com os países e não faltavam tripulações bandeiras e galhardetes. Surgiram os últimos barcos e a passagem do último vaso de guerra; a bateria da Atalaia salvou e foi encerrado o desfile. Para além das embarcações que faziam parte do desfile surgiram, ao largo de Sagres, muitos barcos de recreio, iates e outros barcos que vinham ver o espetáculo. In João, M.I. (2002), p. 337.

¹⁶⁶ Argentina, Brasil, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Itália, Reino Unido, Suécia, República Federal da Alemanha, União da África do Sul. In João, M.I. (2002), p. 337.

¹⁶⁷ *Diário Ilustrado de Lisboa*, 7 de agosto de 1960, p.8.

Belém¹⁶⁸. Com este desfile naval, em Sagres, pretendia-se evocar e reafirmar a vocação marítima e Atlântica de Portugal. Sagres constituía o local ideal para tal reafirmação, pois era o lugar mítico da identidade nacional. O Promontório de Sagres consagra-se como um símbolo da epopeia nacional e do destino imperial do país.

De acordo com Maria Isabel João, estes rituais, associados ao desfile marítimo em Sagres, tinham como objetivo inculcar nas tropas e nos jovens um espírito e um sentimento de vigília, relativamente às potenciais ameaças à integridade do país, promovendo um sentimento de união a toda a população, que deve estar vigilante para a defesa e segurança nacional. A vigília durante a noite, a “chama” da Pátria e os cortejos luminosos atribuem um simbolismo particular a toda a efeméride e metaforicamente reafirmavam a necessidade de estado de alerta dos portugueses, contra as eventuais ameaças do exterior¹⁶⁹.

Os cortejos de flores tinham também uma simbologia associada, que representava a vida e a alegria e, ao serem integradas nos eventos comemorativos, introduzem a esperança e ainda o sentimento de festa. Existiu a ideia de se lançar, pela administração da Transportadora Aérea portuguesa –TAP- uma nuvem de pétalas de flores, em duas localizações particulares - Sagres e Belém - para assinalar o dia do nascimento do Infante e o início das comemorações¹⁷⁰.

Importante fazer notar a clivagem, ao nível das argumentações, para estes dois momentos comemorativos: no final do século XIX, as comemorações camonianas e as henriquinas de 1894, tinham o propósito de fortalecer o sentido de unidade e lutar contra a decadência instalada; nas comemorações henriquinas de 1960, o passado era evocado de uma outra forma, tinha o propósito de promover a ideia de carácter multirracial da Nação¹⁷¹, que servia uma estratégia de defesa, contra a crescente contestação internacional, relativamente ao império colonial, evocando o “génio civilizador dos portugueses”¹⁷², a sua multiculturalidade, vocação de miscigenação e

¹⁶⁸ João, M.I. (2002), p. 337.

¹⁶⁹ João, M.I. (2002), p. 341.

¹⁷⁰ Diário Ilustrado, Lisboa, 5 de março de 1960, p.6.

¹⁷¹ Catroga, F. (1996), p.607.

¹⁷² “O “génio civilizador dos portugueses” é, de resto, um dos mitos identitários mais difundidos e sublinhados pelo Estado Novo, logo desde os seus primórdios, e muito particularmente na aprovação do Ato Colonial (1930)” In *Jornal de Letras*, nº 1313, 27 janeiro a 9 de fevereiro de 2001. *O pensamento pós-colonial de Eduardo Lourenço*, de Maria Manuel Batista, p. 27.

singularidade do carácter do povo português - generoso, fraterno, humano, valores que constituíam os argumentos para a permanência de Portugal nas colónias.

Aliás, como se lia na seguinte publicação: “O que deu o significado universal a essa epopeia, foi menos o seu glorioso heroísmo que os princípios generosos e humanos que inspiraram. Movidos pelo espírito fraterno igualitário que foi sempre o nosso, irmanámo-nos com todos os povos da Terra, num estilo de vida de que podemos hoje oferecer o exemplo vivo da diversidade das raças que compõem em vários continentes, a Nação portuguesa.”¹⁷³.

Interessante a mudança de ênfase verificada: Com as comemorações henriquinas (1960) deixou de ser o “glorioso heroísmo”, para passar a serem os valores “generosos e humanos” e o espírito “fraterno e igualitário”, numa nova ideia de “multiracialidade”. Torna-se evidente o interesse de Salazar na priorização histórica dos “descobrimentos”, sublinhando ainda os imperativos religiosos que o terão impulsionado. Portanto, o que vemos é a repetição dos mesmos ideais, dos mesmos valores que vêm já do século XIX, mas que neste período se reatualizam¹⁷⁴.

Aliás, neste contexto deve-se sublinhar a reciclagem de práticas discursivas específicas, através do *loop while* (utilizando o conceito de Sílvia Maeso), que distinguem os portugueses como um povo de “brandos costumes”. Esta expressão que foi cunhada por Fontes Pereira de Melo, em finais do século XIX, com determinados objetivos políticos, foi largamente reutilizada, pelo regime do Estado Novo, expressão que se foi cristalizando e constituiu uma expressão de “senso comum” que ainda permanece, nos dias de hoje.

As comemorações henriquinas constituem também um recurso interessante para se compreender a historiografia do regime, e os moldes como os “descobrimentos” eram vistos e interpretados. Os “velhos” argumentos continuavam válidos e ao Infante Dom Henrique era atribuído o mais alto papel, na missão de unificar a história da Pátria, sendo esta uma estratégia de ligar espiritualmente os homens de então, de finais dos anos 50, aos do século XV, mantendo uma identidade ideológica. A Salazar era

¹⁷³ V Centenário da morte do Infante D. Henrique (1460 - 1960), 1960.

¹⁷⁴ Catroga, F. (1996). p. 607.

atribuída a figura de herói, chefe de estado que tinha uma causa grandiosa, ao serviço de Deus e da Pátria, e tal como o Infante “não teve esposa, nem filhos, nem lar, porque a sua casa era a Nação”¹⁷⁵.

As comemorações de 1960 foram profícuas em várias exposições sobre a temática henriquina, tal como a que constou no Museu de Arte Popular, que apresentava no pórtico de entrada a pintura de Manuel Lapa, com o tema “o génio universalista do povo português e o Infante Dom Henrique como seu símbolo.” Vemos ainda, que nesta exposição, o Promontório de Sagres está também “presente”, neste caso através dos seus rochedos, pois o elemento escolhido para introduzir o visitante na exposição, foi uma pedra retirada do promontório, com o lema do Infante - *Talent de Bien Faire*. Tal como aconteceu anteriormente, nas comemorações de 1894, quando uma pedra foi retirada dos rochedos de Sagres, para constituir a pedra elementar da estátua a erguer na Praça do Infante, no Porto; décadas mais tarde, nas comemorações henriquinas, nos anos 60, uma pedra do Promontório de Sagres serve de marco que assinala o início do percurso expositivo.

Verificamos ainda que, para além das iniciativas assinaladas, foram ainda levadas a cabo várias obras de restauro e de remodelação. No Algarve, decorreram obras nas igrejas e fortalezas, assim como a requalificação da Avenida Marginal, inaugurada como “Avenida dos Descobrimentos”, em Lagos, local onde foi ainda inaugurada a estátua do Infante Dom Henrique, do escultor Leopoldo de Almeida. Na Fortaleza de Sagres houve também uma reorganização, de forma a “libertar o local de construções inestéticas e a valorizar o património existente, nomeadamente foi limpa a rosa-dos-ventos e protegida com uma vedação”. A criação da Pousada do Infante, junto à ponta da Atalaia, em Sagres, é também desta altura¹⁷⁶. Foram ainda restauradas a Igreja de N^a Sra da Graça e a Casa do Infante, local onde se crê que o D. Henrique terá residido.¹⁷⁷

Tornou-se evidente que a evolução da cena política internacional não era favorável ao regime português. Nas vésperas da cerimónia dos 500 anos da morte do Infante, uma

¹⁷⁵ Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, IV, 1961, p. 322.

¹⁷⁶ João, M. I. (2002), p. 382.

¹⁷⁷ O pequeno registo videográfico das obras de recuperação da casa do infante, igreja e caminhos de acesso, para a preparação das comemorações henriquinas encontra-se disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/preparativos-para-as-comemoracoes-henriquinas>

resolução de doze nações afro-asiáticas submeteu às Nações Unidas um documento, onde é pedida a governação autónoma nos territórios sobre a sua administração¹⁷⁸. O plano de Salazar de conseguir inverter a situação com estas comemorações henriquinas falhou e o império entra em declínio. O ano de 1960 é considerado como um marco na atuação das Nações Unidas relativamente às questões coloniais¹⁷⁹.

As colónias portuguesas não estavam imunes a estes movimentos de descolonização. É preciso refletir sobre a questão simbólica e política associada a todos estes movimentos ritualísticos, como as festas henriquinas e outras comemorações associadas aos “descobrimentos”, que eram vistas como uma forma de dar resposta aquilo que se consideravam ser ameaças externas¹⁸⁰.

1.4 Reflexões sobre as práticas comemorativas

As comemorações nacionalistas procuram, por um lado, promover uma determinada imagem do país ao seu povo, e por outro, assumem também um forte objetivo diplomático, ao tentar difundir a imagem de Portugal no estrangeiro e também reafirmar alianças políticas internacionais. Do ponto de vista externo, a questão prende-se diretamente com o objetivo de legitimar e buscar o apoio necessário para continuar o processo do colonialismo português. De destacar que, em vários momentos comemorativos, como por exemplo, nos centenários de 1898, de 1940 ou de 1960 estiveram presentes corpos diplomáticos¹⁸¹, o que evidencia a importância de se enviar uma mensagem para o estrangeiro.

Os centenários associados às grandes figuras, aos grandes “heróis” nacionais, têm intrinsecamente uma ligação importante ao culto dos mortos, a esta grande tradição religiosa. Vemos que a Igreja e a religião estão sempre presentes nestes eventos

¹⁷⁸ No dia seguinte a esta votação das Nações Unidas - com 45 votos favoráveis, 24 abstenções e seis contra - o discurso proferido no dia do encerramento das Comemorações Henriquinas, por Caeiro da Mata, junto à capela do fundador do Mosteiro da Batalha, fala de tempos de crise, de confusão e de dúvida, de um Portugal “cidadela” da Ordem de Cristo, governada por um génio: Salazar. In Abreu, J. G. (2012), p.16.

¹⁷⁹ Santos, A. A. (2011), A ONU e as Resoluções da Assembleia Geral de 1960 In *Relações Internacionais*, n.30, Junho. Lisboa.

¹⁸⁰ Catroga, F. (1996), p.605.

¹⁸¹ João, M. I. (2002), p. 384.

comemorativos¹⁸², apesar de assumirem posturas diferentes, o que evidencia perspectivas ideológicas distintas. O denominador comum é que em todos os acontecimentos comemorativos vão buscar inspiração nas religiões tradicionais, recriando e renovando, nos tempos contemporâneos, o culto dos heróis dos antepassados da Pátria. No fundo, o objetivo é o mesmo, manter a coesão nacional e afirmar ou reinventar o sentido ou significado do coletivo.

Uma das características basilares deste tipo de ritos é o seu caráter plural. Trata-se de um fenómeno social que tem várias ramificações ao nível da atividade humana e tem como objetivo último, construir, partilhar e tornar vivas determinadas memórias, a um determinado grupo social ou uma determinada nação. Portanto, este ritual assume variados formatos, que passam pelas palavras, pelos objetos e pelas imagens e encenações. Utiliza-se o domínio do cultural e do artístico, onde as elites são chamadas a intervir, particularmente nas artes e nas letras, para trabalhar a forma e o conteúdo. Portanto, o programa cultural tem obviamente objetivos pedagógicos, mas também ideológicos, onde se manifestam vários jogos de interesse e várias relações de poder, dos vários agentes sociais envolvidos.

Maria Isabel João faz notar uma relativa permanência na forma ritualística, que se evidencia desde o século XIX, onde existe um aspeto que é repetitivo e estereotipado. A participação do Estado ao longo do tempo, nestes ritos comemorativos acompanha as várias alterações políticas e ideológicas¹⁸³. De realçar que, durante o Estado Novo, os poderes institucionais estavam colocados num plano superior, ou seja de fora da “arena do espetáculo”. O desfile apresentava de forma metafórica o povo, a história, a nação e o império¹⁸⁴.

No quinto centenário da morte do Infante Dom Henrique parece ter ficado consagrada a imagem proveniente dos painéis de São Vicente de Fora, que já vinha sendo tecida anteriormente e reproduzida exaustivamente. Foi promovida a figura deste homem, como o “sonhador de Sagres”, mas com uma imagem mais alinhada com a ideia de um

¹⁸² Maria Isabel João apresenta uma distinção entre os vários eventos comemorativos no que concerne à forma de estar da Igreja, nos três regimes: A Monarquia constitucional é fiel à tradição católica; na Primeira República a tónica é colocada na natureza laica da comemoração e o Estado Novo, por outro lado, associa ainda a igreja e as cerimónias escolares. In João M. I. (2002), p. 391.

¹⁸³ João, M. I. (2002), p. 393.

¹⁸⁴ João, M. I. (2002), p. 392.

chefe empreendedor, austero, mas genial. Foi nesta altura, que até chegou a ser sugerida a canonização do Infante Dom Henrique, por António Leite¹⁸⁵, o que contribuiu ainda para consolidar a sua figura mítica.

Olhando, retrospectivamente, para as comemorações realizadas, em 1894 e em 1960, Maria Isabel João faz notar que o símbolo mais utilizado era o estandarte, com a cruz de Cristo, a vermelho sobre um fundo branco. Este símbolo passou a impor-se, sempre associado à expansão portuguesa e, de certa forma, associado a uma ideia de cruzada. O Estado Novo utilizou largamente este símbolo, levando ao máximo exponencial, um conceito que tinha origens ideológicas mais antigas.

M.I. João destaca, também, que existem relações muito próximas entre o discurso pedagógico e o político e muitas vezes é difícil de perceber as nuances que separam um do outro¹⁸⁶. O discurso pedagógico e educativo tem uma finalidade mais ampla e mais abrangente, sendo o político mais direto e com objetivos imediatos, mas ambos são discursos ideológicos, no sentido que transmitem uma determinada visão do mundo e que pretendem transmitir um conjunto de valores e símbolos para a sociedade, que tendem a funcionar como um enquadramento ou modelo de referência, com que as pessoas se possam identificar e que as faça sentir parte de um determinado grupo. A propaganda é uma forma particular de comunicação, que tem como objetivo promover uma determinada ideia, com um fim que é predeterminado¹⁸⁷.

1.5 Vozes dissonantes:

Já no final do século XIX, existia alguma discussão relativamente à existência de um sentido único da história, como nos diz Fernando Catroga:

“As comemorações desenrolam-se desde o século XIX, à luz de uma visão lusocêntrica e eurocêntrica do mundo, contra a qual se insurgem os que contestam a possibilidade de se poder omniscientemente controlar e decretar um sentido

¹⁸⁵ João, M.I. (2002), p. 477.

¹⁸⁶ As várias práticas discursivas tendem a conferir determinadas narrativas e significados simbólicos e emocionais e aqui há que considerar os vários tipos de discursos: o discurso do geógrafo, o literário, o pedagógico e o discurso político. Todos estes discursos muitas vezes se cruzam e não existem fronteiras muito claras entre eles. In João M. I. (2002), p. 499.

¹⁸⁷ João, M.I. (2002), p. 501.

único para a história, apresentando, como alternativa, a evidência de que existe uma pluralidade de caminhos e de culturas”¹⁸⁸.

Mais tarde, o projeto comemorativo dos anos 40 e 60 integrava algumas presenças que não se identificavam com o regime, o que deixa antever alguma, apesar de reduzida, abertura intelectual ou ideológica. Contudo, a sua organização era muito vigilante a leituras que pudessem colocar em causa as interpretações “espiritualistas”, que se criam estar na origem dos “descobrimientos”. Como exemplo desta perspetiva dissonante, apresenta-se a obra *Economia dos Descobrimientos Henriquino*, de Vitorino Magalhães Godinho, cuja proposta de integração nas coleções das comemorações henriquinas, foi rejeitada por Salazar, por se tratar de um estudo “demasiado económico”.

Este historiador apresentava um programa de renovação dos estudos sobre os “descobrimientos”¹⁸⁹, pois considerava que se continuava a minar o campo historiográfico de preconceito, o que não era apenas um defeito português, mas uma característica partilhada por várias nacionalidades¹⁹⁰. Segundo ele, a história dos “descobrimientos” era caracterizada por várias deformações, devido à existência de um “espírito chauvinista”¹⁹¹. Godinho refere ainda as inúmeras leituras anti históricas e até a-históricas que se tinham construído, por se evocar e utilizar o passado para servir propósitos ideológicos. Esta historiografia minoritária e “resistente”, proposta por Godinho, não conseguiu colocar em causa as interpretações ideológicas, ritualísticas e iconográficas que o regime quis atribuir às comemorações henriquinas, ao “divinizar” o Infante Dom Henrique. Apenas uma única visão dos “descobrimientos” seria compatível com os objetivos do regime, de solidificar a unidade nacional, em todos os territórios administrativos ultramarinos, ao criar e exaltar uma memória única.

Vitorino Magalhães Godinho, ao sintetizar o espírito do Estado Novo nos rituais comemoracionistas, diz-nos:

¹⁸⁸ Catroga, F. (1996), p. 618.

¹⁸⁹ O programa de Godinho consistia em várias propostas distintas, tais como: um maior aprofundamento do conhecimento, através da catalogação das bibliotecas, gravuras e mapas; ultrapassar as obsessões nacionalistas; separar de forma rigorosa as fontes primárias das fontes secundárias; integrar o conhecimento de outros povos e de outras culturas; uma maior articulação da ação do homem ao meio físico e por último incentivar a inovação com recurso a uma maior interdisciplinaridade, recorrendo às ciências sociais, como a Sociologia e/ou Psicologia. In Catroga, F. (1996), p. 611.

¹⁹⁰ Catroga, F. (1996), p. 610.

¹⁹¹ Godinho, V.M. (1962), p. 3.

“O Salazarismo, que não ligava ao Ultramar¹⁹², brandia uma ideologia imperialista, que derivava de uma conceção da “história” onde o essencial era demolir a Revolução francesa, apagar o “estúpido século XIX” do liberalismo e o direito dos homens e das nações, escamotear a Revolução Industrial (Portugal devia permanecer rural), e repelir indignamente os aspetos económicos e sociais como serpentes do marxismo ateu, logo separando as bases da sociedade. Esse Império resultaria dos descobrimentos e conquistas que tinham como finalidade suprema a propagação da Fé, a cruzada, esmagar os infiéis (‘o torpe Mafamede’), e cujo grande obreiro fora o Infante Dom Henrique, tenaz e casto, ou melhor virgem (cumprindo Ourique)”¹⁹³.

Vitorino Magalhães Godinho veio reforçar a ideia de que a história apologética não pode estar ao serviço do poder, nem direta nem indiretamente¹⁹⁴; e dando resposta a certas vozes - como as que diziam não ser patriótico criticar os “descobrimientos” e as ações do Infante Dom Henrique, ou pôr em dúvida a existência da Escola Náutica de Sagres - pretendeu desmistificar o projeto comemorativo e revê-lo na apologética presente em várias obras, relacionadas com os “descobrimientos” ou em vários discursos¹⁹⁵.

Através das comemorações assinaladas vimos como Sagres era interpretado, no contexto da história apologética, relacionada com o berço da “Idade de Ouro”, do período “expansionista português” e com a figura mitificada do Infante Dom Henrique. Já desde os finais do século XIX, com as comemorações henriquinas que decorreram na cidade do Porto, Sagres, apesar de não ter tido um programa específico de comemorações esteve também presente com a entrega da pedra fundamental para a construção da estátua do Infante. O rochedo de Sagres foi assim simbólico da ligação do Infante a este lugar. Vimos, ainda, como com os programas comemorativos do Duplo Centenário e das Comemorações henriquinas, nos anos 60, as narrativas, apesar de

¹⁹² Aliás, Salazar nunca esteve em África.

¹⁹³ Godinho, V.M. (1987), p. 65.

¹⁹⁴ A propósito de outra comemoração, neste caso a da descoberta da Guiné, V.M. Godinho diz que “a história não é comemoração, nada tem a ver com comemoração, é somente o esforço de compreensão do passado para integrar o presente numa linha ou feixe evolutivo e para conhecer as leis dessa evolução com as quais se possa forjar o porvir” In Godinho, V.M. (1947), p. 14.

¹⁹⁵ Catroga, F. (1996), p. 602

renovadas e atualizadas com as preocupações do momento presente, continuaram a mitificar a figura do Infante e a enaltecer os feitos dos portugueses. Com propósitos ideológicos relacionados com a continuação da presença portuguesa nas colónias ultramarinas, vemos que a mudança de tónica, agora se faz na questão do carácter multirracial e de bom colonizador do povo português.

Capítulo II - Os concursos para a criação de um Monumento de homenagem ao Infante Dom Henrique, em Sagres

A estratégia propagandística do regime do Estado Novo revestia-se de uma vigorosa “roupagem” simbólica. A temática dos “descobrimentos” e a dos seus heróis protagonistas encabeçados pelo “Infante de Sagres” foi exaustivamente explorada nas artes plásticas, na arquitetura, na literatura e também no cinema. Neste âmbito, e para o caso que aqui interessa, o Promontório de Sagres, torna-se muito interessante explorar o simbolismo associado a estas temáticas, na arquitetura em particular (mas também nas artes plásticas, que se conjugam num dos projetos em particular, o *Mar Novo*, como veremos mais à frente), através da análise dos vários concursos públicos, para a criação de um monumento de homenagem ao Infante, no cabo de Sagres.

Os quatro concursos públicos, três durante o Estado Novo (o primeiro em 1933/36, o segundo em 1936/38 e o terceiro em 1954/56) e o último já em período democrático (1988), permitem perceber a evolução de programas e colocar em perspetiva as diferenças de abordagem relativamente a um projeto cuja temática nunca chegou a mudar. Nenhum dos projetos de monumento de homenagem ao Infante Dom Henrique no cabo de Sagres, chegou a ser efetivamente concretizado.

A ideia da construção de um monumento ao Infante remonta à primeira metade do século XIX (1840), quando Sá da Bandeira, manda erguer uma lápide evocativa com escudo de armas, no torreão central da Fortaleza de Sagres, o que reforçou a carga mítica associada a este lugar. A lápide apresenta uma iconografia simbólica, com a representação da esfera armilar e da caravela, onde são expostos alguns dos mitos associados ao Infante e a Sagres, nomeadamente “monumento consagrado à eternidade. O grande Infante D. Henrique, (...) fundou nestes lugares, à sua custa, o palácio da sua

habitação, a famosa escola de cosmografia, o observatório astronómico e as oficinas de construção naval (...)”¹⁹⁶.

A Sociedade de Geografia propõe também, décadas mais tarde (1882-84) a edificação no cabo de Sagres de um monumento consagrado ao Infante. Na passagem do século, o escultor Augusto Santo desenha um monumento dedicado ao Infante, que deveria ser erguido na Ponta de Sagres, com uma imagem “a projetar feixes de luz através dos olhos”¹⁹⁷. No início do século XX, podemos ler no texto do jornalista Joaquim Manso, no *Diário de Lisboa*: “Na Ponta de Sagres, falta a sua estátua colossal, ocupadora dos espaços ilimitados, patente às navegações, testemunho egrégio da raça, lampejo imortal da chama dos *Lusíadas*. A dívida é de honra e incube à nação”¹⁹⁸. Vários foram os que partilharam da mesma opinião, entre eles o poeta João de Barros, o almirante Gago Coutinho, o historiador Rocha Martins ou o artista Almada Negreiros. Esta era uma questão que parecia consensual, a maior dificuldade residia na escolha da perspetiva artística, tal como se denota pelas palavras de Almada, que demonstra frontalmente a sua posição “contra as estátuas brutais, de tamanho que desumanizam as figuras” e falamos ainda de “uma dívida que urge pagar. O monumento ao Infante D. Henrique devia ter por base a rosa dos ventos que está em Sagres”¹⁹⁹, para lembrar que foi naquele lugar que começou a “universalidade da Europa”²⁰⁰. Uma comissão, presidida por Júlio Dantas, foi constituída em junho de 1933, para a organização do estudo do projeto de Monumento de Dom Henrique, no Promontório de Sagres.

Em 1933, o jornal “Diário de Lisboa” leva a cabo a designada “Campanha do Infante”. O programa delineado em 1934 e que serve de base para os três concursos a decorrer no regime de Salazar, refere que se “pretende atingir e expressar um conceito mais vasto” e que “não se trata apenas da estátua de um príncipe, mas da síntese de uma época”²⁰¹.

Este período era dominado por uma retórica nacionalista, onde os artistas não eram livres de criar e deveriam seguir modelos padronizados, sobretudo quando se tratava de construções de caráter oficial e comemorativo. Numa primeira fase prevaleceu o gosto

¹⁹⁶ Magalhães, N. (2008). Algarve, Castelos, Cercas e Fortalezas - As muralhas como património histórico. Letras Várias, Edições e Arte. p.261.

¹⁹⁷ Abreu, citando França, J.A. (1966), p.225.

¹⁹⁸ Diário de Lisboa, 15 de fevereiro de 1933, p. 4 In João, M. I. (2002), p. 434.

¹⁹⁹ Diário de Lisboa, 3 de fevereiro de 1933 In João, M. I. (2002), p. 434.

²⁰⁰ João, M. I. (2002), p. 434.

²⁰¹ Decreto-Lei n. 3405, de 27 de dezembro de 1933.

romântico que penetrou ainda pelo século XX, evidenciando-se também nos monumentos, que apresentavam sempre figuras alegóricas e referências literárias. Os monumentos comemorativos do Estado Novo também utilizaram concepções modernistas, mas sempre dentro de determinados limites, ou seja, plenamente integrados na perspectiva ideológica nacionalista. Os painéis de São Vicente de Fora foram uma fonte de inspiração de relevância, para a criação destes monumentos - estátua²⁰².

Mas antes de se avançar para a linha programática do primeiro concurso importa perceber qual era o contexto político e ideológico do momento. A constituição de 1933 apresentava uma visão doutrinal muito clara, ligada à institucionalização do império colonial português. Existia, portanto, uma legitimidade a nível constitucional que visava contra argumentar os que contestavam a capacidade colonizadora dos portugueses ou refutavam a legitimidade ou o direito de prioridade histórica, ou seja o pioneirismo da nação portuguesa, como se vê claramente no artigo 33º da constituição:

“É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de colonizar as terras dos descobrimentos sob a sua soberania e de comunicar e difundir entre as populações ali existentes os benefícios da sua colonização, exercendo também a influência moral que é adstrita ao Padroado do Oriente”²⁰³.

2.1 A “Política do espírito” de António Ferro

Vemos que o Estado Novo encerrava no Império colonial português um dos eixos nucleares ideológicos mais fortes, que foi alimentado por uma estratégia propagandística bem estruturada, nomeadamente com a criação em 1933, do Secretariado da Propaganda Nacional, liderado por António Ferro. O projeto imperial tornava-se paulatinamente o fundamento aglutinador ideológico onde se pretendia unir todos os cidadãos, monárquicos, integralistas ou republicanos; já não se tratava apenas de utilizar o ideal colonial contra as ameaças vindas do exterior²⁰⁴.

²⁰² João, M.I. (2002), p. 444.

²⁰³ Catroga, F. (1996), p. 580.

²⁰⁴ Catroga, F. (1996), p.582.

A “Política do espírito”, de António Ferro, tinha como propósito basilar regenerar a prática política. Ferro estava consciente das alterações em governos europeus de inspiração aproximada ao regime (nazis e fascistas), onde as transformações a nível social, político e material só poderiam ocorrer através de uma prática que fosse capaz de entusiasmar toda a Nação. Como refere Ferro “falta uma política do espírito, pois este também é matéria, uma preciosa matéria, a matéria-prima da alma dos homens e da Alma dos povos”²⁰⁵.

António Ferro implementa, assim, uma nova política cultural que permitiria um novo e renovado sistema, que utilizava uma estratégia que pretendia propagandear uma modernidade, pois “velhos seriam a democracia e o liberalismo”, e ao mesmo tempo, tornava possível neutralizar os intelectuais, que poderiam constituir vozes dissonantes ao discurso do regime.

A cultura dinamizada por António Ferro soube integrar vários criadores, de várias áreas artísticas, desde os campos da arquitetura, da literatura, da música, ao cinema e rádio e ainda os espetáculos cívicos. Ferro soube integrá-los de forma participativa e colaborativa no projeto de produção e reprodução dos valores, dos ideais e dos mitos, que vinham ao encontro dos objetivos ideológicos do regime de Salazar. Com a “política do espírito” tudo passou a ter um significado simbólico, tudo passou a funcionar ao nível semântico, naquilo que se pode designar por política cultural totalizadora. Os monumentos, a paisagem, o folclore, todos estes elementos passaram a ser apropriados e apresentados de forma a ter um único e mesmo significado. António Ferro sabia que forma também é conteúdo, pois ele próprio provinha de um meio cultural e artístico associado ao modernismo²⁰⁶.

2.2 O 1º Concurso: 1933-1936 & Representação 35

Com este primeiro concurso, pretendia-se que os artistas apresentassem projetos assentes numa visão do passado concordante com as perspetivas ideológicas dominantes, com as linhas modernas. Votado apenas em 1935, o concurso teve como vencedor o projeto “Dilatando a Fé, o Império”, da autoria dos arquitetos Carlos e

²⁰⁵ Ferro, António, 1933, *Salazar, O homem e a sua obra*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, p.228.

²⁰⁶ Catroga, F. (1996), p.583.

Guilherme Rebelo de Andrade, em conjunto com o escultor Rui Gameiro. Tratava-se de um projeto colossal, onde a imagem da Cruz de Cristo se eleva a 155 metros de altura e se apresenta inclinada sobre o oceano, a indicar a direção da costa africana. O projeto evidencia a tentativa do monumento de se projetar além de si próprio, de encobrir ou de ultrapassar o próprio sítio, o que vai ao encontro do ideal da “Política do Espírito”, estabelecida por António Ferro, no mesmo ano em que se inicia o concurso.

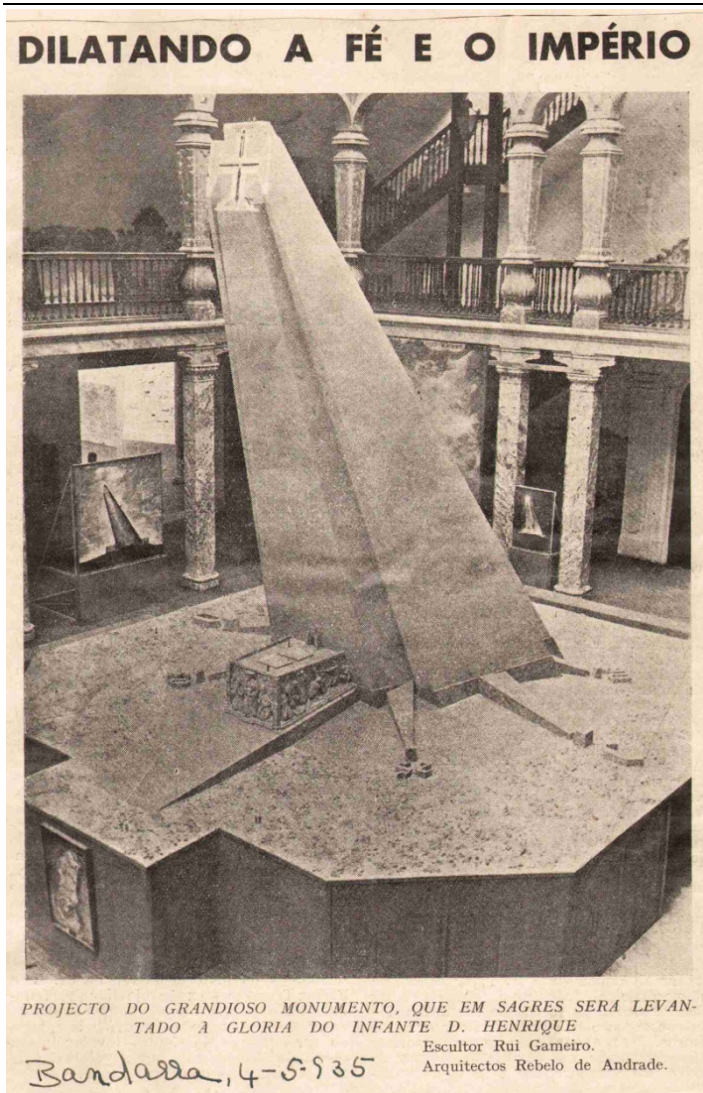


Imagem 3 – Projeto “Dilatando a Fé e o Império”, dos arquitetos irmãos Carlos e Guilherme Rebelo de Andrade e do escultor Rui Gameiro.

Imagem retirada do site http://tribop.pt/TPd/Monumento_Sagres

Nas palavras de Pedro Vieira de Almeida: “estamos face a um projeto arrojado e gigantesco que deveria, no seu interior, albergar uma caravela em tamanho natural, isto no contexto do que pretendia ser a componente “museológica” do projeto”²⁰⁷.

²⁰⁷ Almeida, P. V (1997), Sagres. Mito e Realidade (vários autores), IPPAR, p.44

“Dilatando a Fé, o Império” foi concebido como se de uma síntese se tratasse: num único bloco de pedra pretende-se reunir vários valores simbólicos, iconográficos associados ao cristianismo, mas num formato muito modernista²⁰⁸. No entanto, a execução deste projeto não foi consensual e vários foram os arquitetos modernistas que se levantaram contra ele. A razão apresentada era a de que uma obra de arquitetura não deve poder estar inclinada. Pelo menos um dos elementos do júri, Paulino Montez, votou contra, utilizando esse mesmo motivo²⁰⁹.

A contestação foi muita e várias vezes colocavam em causa a exequibilidade do projeto, tendo em consideração a estabilidade, resistência e questões de segurança que seriam necessárias de garantir, com o orçamento disponível. Tudo isto conduziu à apresentação de um documento, designado como “Representação 35”, dirigido a Oliveira Salazar, assinado por 44 personalidades, com o objetivo de prevenir aquilo que consideravam ser um enorme desastre artístico. Esse documento apresentava uma outra alternativa artística que consistia na fusão de dois grandes elementos, a capela mortuária e a pedra fundacional, que se consideravam serem os dois grandes arquétipos da arquitetura portuguesa²¹⁰.

De facto, o concurso de 1933-36 foi anulado, tendo sido apontadas as dificuldades técnicas e os custos elevados de execução como justificação, apesar do esforço e empenho de Salazar que não queria deixar por pagar, o que se considerava ser uma “dívida nacional” de Portugal para com Dom Henrique, como nos refere o orador participante em tal acontecimento²¹¹:

“Quando esse grande monumento for um facto, e há-de sê-lo para honra de todos nós e da época reconstrutiva que estamos vivendo, e há-de sê-lo, porque este monumento é uma dívida e Portugal é hoje uma nação que, mercê do génio político de Salazar, paga aquilo que deve, não deixa dívidas em aberto”²¹².

Como forma de compensar, de alguma forma, o falhanço deste primeiro concurso de monumento de homenagem ao Infante, foi organizada a “grande romagem patriótica a

²⁰⁸ Abreu, José Guilherme, (2012), *Sagres's Saga, Monument in Landscape, or Landscape as Monument*, In Citar, Revista de Ciência e Tecnologia das Artes, vol. 4, n.1, Univ. Católica, Porto.

²⁰⁹ Almeida, P. V. (1997), p.44

²¹⁰ Abreu, J. G. (2012), p. 14.

²¹¹ Catroga, F. (1996), p. 58.

²¹² Diário de Lisboa, 11.06.1937, I.

Sagres” que aconteceu a 10 de junho de 1937, promovida pelo *Diário de Lisboa*, de Joaquim Manso. Esta romagem tinha como intenção prestar uma homenagem ao Infante, no *Dia de Camões, de Portugal e da Raça*.

2.3 O 2º concurso: 1936-1938

Efetivamente, mais tarde, foi constituída outra comissão, com alguns elementos do concurso anterior. Desta vez, apenas, houve nove projetos a concurso e o júri selecionou como vencedor o projeto apresentado por uma vasta equipa, o arquiteto Carlos Ramos, Almada Negreiros, Leopoldo de Almeida, Ricardo Amaral e Joaquim de Oliveira. Neste caso, o elemento simbólico em destaque era a Caravela, com a cruz de Cristo na vela, com o infante na proa da embarcação. O conjunto arquitetónico integrava ainda uma capela gótica, museu e terraços. Este projeto a concurso, tal como o anterior, “não passou do papel”²¹³.



Imagem 4 – Projeto vencedor do 2º concurso (1936) do Arqt. Carlos Ramos e escultor Leopoldo de Almeida. Maqueta executada por SCHEMA em 1996. (Foto de Vanda Oliveira).

²¹³ João, M. I (2002), p. 436.

Apesar da qualidade do projeto vencedor, da equipa de Rebello Andrade, que dedicava uma minuciosa atenção a cada detalhe, o projeto não conseguiu atingir as expectativas de criar um modelo de Arquitetura Portuguesa Monumental Moderna. Este projeto tentava apelar à união de dois grandes símbolos do imaginário nacional, a caravela e o padrão, mas o resultado não foi considerado coerente. O projeto parece ter constituído uma tentativa pouco feliz, de conjugar vários elementos estáticos com elementos dinâmicos. O padrão está associado à ideia de permanência e de base sólida fundacional, que não é de certa forma consistente com a ideia de uma caravela navegando, que era também ao mesmo tempo uma capela, que significaria a expansão da fé cristã no mundo. Para além disso, o pesado decorativismo que lhe estava associado também foi um dos aspetos criticados deste projeto.

Este 2º concurso falhou duplamente; por um lado, o projeto não chegou a ser erguido no promontório de Sagres, por outro lado, não foi também selecionado para a Exposição do Mundo Português, que aconteceria em 1940. Em alternativa, a opção para esta exposição foi a de se erguer o Padrão dos Descobrimentos, em Belém, de acordo com o modelo de Cottinelli Telmo, Leopoldo de Almeida e Leitão de Barros.

No entanto, o projeto apresentado pela equipa de Rebello Andrade voltou a reacender uma reflexão importante sobre o debate em torno da ideia de monumentalidade. O momento de então, caracterizado pelo crescimento do totalitarismo e dos regimes bélicos europeus, assim como pelo início da Guerra Civil de Espanha, fenómenos que têm repercussões no campo artístico, e de forma muito evidente neste concurso em particular, que se torna assim integrado numa “guerra simbólica”. Os símbolos assumem aqui uma grande importância estratégica, na medida em que concedem grande prestígio aos regimes totalitários e constituem ainda recursos importantes no processo de mobilização e manipulação das grandes massas, de forma a seguir uma determinada direção ideológica.

Nesta perspetiva, a problemática em torno da construção de um monumento no Promontório de Sagres ganha uma nova dimensão, pois já que não se trata apenas de uma questão estética, nem apenas de um problema de redefinição do que é a

monumentalidade²¹⁴, em termos arquitetônicos, nem apenas uma questão de afirmação do estático dos arquitetos modernistas, mas de um terreno “fértil”, onde se apresentavam vários atores, que representavam ideias opostas.²¹⁵ Tratava-se, portanto também de uma guerra artística e política, de afirmação entre vários intervenientes.

2.4 O 3º Concurso: 1954- 1957

No período pós-guerra existiu ainda uma terceira edição, lançada em 1954. Esta competição ocorreu numa conjuntura muito diferente das anteriores. Em primeiro lugar, o regime português ao posicionar-se na cena internacional, no contexto da Guerra Fria, pretendia reivindicar as suas prerrogativas de um estado multirracial e multicontinental, de forma a poder manter ainda o seu império. Não podemos também deixar de ver outra questão, que nos ajuda a entender o contexto político internacional: o concurso foi lançado, logo após as tentativas da União Indiana em incorporar Goa, Damão e Diu²¹⁶.

No entanto, as premissas e a temática geral da competição mantinham-se idênticas às anteriores, apesar do novo contexto político internacional. O decreto lei indicava ainda que a obra, “além de constituir particular homenagem ao Infante, represente a consagração do primeiro ciclo dos descobrimentos dos Portugueses e do movimento que abriu o mar à civilização do Ocidente”²¹⁷. Desta vez, com um concurso de âmbito internacional e com um orçamento muito superior ao anterior, na ordem dos 35 mil contos, foram apresentados 49 projetos candidatos. Classificados e admitidos cinco projetos, os respetivos autores apresentaram as suas *maquettes*, que foram expostas nas salas dos Mosteiros dos Jerónimos, onde o júri reuniu para eleger os vencedores.

O Conselho de ministros discutiu se deveria erguer ou não o monumento de homenagem ao Infante de Sagres, após uma avaliação adequada, tendo em consideração os especialistas e os artistas que haviam participado. Se o monumento fosse erguido

²¹⁴ José Guilherme Abreu refere a existência de dois grandes conceitos de monumentalidade: o primeiro vertical e monolítico, tende a sublinhar aquilo que é sublime e apresenta uma dimensão de heroísmo, de raça e divindade; o segundo conceito, horizontal e pluriforme, tende a monumentalizar a forma e a apresentar a celebração com uma ação mais humana, em que os valores passam a ser a história, a civilização e a cultura. In Abreu, J. G. (2012), p.15.

²¹⁵ Abreu, J. G. (2012), p.15

²¹⁶ Abreu, J. G. (2012), p. 15.

²¹⁷ João, M.I. (2002), p. 436.

seria o projeto com o nome “Mar Novo”²¹⁸, do arquiteto João de Mello Breyner Andresen, do escultor Barata Feyo²¹⁹, do pintor Júlio Resende e dos engenheiros Júlio Borges e José Simões Coelho, essencialmente pela inovação e estética do projeto, que fugia às habituais caravelas estilizadas. “O monumento de Andresen era dos casos raros de quem acredita no Infante” escreve José – Augusto França, a este respeito.



Fotomontagem de Teófilo Rego DR



Estudo para o tecto da cripta, Júlio Resende DR

Imagens 5 e 6 – Projeto Mar Novo – Fotomontagem de Teófilo Rego e Estudo para o teto da cripta, de Júlio Resende. Imagens retiradas do site: <https://www.publico.pt/2017/12/02/culturaipsilon/noticia/um-mar-novo-nunca-navegado-1794497#&gid=1&pid=9>

²¹⁸ *Mar Novo* é ainda um projeto pioneiro na “colaboração das três artes – arquitetura, escultura, pintura – como um esforço consciente para atingir um efeito visual coerente”, como nota Lúcia Almeida Matos, diretora do museu da FBAUP, espaço onde esteve patente recentemente (até 2018) uma exposição sobre o “Mar Novo” In <https://www.publico.pt/2017/12/02/culturaipsilon/noticia/um-mar-novo-nunca-navegado-1794497>

²¹⁹ A estátua do Infante, de Barata Feyo, que fazia parte integral do projeto “Mar Novo” esteve em exibição no pavilhão nacional na Feira de Bruxelas, em 1958. E dois anos mais tarde, já em 1960, a estátua foi fundida em bronze e oferecida pela comunidade portuguesa à nova capital do Brasil, em cerimónia solene por ocasião dos 500 anos da morte de Dom Henrique. In João, M.I. (2002), p. 437.

Para Pedro V. Almeida, com o projeto *Mar Novo* “o Cabo de Sagres surge domesticado, higienizado, adormecido na sua selvática violência”²²⁰. Por outro lado, na perspetiva de J. C. Abreu, o projeto deixou de ter pertinência na área internacional, porque o principal objetivo na edificação de tal monumento em Sagres seria a sua instrumentalização, a nível político e internacional, com o propósito de afirmar a posição do Estado português no Ultramar. O regime não foi capaz de bloquear as submissões de Jawaharlal Nehru que pediu a incorporação de Goa, Damão e Diu no Estado Indiano. Logo, para Salazar, a construção de tal monumento em Sagres tornou-se um projeto sem pertinência política²²¹. Tendo em consideração todos os aspetos do problema, o Conselho decidiu não erguer o monumento e descartar de vez a ideia de construir tal monumento no Promontório de Sagres. “Mar Novo” foi rejeitado sem nenhuma razão apresentada. O assunto tornou-se, de facto, num tema um pouco desconfortável e, de certa forma, é considerado ainda um outro enigma de Sagres.

A anulação da execução dos projetos vencedores dos concursos de Sagres parece, de certa forma, ter favorecido a construção do monumento em Lisboa - o Padrão dos Descobrimentos. Em Sagres, optou-se por levantar um modesto e simbólico padrão, uma réplica dos “padrões dos descobrimentos”. O monumento na paisagem não seria erguido, o que proporcionou a preservação do património natural do Promontório de Sagres.

2.5 O 4º concurso – 1988

O último concurso, realizado em período democrático e dois anos após a entrada de Portugal na CEE, ocorre num contexto político internacional muito diferente dos anteriores, em que se pretende reforçar o elo de ligação do país à comunidade europeia, que nessa altura estaria a dar os primeiros passos. Esta tentativa de ligação de Portugal à Europa ressalta nos discursos da CNCDP e da Expo 98. A ideia de desenvolver um projeto para um concurso de ideias para a valorização da Fortaleza de Sagres foi

²²⁰ Almeida, P.V. (1997), p.47.

²²¹ Abreu, J.G. (2012), p. 17.

iniciada pelo IPPC - Instituto Português do Património Cultural - e pela CNCDP - Comissão Nacional de Comemoração dos Descobrimentos Portugueses.

Em 1988, foi lançado o concurso através de um programa que, de acordo com J.G. Abreu, não conseguiu ultrapassar a aura negativa que rondava ainda em Sagres, decorrente das tentativas falhadas de ali se erguer um monumento. Nem mesmo o programa do primeiro concurso público, de 1933 era tão normativo e limitativo, como este, de acordo com o investigador²²².

Desta vez, o concurso contou com a participação de dez concorrentes. O projeto do arquiteto João Carreira foi o vencedor e propunha uma intervenção de grande modernização do local e de mudanças consideráveis, em termos de volumetria e de altura, para o conjunto de edificações existentes. O projeto incluía ainda a realização de uma estrutura monumental, designada como “rota das descobertas”, a ser implantada no próprio cabo de sagres, que seria constituída por um corredor, com cerca de 230 metros de comprimento, oito metros de largura e cerca de seis metros de altura, que seria precedido por uma antecâmara de oito metros quadrados, com um espelho de água, que seria possível de atravessar através de uma ponte. O projeto propunha ainda que as paredes desta antecâmara pudessem ostentar duas fontes, a “aventura” e o “talento”, que representavam alegoricamente os guardiões da “rota das descobertas”. Este longo corredor seria constituído por calcário, do lado interior e por cimento, do lado exterior, de forma a ser esculpido com motivos, que evocavam o espírito dos navegadores e das suas viagens.

²²² Abreu, J.G. (2012), p. 22.

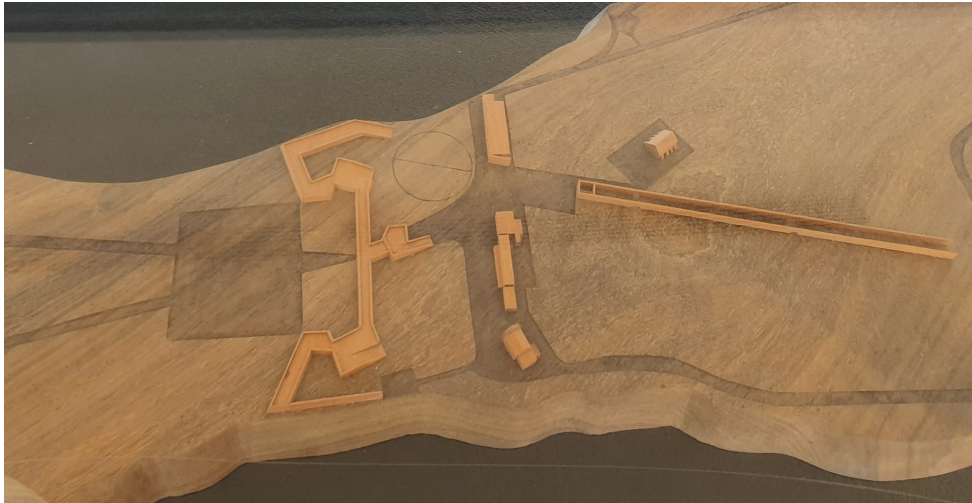


Imagem 7 – Maqueta do projeto de valorização da Fortaleza de Sagres, do Arquiteto João Carreira (1989), que evidencia o corredor designado “Rota dos Descobrimentos” que nunca chegou a ser erguido.
(Foto de Vanda Oliveira).

De acordo com J. G. Abreu, o projeto de João Carreira, de certa maneira, chega a suplantar a Carta de Atenas²²³, pelo seu funcionalismo simbólico; no entanto, ignora os últimos trabalhos de restauração da Fortaleza, dos anos cinquenta, pela DGEMN - Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, e neste sentido desrespeita as recomendações da Carta de Nice, pois propõe uma intervenção que é, de certa forma, hostil ao trabalho anterior. Em termos patrimoniais, o projeto do João Carreira não conseguiu estabelecer um diálogo com o edificado presente (o que resultou da restauração da DGEMN) e distorce a correnteza de edifícios, com a imagem de uma arquitetura moderna²²⁴, que foi ainda largamente contestada, particularmente pela comunidade local, chegando a chamar-se ao edifício, que veio a acolher o centro expositivo, de “armazém do bacalhau”.

Abreu considera ainda que existe por parte do arquiteto um conjunto de erros que se manifestam pela sua própria noção de monumento: O arquiteto assume a mesma tradição conceptual de “monumento” do passado – com a proposta de colocação de um elemento independente e *outsider* no promontório. A ideia proposta seria que a longa construção fosse interiorizada pela história que quer contar, e ao mesmo tempo tivesse um elo de ligação simbólica ao exterior; ou seja, ao território, ao céu aberto, ao

²²³ A Carta de Atenas constitui um manifesto, com vários princípios do urbanismo moderno, que resultou do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), realizado em Atenas em 1933. O congresso teve como tema a "cidade funcional" e foram discutidas várias questões da arquitetura contemporânea. A Carta foi assinada por vários arquitetos e especialista de renome internacional, incluindo *Le Corbusier* e onde o tópico sobre património histórico foi introduzido.

²²⁴ Abreu, J.G. (2012), p. 22.

horizonte, ao mar, no alinhamento do eixo da “rosa-dos-ventos”. No entanto, de acordo com J. G. Abreu, esta interpretação mostra que o Arquiteto João Carreira, apresenta no final dos anos oitenta, um projeto que ainda se identificava com o paradigma do “monumento” na paisagem²²⁵.

Foi por essa mesma razão, que esta “rota”, por se encontrar, de facto, divorciada da paisagem, foi barrada. Como sabemos, este corredor não foi construído e mais uma vez o Promontório conseguiu resistir à vontade humana de fixar a sua marca neste local. Vejamos a opinião de Pedro Vieira Dias, relativamente ao que de facto foi edificado, na Fortaleza de Sagres:

“De resto, a intenção de “valorizar os edifícios da correnteza” surge para quem visita hoje o local, como que debilitada, sendo esse mesmo um dos seus aspetos mais negativos. Um segundo aspeto negativo resulta da escala de quanto se construiu. De facto, o Museu, uma peça requerida no programa desde o início, em 1933, é hoje um edifício cujo interior tem evidente qualidade, mas cujo exterior lamentavelmente apresenta uma escala excessiva e uma menor qualidade e invenção. A acesa polémica que o projeto provocou terá muito que ver com essa diversidade de atributos.”²²⁶

Porém, e tal como Abreu faz notar, a proposta de João Carreira, ao apresentar uma “rota dos descobrimentos”, denota uma narrativa muito idêntica às dos projetos anteriores, pois a estrutura, iria aludir à “aventura” e ao “talento” dos portugueses. No entanto, como este era já um período em que sobressaiam outro tipo de valores, como os relacionados com a preservação da paisagem natural, optou-se por não se erguer tal estrutura invasiva de monumento na paisagem. Em alternativa, manteve-se o “monumento da paisagem”. Não se chegou a levantar no decorrer do século XX, nem monumento, nem “rota dos descobrimentos”, nem nenhum outro elemento exterior no promontório de Sagres, o que permitiu preservar a paisagem, ou seja manter a sua “monumentalidade” intrínseca.

²²⁵ Abreu, J.G. (2012), p. 23.

²²⁶ Almeida, P. V. (1997), p. 50.

O investigador José Guilherme Abreu considera que o caso “Sagres” é um caso especial, por ser o exemplo, mais representativo em Portugal, da transformação de um sítio monumental e natural em paisagem cultural, através de um processo, que se foi construindo ao longo do tempo, mas que assume de facto um expoente máximo com os quatro concursos oficiais²²⁷.

Convém lembrar que o documento que é conhecido como a “Convenção do Património da Paisagem Europeia” foi assinado apenas em 2000, e de certa forma estabelece o conceito de paisagem cultural, tendo sido ratificado pelo governo português apenas em 2005. Abreu considera que esta mudança de paradigma pode não ser assim tão evidente em Portugal, mas que se iniciou, efetivamente, com estes concursos públicos que foram incentivados pelo governo português, durante o século XX²²⁸.

Abreu considera ainda que os projetos públicos para se erguer um monumento em homenagem ao Infante em Sagres constituem, no seu conjunto, o programa artístico, monumental, histórico e paisagístico mais emblemático, em Portugal, porque o seu objetivo último não era apenas a celebração de factos históricos, mas também a exibição de vários mitos simbólicos que se esperava que atingissem uma sublimidade, devida à sua situação estratégica, localizada numa paisagem magnífica, que integra valores históricos, simbólicos e culturais²²⁹.

²²⁷ Abreu, J. G. (2012), p. 12.

²²⁸ Abreu, J. G. (2012), p. 12.

²²⁹ Abreu, J.G. (2012), p. 12 e 13.

O muro de Sagres

É UMA história longa. Em 1936 foi aprovado para Sagres um projecto de monumento ao Infante D. Henrique apresentado pelos arquitectos Rebello de Andrade com o escultor Ruy Gameiro: era uma cruz de Cristo erguida sobre imensa coluna piramidal que lhe prolongava as formas, a grande altura.

Anulado esse primeiro concurso, coube a vez, em 1938, de ser escolhido o projecto do arquitecto Carlos Ramos, com Leopoldo de Almeida e Almada Negreiros: seria então uma espécie de barco de pedra, com mastro-padrão, vela enfunada e o infante hirto à proa. Houve discussão em torno do concurso e «prevaleram as dúvidas de muitos espíritos sobre o valor relativo das diversas concepções», na explicação oficial.

Novo concurso foi aberto em 54, na preparação das «comemorações henriquinas», e o novo primeiro prémio, de 56, foi atribuído a João Andresen, com Barata Feyo, Júlio Resende e os engenheiros Ferry Borges e Simões Coelho. Era então um conjunto ambicioso e notavelmente concebido, formado pelo monumento propriamente dito (de novo a referência à vela, mas como «gesto circular e ascensional», a forma «abstracta»), um museu subterrâneo e ainda uma escultura monumental do infante. Mas teve o mesmo destino, embora não estivesse em causa a qualidade do projecto — Salazar preferiu passar a pedra, em Belém, o Padrão de estafe de 1940 de Cottinelli Telmo e Leopoldo de Almeida, obra e artistas de mais «confiança». E na história de José-Augusto França **d'A Arte em Portugal no Século XX**, ainda se citam outros episódios anteriores, como o que sonhou Augusto Santo, com o rosto do infante talhado na rocha

e expelindo luz de farol pelos olhos...

O episódio mais recente começou em 1985, em estudos e negociações com vista à valorização da Fortaleza de Sagres, e entrou em 88 em fase de concurso de ideias. Ganhou um projecto do arquitecto João Carreira, do Porto, que consta da recuperação funcional da actual zona edificada — esta é uma parte não polémica do plano — mais um «monumento» em forma de muro duplo de betão, com oito metros de intervalo e seis metros de altura por 230 de comprimento, que será recheado de baixos-relevos alusivos à gesta dos navegadores. Agora, pela primeira vez nestas histórias de celebrações patrióticas e concursos abortados, já está em «Diário da República» o concurso para a passagem à construção. 1992 será a data da inauguração.

Foi por finais de Maio que João Carreira entregou o projecto de execução ao IPPC; em declarações à Imprensa, pressionava depois a adjudicação rápida da obra, mas as referências que fez então aos escultores previstos para decorarem o «paredão» desencadearam os primeiros incidentes: em cartas ao «Público», António Campos Rosado e Manuel Rosa insurgiam-se contra o uso dos seus nomes (Sérgio Taborda era um terceiro nome, até agora silencioso).

A 4 de Agosto, no EXPRESSO, António Mega Ferreira veio dizer **como cidadão** que considerava o monumento «um monstro». Além de cidadão e de cronista, A.M.F. é membro da Comissão dos Descobrimentos (parte interessada na operação Sagres, e mesmo parte cúmplice, numa sua composição anterior, do júri premiador). A dita Comissão, entretanto, já em Março enviara à SEC um parecer do seu grupo de trabalho de História de Arte (Vitor

Serrão, José Sarmento de Matos e Rafael Moreira) onde se alertava que o projecto «viria corromper a natural condicionante mítica do local».

A Comissão não podia desdizer o seu voto anterior, mas o tal parecer dos historiadores veio a público. O corredor de «dimensão quase faraónica» (idem) levantado contra a paisagem de rochas e mar — que é o que mais importa na ponta de Sagres, e o que dá dignidade ao fantasma do infante — passou assim a ser objecto de polémica.

Da parte do IPPC, segundo a arquitecta Margarida Veiga, a posição é, entretanto, clara: 1º. Realizou-se um concurso, cumpriram-se todas as regras e fizeram-se todas as consultas necessárias; houve um vencedor e é sempre de esperar que haja protestos. 2º. Importa estabelecer seriedade nestas coisas: os concursos são para cumprir. 3º. Trata-se de um óptimo projecto, de muito boa qualidade arquitectónica.

Mas há uma outra «razão» que pode pesar nesta determinação: é que o plano para Sagres constitui um programa cofinanciado pela CEE e há que não perder os Ecus combinados — a Via do Infante e a «Via dos Descobrimentos» (é este o nome dado ao corredor de vento) têm urgências idênticas.

O que, por outro lado, parece certo é que ainda vai haver tempo bastante para discutir a obra de Sagres. A SEC, na realidade, apenas lançou o concurso para a construção de uma primeira fase, a da recuperação da muralha e de adaptação da antiga Pousada da Juventude a espaço de exposições. Antes de lançadas as outras fases (e serão mais duas, ou mais três, não se sabe), será apresentada uma exposição sobre o projecto, e só mais tarde o arquitecto

João Carreira concretizará as suas ideias para o interior dos muros de betão, sujeitas, aliás, a contratos posteriores com os escultores escolhidos. E o IPPC vai assegurando que examinará o projecto de decoração com a maior prudência.

O muro irá ver-se numa maqueta que está a ser actualmente produzida. Entretanto, alguns elementos de debate podem ser adiantados sobre o recheio que João Carreira idealizou para ele.

Em primeiro lugar, é estranho que se tenham anunciado nomes de escultores que não deram a sua concordância nem avançaram quaisquer estudos preparatórios; depois, é insólito que apareça definido o nome do «coordenador» de uma equipa inexistente. José Rodrigues, professor, escultor com alguma obra estimável e também animador cultural, é, por outro lado, um coordenador polémico, como, por exemplo, se viu recentemente com a confusão gerada em torno da (sua) última Bienal de Cerveira, uma iniciativa absolutamente descoordenada mas ambiciosíssima em termos financeiros — também aí os nomes de comissários e de artistas foram avançados sem acordo prévio dos interessados.

Mas o que mais profundamente está em causa é a possibilidade de, hoje, com alguma credibilidade artística, se propor a evocação monumental de episódios e figuras das Descobertas, em calcário branco, com «guião» assessorado por historiador e tudo. As marcas do «estilo Palácio da Justiça» ainda aí estão por todo o lado a testemunhar que o discurso apologético e celebratório pertence irremediavelmente ao passado. E se o corredor não tiver conteúdo certo possível, então é também a estrutura arquitectónica, o seu invólucro, que deve ser posta em causa.

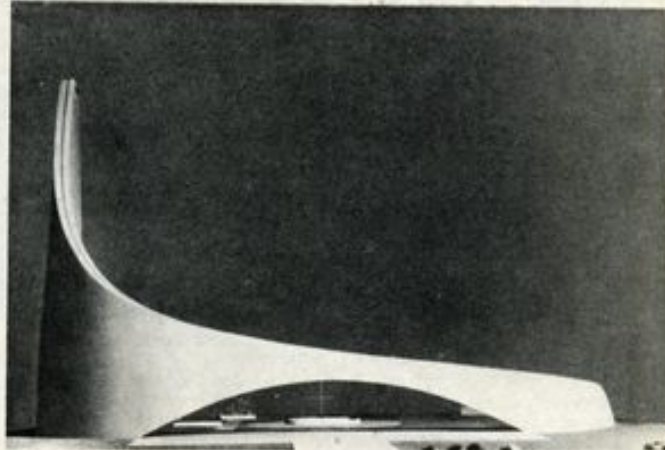
(A propósito, valerá a pena ter presentes as intervenções efémeras e de sentido bem diverso realizadas por vários artistas — Fernanda Fragaçairo, Rui Chafes, Joaquim Bravo, António Campos Rosado, Pedro Tudela, etc. — durante os festivais de Sagres em 87 e 89. Essa poderia ser uma via positiva e respeitosa de relação com o local.)

Mesmo depois de ter sido aprovado e de as obras começarem, o «monumento» de Sagres deverá continuar a ser tema de debate público. Até mesmo depois de construído. E talvez um dia, depois de pago pela CEE, venha a ser necessário pedir à UNESCO os meios financeiros para repor o património (ou seja, a paisagem) na sua «traça primitiva», como é costume dizer.

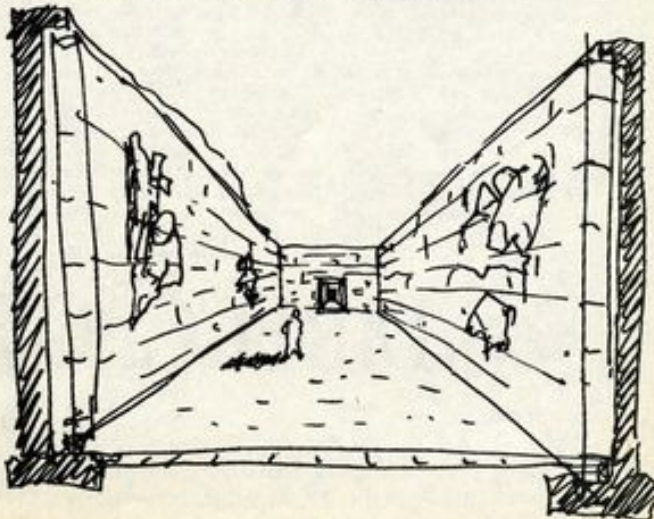
Alexandre Pomar



Monumentos para Sagres: dos arq. Rebelo de Andrade e Ruy Gameiro, em 1936; e de Carlos Ramos/Leopoldo de Almeida/ Almada Negreiros, em 1938



Projecto de João Andresen/Barata Feyo/Júlio Resende, de 1956



A «Via dos Descobrimentos»: desenho de João Carreira publicado no «Independente»

37
EXPRESSO, SÁBADO 8 DE SETEMBRO DE 1980

Imagens 8 e 9 – “O Muro de Sagres”, artigo de Alexandre Pomar, dá conta da acesa polémica em torno do último concurso, que teve como vencedor o projeto de João Carreira In Expresso, 8 de setembro de 1980.

Imagens retiradas do site:

https://alexandrepomar.typepad.com/alexandre_pomar/2009/12/sagres-um-%C3%BAltimo-concurso.html

Vemos, portanto, que tal como nas ações comemorativas, os programas ou debates para a construção destas obras monumentais tinham o mesmo propósito ideológico e como muitos dos símbolos, associados ao Infante e aos “descobrimientos” estão presentes em ambos os projetos - comemorativos e concursos -, que visavam promover um determinado ideário nacionalista e a legitimação do discurso patrimonial autorizado, do momento.

Assim, antes de passarmos para a próxima parte desta dissertação importa rever que o fenómeno comemoracionista, aliado aos vários concursos públicos e a todo o debate que os envolve, auxiliam-nos na compreensão de como este lugar - o Promontório de Sagres - constitui um modelo singular e complexo de patrimonialização, processo que se foi construindo ao longo do tempo, mas sobretudo no século XX, com as ações comemorativas (que integram as dimensões litúrgica, festiva, performativa, simbólica e pedagógica), e com os quatro concursos referidos (com as dimensões artística, estética e simbólica).

A força de Sagres, como símbolo e como mito, foi-se consolidando, através de um processo complexo de “sedimentação e solidificação patrimonial”. As narrativas associadas ao Promontório de Sagres, durante o século XX, têm estado intrincadas a este tipo de visões que reciclam um discurso sempre muito normativo, e que sempre glorifica o Infante Dom Henrique e o período expansionista.

Vejamos, de seguida, o que muda e o que permanece, com a entrada no século XXI, e com a atribuição da Marca do Património Europeu ao Promontório de Sagres, em 2015.

PARTE IV – Promontório de Sagres - Marca do Património Europeu



Imagem 10 – Logotipo da Marca do Património Europeu

Capítulo I - O que é a Marca do Património Europeu?

Breve apresentação do projeto

A Marca do Património Europeu é uma medida da Comissão Europeia, mais particularmente do Conselho da Europa e Parlamento Europeu, que foi instituída em 2011²³⁰, e que tem como principal objetivo fortalecer o sentimento de pertença à União Europeia, por parte dos seus cidadãos, através do seu património cultural, valores e história europeia partilhada, de forma a promover o diálogo intercultural²³¹. A Marca do Património Europeu distingue “sítios” patrimoniais, que simbolizam a integração europeia, a história e a cultura europeias e os seus valores comuns.

Trata-se de um projeto aberto aos 25 estados membro da União Europeia e onde podem ser considerados os seguintes sítios ou bens patrimoniais: monumentos, paisagens naturais, subaquáticas, sítios arqueológicos, industriais ou urbanos, paisagens culturais,

²³⁰Através da Decisão n.º 1194/2011/UE do Parlamento Europeu do Conselho, de 16 de novembro de 2011, que cria uma ação da União Europeia relativa à Marca do Património Europeu.

Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex%3A32011D1194>

Apesar de ter sido formalmente estabelecida pelo Parlamento e Conselho da Europa em 2011, a Marca do Património Europeu foi uma iniciativa intergovernamental instigada pela Espanha e França 2006, como resposta à rejeição do referendo para criação do Tratado de Constituição Europeu (2004) In Ceginskas, V. (2018), p. 33.

²³¹ <https://eurocid.mne.gov.pt/premios/marca-do-patrimonio-europeu-2021>

lugares de memória, bens culturais e o património intangível associado, incluído o património contemporâneo²³². As candidaturas podem ser apresentadas de forma individual (por parte de apenas um sítio, ou bem patrimonial), através de uma candidatura nacional de um conjunto de sítios (com a mesma temática) ou ainda através de uma candidatura transnacional²³³.

Atualmente, e após cinco processos de candidaturas, a iniciativa agrega um conjunto de 48 sítios MPE, provenientes de dezanove países, contemplando já a recente integração de dez novos sítios, em março de 2020. Este é um projeto dinâmico que a Comissão Europeia pretende que cresça, pois considera que a Europa apresenta muitos outros lugares de memória, que representam marcos simbólicos, que foram essenciais para a trajetória conjunta e partilhada do que veio a constituir a Europa e a União Europeia.

Os procedimentos para a seleção e distinção dos sítios patrimoniais são rigorosos e realizados em várias fases. Numa primeira fase, as candidaturas são apresentadas por parte dos representantes de cada sítio, aos coordenadores nacionais de cada Estado membro da U.E., que selecionam os sítios patrimoniais que podem ser submetidos ao painel de especialistas, ao nível europeu. No caso português, esse papel cabe ao GEPAC – Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais.

As candidaturas a Marca do Património Europeu são avaliadas através das seguintes categorias de critérios: a) o valor simbólico europeu do sítio; b) a qualidade do projeto de promoção e comunicação da dimensão europeia do sítio a uma audiência europeia; e c) a qualidade do plano de trabalho, que deve ser demonstrativo da capacidade operacional do sítio candidato de implementar o projeto proposto²³⁴.

A primeira categoria encontra-se diretamente relacionada com a dimensão europeia intrínseca ao sítio, considerada permanente e não se encontra dependente da qualidade do projeto ou do plano de trabalho apresentado. Nesta 1ª categoria, a candidatura deve poder demonstrar que o sítio apresenta um ou mais dos seguintes critérios: a natureza pan-europeia do sítio, que se estende para além das suas fronteiras nacionais, a sua

²³² Referido no ponto 1) do artigo 2º da Decisão n.º 1194/2011/UE do Parlamento Europeu do Conselho, de 16 de novembro de 2011, que cria uma ação da União Europeia relativa à Marca do Património Europeu.

²³³ https://ec.europa.eu/programmes/creative-europe/actions/heritage-label/apply_en

²³⁴ http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=7893#categorias

ligação a eventos, movimentos ou figuras chaves europeias, ou o seu papel no desenvolvimento e promoção de valores comuns que sustentam a integração europeia²³⁵. A segunda e terceira categoria de critérios refere-se a um projeto e plano de gestão específicos, que devem ser implementados pela entidade gestora do sítio, de forma a assegurar a existência de uma efetiva capacidade de implementação das atividades de gestão, conservação, de fruição, promoção e comunicação da sua relevância e significação europeias²³⁶.

Para a melhor compreensão da diversidade patrimonial, tipológica e cronológica dos sítios distinguidos com a MPE, sugere-se a consulta do mapa, disponível em formato online²³⁷ onde se pode verificar também a sua distribuição geográfica.

Rapidamente conseguimos visualizar que a grande maioria se situa na Europa Central e de Leste, e que os países nórdicos (Dinamarca, Noruega, Suécia e Finlândia²³⁸), assim como o Reino Unido não estão integrados. Vemos ainda que Portugal contempla 4 sítios distinguidos com esta marca: a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, a Carta da Abolição da pena de morte (na Torre do Tombo), o Promontório de Sagres, e ainda o Património Cultural Subaquático dos Açores, o sítio MPE mais ocidental da Europa, recentemente distinguido, em março de 2020. Podemos observar ainda que a Polónia é o país com maior número de sítios, num total de 6 (sendo um deles transnacional) e que a França integra 5 sítios MPE, tal como a Alemanha. Portugal, a par com a Holanda e a Hungria detêm 4 sítios cada, distinguidos com a marca.

A Comissão Europeia prevê a integração de um total de cem sítios MPE de países da U.E. e países vizinhos no horizonte do ano de 2030²³⁹. A atribuição da Marca não é um dado adquirido, pois existem etapas de monitorização (que decorreram para todos os sítios MPE durante o ano 2020), onde o painel de especialistas, em articulação com a

²³⁵ Ceginskas, V. (2018), p. 35.

²³⁶ Ibidem, p. 36.

²³⁷ através do seguinte link: <https://geo.osnabrueck.de/ehl/EN/map>

²³⁸ A posição da Finlândia é interessante, pois apesar de não ter nenhum sítio distinguido com a MPE, até ao momento, o Ministro da Educação, Cultura e Desporto anunciou oficialmente a participação finlandesa nesta iniciativa em novembro de 2018, e já informou que está preparar um conjunto de workshops, onde pretende incluir vários parceiros, para discutir estratégias para definição de um objeto patrimonial e de uma candidatura ao projeto MPE. In Ceginskas, V. (2018), p.35; no que parece ser uma postura mais participativa, comunitária e inclusiva de patrimonialização.

²³⁹ Ceginskas, V. (2018), p. 33.

entidade coordenadora, a nível nacional, verifica se cada sítio continua a cumprir as três categorias de critérios, nomeadamente o projeto e o plano de trabalho.

Rede de trabalho – EHL@Network

Uma das particularidades que distingue este projeto é a existência de uma rede de trabalho. A necessidade urgente de comunicar e divulgar amplamente este projeto parece ter sido também uma preocupação da Comissão Europeia, que abriu uma candidatura nos finais de 2018, para a conceção de um projeto de “*Design and Management of networking and capacity building activities for European Heritage Label sites*”, que tenha como principal objetivo a melhor comunicação e divulgação do projeto com um enfoque muito particular na camada mais jovem.

Assim, na sequência de uma candidatura liderada pelo Palácio Real de Viena, em conjunto com outros 18 sítios MPE, foi possível, com o suporte financeiro da Comissão Europeia, criar a *European Heritage Label Network* (EHL@Network), uma rede de trabalho, formalmente criada em Outubro de 2019, onde o Promontório de Sagres também se integra, que promove uma troca de experiências a nível cultural, social e até filosófico, e onde os representantes dos sítios se entreadjudam entre si, na promoção da significação e narrativa europeia, numa ótica de colaboração e de procura de sinergias, para poder melhorar o conhecimento e a ampla divulgação da marca, utilizando projetos concretos de comunicação.

No entanto, sendo a *European Heritage Label Network*, uma rede estabelecida formalmente apenas em outubro 2019, os resultados ainda são muito pouco visíveis. Apesar de se ter conseguido concretizar algumas das atividades de comunicação previstas, como o lançamento do novíssimo *website* <https://www.ehl-network.eu/european-heritage-label/>²⁴⁰ (em fevereiro de 2021), a situação de pandemia veio ainda dificultar este processo, impedindo muitas das reuniões e encontros presenciais, que passaram a ser virtuais.

²⁴⁰ O website da Marca do Património Europeu foi lançado a 15 de fevereiro de 2021.

Capítulo II - Promontório de Sagres e a Marca do Património Europeu

Decorrendo de uma candidatura apresentada pela Direção Regional de Cultura do Algarve, o Promontório de Sagres foi distinguido oficialmente, em fevereiro de 2016, como Marca do Património Europeu, em conjunto com oito sítios europeus, de um conjunto total de dezoito candidaturas. A notícia foi comunicada em dezembro de 2015²⁴¹ e a cerimónia de atribuição foi realizada em Bruxelas, em abril de 2016. Apresenta-se de seguida o excerto da justificação para a atribuição da MPE ao Promontório de Sagres:

“A Ponta de Sagres apresenta uma paisagem rica do ponto de vista histórico e cultural situada no canto sudoeste da Península Ibérica. Nela se encontram vestígios arqueológicos significativos, estruturas urbanas e monumentos que atestam a sua localização estratégica e a sua importância ao longo dos séculos.

A Ponta de Sagres tornou-se o quartel-general do Infante Dom Henrique para o seu projeto de expansão marítima durante o séc. XV, um local da maior importância para a Era das Descobertas, período que marcou a expansão da cultura, das ciências, da exploração e do comércio europeus tanto para o Atlântico como para o Mediterrâneo, abrindo o caminho para a afirmação e projeção da civilização europeia, que veio a definir o mundo moderno.”²⁴²

Distinguido com a Marca do Património Europeu, essencialmente pelo seu papel impulsionador do processo de abertura ao mundo e de expansão do conhecimento, das ciências e da cultura, ao Promontório de Sagres é reconhecido o seu papel fundamental e decisivo na história da construção da História Europeia e do Mundo, neste projeto internacional. Sagres torna-se, entre os séculos XV e XVIII, um dos mais privilegiados pontos de controlo de navegação entre o Mediterrâneo e o Atlântico; e constitui ainda hoje um dos mais relevantes cantos estratégicos vigiados da Europa, de particular importância para a defesa da costa ibérica e europeia. Vários investigadores têm

²⁴¹ Sendo esta a data de comemoração do seu aniversário: 2 de dezembro de 2015.

²⁴² <https://geo.osnabrueck.de/ehl/PT/map>

evidenciado a posição do Promontório de Sagres na cultura europeia, como referência universal e como um símbolo de integração e da história europeia²⁴³.

Além disso, vemos ainda como a atribuição da marca teve ainda em consideração a riqueza da paisagem cultural associada ao Promontório de Sagres. Este território integra vários objetos patrimoniais da região do sudoeste algarvio, que constituem um grupo patrimonial muito particular: uma das maiores concentrações de monumentos megalíticos de toda a Europa; o culto vicentino e a desaparecida Igreja do Corvo - um importante centro de peregrinação de moçárabes, entre os séculos VIII e XII, localizado muito provavelmente junto ao Cabo de São Vicente; a Ermida de N^a Sr.^a de Guadalupe, dedicada à “Virgem dos Descobrimentos”, templo que evidencia a dimensão religiosa do projeto expansionista henriquino; a rede de fortificações associadas à Fortaleza de Sagres (como a de Baleeira, São Vicente e Beliche); e ainda Lagos, que constituiu o primeiro “cais de partida” das viagens patrocinadas pelo Infante Dom Henrique, lugar que também receberia um dos primeiros grupos de negros africanos escravizados, capturados por europeus, no século XV, e que integra o antigo “Mercado dos Escravos” e o “cemitério” do Vale da Gafaria, ou mais precisamente, o lugar de depósito de defuntos escravos negros, o mais antigo em território europeu²⁴⁴. De realçar ainda o rico património subaquático da região de Sagres, que é cada vez mais procurado, sendo possível observar vestígios do século XVIII e XIX, como o do navio *l’Océan*, testemunho da Guerra dos Sete Anos.

Com a atribuição da Marca do Património Europeu é reconhecido ao Promontório de Sagres a sua singularidade a nível europeu, como finisterra estratégica integrada na conjuntura histórica da primeira fase da expansão portuguesa. Já não se trata apenas de uma referência regional e nacional, mas de uma referência reconhecidamente europeia. A atribuição da marca vem diferenciar este lugar como um símbolo que tem uma dimensão universal, no contexto do pioneirismo da expansão marítima portuguesa e no impacto que causou na tradição cultural da civilização europeia moderna²⁴⁵.

²⁴³ Gonçalves, A. (2016), p. 148.

²⁴⁴ EHL 2015 Panel Report, p. 8 In: https://ec.europa.eu/culture/sites/default/files/2020-10/ehl-2015-panel-report_en.pdf

²⁴⁵ Gonçalves, A. (2016), p. 156

Quem conhece Sagres reconhece a sua imponente e dramática paisagem marítima, a que estão associados excepcionais fenómenos naturais. As suas características geológicas, climatéricas e biofísicas permitem a existência de ecossistemas, com comunidades costeiras muito específicas, como as plantas endógenas, algumas raras, e as aves migratórias. O Promontório de Sagres apresenta ainda dimensões históricas e simbólicas que o tornam num território excepcional, no âmbito da celebração simbólica dos ideais, da integração e da história europeia, objetivos da Marca do Património Europeu²⁴⁶.

A candidatura foi apresentada pela Direção Regional de Cultura do Algarve em 2015, e suportada através de um conjunto de seis propostas²⁴⁷, algumas delas dependentes da conclusão do PRVPS - Projeto de Requalificação e Valorização do Promontório de Sagres - que se iniciou em 2009 e que se encontra na sua fase final²⁴⁸, sendo a próxima fase a da implementação da exposição permanente no centro de exposições do Promontório de Sagres.

O modelo de gestão que se encontra em desenvolvimento no Promontório de Sagres integra várias estratégias de ação, onde serão implementadas atividades que promovem o conhecimento deste território, dando relevo à sua dimensão europeia em quatro vetores: a) a sua relevância no contexto da cultura megalítica europeia, durante o período do Neolítico, b) a sua relação com o legado do culto vicentino, c) o seu papel durante o processo de expansão comercial e de “descobrimientos” e d) o processo de coesão territorial²⁴⁹, associado a uma rede de vigilância supranacional onde o cabo de Sagres, se integra, para controlo e defesa costeira.

O Promontório de Sagres é um dos “lugares de memória”, que os europeus reconhecem como imagetivamente relacionado aos “descobrimientos portugueses”, pelo seu papel determinante para as várias mudanças históricas, tecnológicas e de conhecimento.

²⁴⁶ Ibidem, p. 156

²⁴⁷ 1) Promover a consciência da significação europeia do Promontório de Sagres, através de várias ações operacionais, como informação através de sinalética, pela internet e formação aos recursos humanos; 2) Implementação de atividades educativas, especialmente direcionadas a crianças e jovens, de forma a promover a compreensão do património comum e da História Europeia; 3) Ações de promoção de plurilinguismo; 4) Trocas de experiências com outros sítios da MPE, através de redes de trabalho; 5) Promoção da visibilidade e atratividade do sítio ao nível europeu, utilizando os digital media e novas tecnologias, e através da exploração das sinergias europeias; 6) Organização de atividades culturais e artísticas, para a promoção profissional artística e que reforce a ligação entre o património e a criação contemporânea. In Gonçalves, A. (2016), p. 156.

²⁴⁸ Tendo sido recentemente (a 4 de maio de 2021) assinado o auto de consignação para a empreitada de conteúdos para a exposição permanente no Centro de Exposições.

²⁴⁹ Gonçalves, A. (2016), p. 167.

Sagres é ainda um lugar que encerra vários mitos, como o da “escola náutica do Infante”, que foi uma ideia concebida ao nível da esfera ideológica europeia²⁵⁰.



Imagem 11- Vista aérea da Praça de armas da Fortaleza de Sagres. Créditos fotográficos: DRCAIlg

A DRCAIlg considera, ainda, que o reconhecimento do Promontório de Sagres como Marca do Património Europeu constitui, também, uma forma de legitimação no processo de candidatura dos “Lugares de globalização” a Património Mundial da Unesco²⁵¹.

O Promontório de Sagres é considerado o palco das decisões geopolíticas do Infante Dom Henrique, figura chave na fase designada, por alguns investigadores, por “era da primeira globalização”, e considerado o promotor das mudanças de perceção e de

²⁵⁰ Gonçalves, A. (2016), p. 163.

²⁵¹ “Lugares de Globalização” é uma candidatura transnacional que integra vários países – Portugal, Espanha, Cabo Verde, Marrocos e Mauritânia e vários lugares, monumentos e objetos patrimoniais físicos e imateriais, que são considerados símbolos da memória europeia e universal, associados ao imaginário dos “descobrimientos Portugueses”. Esta candidatura integra um conjunto de territórios algarvios - os municípios das designadas “Terras do Infante”, ou seja Vila do Bispo, Aljezur, Lagos, e ainda os municípios de Silves e Monchique -, das ilhas atlânticas e de Arguim e da costa África – Ceuta, Alcácer Ceguer, que estão associados a patrimónios, que simbolizam a primeira fase de lançamento, do que se considera ser um processo global, iniciado pelo portugueses no século XV. In Gonçalves, A. (2016), p. 157 e 158.

conhecimento do Mundo. João Paulo Oliveira e Costa baseia-se na crónica do veneziano Alvisse de Cadamosto, para argumentar o carácter precursor do Infante Dom Henrique e o seu papel, naquilo que considera um conjunto de processos de inovação e de revolução, introduzidos pelo movimento marítimo por ele iniciado²⁵².

Este capítulo apresenta-nos a Marca do Património Europeu, como é exposta pela Comissão Europeia e evidencia os argumentos para a atribuição desta Marca ao Promontório de Sagres, através de um discurso patrimonial autorizado em que a narrativa europeia é promovida. No entanto, não podemos deixar de reflectir sobre a reciclagem desta narrativa, que evidencia sempre os aspectos positivos – a “inovação”, o “carácter precursor”, a “afirmação”, a “ projecção” - sempre numa óptica de superioridade, através do *loop –pós colonial*.

Capítulo III - Reflexões em torno da Marca do Património Europeu

Vemos que, com a atribuição da Marca do Património Europeu, o Promontório de Sagres passou a estar conectado com vários sítios patrimoniais a nível europeu, afastados em termos geográficos, tipológicos e cronológicos. Considerando que os sítios distinguidos como MPE representam patrimónios tão distintos e variados - como o sítio arqueológico Neandertal de Kaprina, (Croácia), o coração da Antiga Atenas (Grécia), o cemitério 123 de Frente Este de Luzna – Putski (Polónia), a carta de abolição da pena de morte, patente na Torre do Tombo (Portugal), ou o *Camp Westerbork*, um campo de concentração situado na Holanda, ou mais recentemente o património cultural subaquático dos Açores - podemos questionar –nos como encontrar um denominador comum em toda esta diversidade patrimonial? ²⁵³

Torna-se evidente que esta é também uma iniciativa com um propósito político muito claro, de legitimação e de consolidação da União Europeia, projeto que se encontra numa situação de particular fragilidade, com a saída do Reino Unido (*Brexit*) e com a atual situação pandémica, que veio agudizar a crise económica e social já existente, em

²⁵²Costa, João Paulo Oliveira (2015), *Henrique, o Precursor da Globalização*, Coleção Algarve obras temáticas, D.R.de Cultura do Algarve.

²⁵³ Ceginskas, V. (2018), p. 31.

vários países da União. Mas que tipo de narrativas patrimoniais vemos destacadas com esta marca? Torna-se evidente que alguns destes sítios encerram um “lado mais negro” da História recente, como por exemplo, os associados às duas grandes guerras, perseguições e os campos de concentração; mas na prática, para que serve este projeto? O que promove?

Vemos que é possível aferir a enorme diversidade de sítios MPE, sob várias perspectivas, não só pelas características e dimensões patrimoniais tão díspares, como pelas formas distintas de gestão - gestão privada, pública ou coletiva²⁵⁴. Com certeza, os vários sítios MPE apresentam formas distintas de comunicação do ponto de vista museológico, várias narrativas patrimoniais e discursos oficiais autorizados; no entanto, todos os sítios tiveram de reorientar a sua abordagem para uma narrativa mais europeia.

3.1 Constrangimentos associados ao projeto Marca do Património Europeu

Em primeiro lugar, há que referir que parece ser do consenso geral que existe um baixo conhecimento por parte da sociedade sobre este projeto, apesar de já integrar 48 sítios europeus. Por outro lado, verifica-se uma falta de incentivos para o aumento de candidaturas, quando, à partida, sabemos que outros bens patrimoniais poderiam ter esta distinção/reconhecimento. Neste âmbito, importa destacar que a Marca do Património Europeu é um projeto que não tem qualquer oferta financeira para os sítios que obtêm tal distinção.

Contudo, apesar do projeto Marca do Património Europeu ser um projeto ainda relativamente recente, já atingiu uma fase de implementação mais madura, do que a do projeto de *World Heritage Convention*, com a mesma “idade”²⁵⁵. Em maio de 2020, com a integração de 10 novos sítios, soma um total de 48 sítios MPE, valor que já detém algum significado. Além disso, os critérios exigidos pela Comissão Europeia podem ser considerados difíceis de entender, por serem, de certa forma, muito semelhantes entre si, como o valor simbólico europeu, a natureza pan europeia, ou o seu papel na integração europeia. Por exemplo, o primeiro critério que se prende com o

²⁵⁴ Swidrak, M. (2018), p. 354.

²⁵⁵ Swidrak, M. (2018), p. 353 e 355.

“valor simbólico europeu” pode ser interpretado de diferentes formas, pois pode-se referir a uma localização geográfica, como aos valores de uma cultura europeia, ou à cristandade.

Para Niklasson, esta ambiguidade de valores reside na vaga noção do significado da própria Europa. De facto, continua a ser ainda pouco claro o que é que significa a Europa e o que é que significa ser europeu; mesmo se nos basearmos nos princípios da União Europeia, que nos falam de democracia, de liberdade e de direitos humanos. Mas afinal o que é o “valor simbólico europeu”? Vemos que nos vários documentos relacionados com o alargamento da União Europeia, o termo europeu parece que ainda não chegou a ser oficialmente definido, pois tende a combinar vários elementos, tais como questões culturais, geográficas ou históricas²⁵⁶.

Ora, se a noção do que é a Europa ainda parece ser tão ambígua, como definir o que é o património europeu; ainda mais quando verificámos na primeira parte desta investigação, que o conceito de património é tão abrangente, mutável, “nómada” e dissonante? De uma forma muito simplista, poderíamos dizer que corresponde ao património em território europeu, mas, como já vimos, isso seria extremamente redutor, pois não nos podemos cingir apenas à sua dimensão geográfica. O que nos leva a sugerir que o património europeu, pode também existir fora do continente europeu. Aliás, quando nos referimos, por exemplo, ao património português no Mundo, seja o legado físico, edificado, mas também imaterial, como a língua ou os modos de “saber fazer”, estamos a referir-nos exatamente a estas questões culturais e históricas, que se foram sedimentando num processo de construção e consolidação patrimonial, que constitui atualmente o património português no mundo. O património europeu, se perspetivado de uma forma mais alargada, pode ser encontrado em outras regiões do mundo, para lá da esfera das fronteiras políticas europeias. Vemos, portanto, que o conceito de património europeu, constitui um termo que requer ainda alguma reflexão.

Aliás, sobre esta questão importante convém referir que de acordo com o *Final Report-Evaluation of the European Heritage Label Action* (Relatório de Avaliação Final do Projeto Marca do Património Europeu, datado de janeiro de 2019) que se encontra

²⁵⁶ Niklasson, E. (2019), p. 108.

disponível online²⁵⁷, podemos verificar que existe, por parte dos representantes dos sítios, coordenadores nacionais, membros do painel e outros especialistas, um desejo de alargamento da extensão geográfica do projeto, argumentando que se poderia ampliar as narrativas da História e da Cultura Europeia, associando-as com as perspetivas de outras regiões, países e continentes, o que iria promover o diálogo intercultural. No entanto, outros argumentos realçam o facto de que, antes de se avançar para esse alargamento, o projeto deveria integrar todos os estados membros. Relativamente a esta questão, o relatório de avaliação conclui que é ainda prematura esta abertura geográfica²⁵⁸.

Como vimos anteriormente, o projeto MPE tem como principal objetivo fortalecer o sentimento de pertença à União Europeia, através do seu património cultural, valores e história europeia partilhada. Ora, se esse sentimento de pertença for direcionado apenas para uma determinada audiência, um determinado grupo, ou seja, apenas para os europeus, existe um risco de legitimação do discurso contra o “outro”, seja ele o estrangeiro, o imigrante ou o muçulmano, e de reforçar a *Fortaleza Europa*, promovendo o Eurocentrismo.

Neste contexto, importa ainda mencionar que a investigadora Tuuli Ländesmäki, que estudou as narrativas históricas que a União Europeia utiliza para construir um património comum e o sentimento de partilha, refere que a U.E. não reconhece os vários níveis de significação existentes, entre o passado colonial europeu e o presente multiétnico. Na sua análise, a autora adota uma estratégia metodológica, que combina a observação, com a interpretação de sítios patrimoniais, através das suas exposições, entre outras estratégias²⁵⁹.

Nesta perspetiva, e como vimos anteriormente, existe ainda uma abordagem que observa o património, como projeto de boas causas, e que olha sempre para a Europa e para os europeus, de uma mesma óptica. Esta forma de construção patrimonial não soube ainda integrar a realidade atual do que é a Europa e do que é ser europeu.

²⁵⁷ *Final Report – Evaluation of the EHL Action*: <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/6d66be3f-8d84-11e9-9369-01aa75ed71a1>

²⁵⁸ Idem (p. 20 e 21)

²⁵⁹ Turunen, J. (2019), “Introduction: using our pasts, defining our futures – debating heritage and culture in Europe” In *International Journal of Heritage Studies*. p. 2.

A História e a cultura da Europa integram o seu passado imperial e colonial, mas parece que esta parte da história fica sempre de lado. Com esta linha de pensamento levantam-se desde já algumas questões: Algum dos 48 sítios distinguidos com a Marca do Património Europeu se refere a este passado colonial? Não poderá o património europeu existir em sítios, mais distantes, como em locais de genocídio no ex- Congo Belga? Não poderá ainda o Apartheid constituir também esse legado europeu; e por isso, ser distinguido com a Marca do Património Europeu? São questões complexas e de difícil abordagem, que serão a seu tempo, melhor interpeladas, quando nos debruçarmos sobre os níveis de significação europeus e sobre os valores que o projeto MPE pretende promover.

O projeto MPE não pode e não deve arriscar a esquecer ou a apagar os factos históricos que fazem parte da Europa: a colonização europeia, o tráfico europeu e as guerras religiosas, ou tornar-se-á apenas num mecanismo de legitimação do eurocentrismo, de fortalecimento da “Fortaleza Europa” e das genealogias abissais e também de “distinção simbólica” de determinados sítios patrimoniais.

Só se estivermos verdadeiramente cientes destes riscos, poderemos redirecionar as práticas discursivas, num sentido que não tolere este tipo de abordagens territoriais (nacionalistas e /ou eurocêtricas) e perpetuadoras das fronteiras, de colonialidades e de linhas abissais e que inicie a inclusão de outras perspetivas – a dos que não foram ainda chamados a intervir. Só assim, se poderá verdadeiramente refletir sobre as potencialidades associadas à marca.

Ao longo das várias reflexões que, de seguida, se expõem irá ser mais fácil de perceber estas e outras dificuldades, constrangimentos, perigos e desafios que o projeto apresenta, sendo complexa a sua interpretação e análise.

3. 2 Marca do Património Europeu como *Timeline* da História Europeia?

A Tabela “Sítios Marca do Património Europeu” que se encontra em ANEXO, apresenta uma síntese da diversidade geográfica, cronológica e patrimonial, que os 48 sítios encerram, através da qual se consegue analisar em maior detalhe a existência de uma pluridiversidade de dimensões. No seu conjunto, os 48 sítios MPE evidenciam a

complexa e rica diversidade patrimonial que esta marca promove: sítios arqueológicos, castelos, palácios, fortalezas, casas, lugares, campos de concentração, um hospital, uma prisão, documentos, como tratados e até mesmo um poema, bens patrimoniais tão diversos, mas que, de acordo com o projeto, encerram em si determinados valores, considerados basilares, na construção da cultura europeia e da União Europeia.

A tabela anexa possibilita várias leituras e foi construída com base nos Anexos do *Final Report - Evaluation of the European Heritage Label Action*²⁶⁰ (relatório que só avalia os 38 sítios distinguidos com a MPE até 2017), e ainda com base na informação disponível sobre cada sítio, através dos vários relatórios de seleção do painel de especialistas - 2013, 2014, 2015, 2017 e 2019²⁶¹ - este último com informação sobre os 10 novos sítios distinguidos em 2020.

Portanto, podemos facilmente verificar, através da tabela anexa, que a listagem de sítios apresentada contempla uma organização cronológica, onde os períodos históricos foram considerados da seguinte forma: Pré-histórico, Antiguidade, Idade Média, Início da Idade Moderna, Idade Moderna, I Guerra Mundial, Entre Guerras, II Guerra Mundial e Pós-Guerra. Na 1ª coluna surge o ano de distinção de cada sítio, estando selecionados a azul a informação respeitante aos sítios distinguidos mais recentemente, em 2020, e que foram inseridos às tabelas apresentadas no *Final Report*.

A tabela apresenta ainda outros níveis de informação, como a significação europeia de cada sítio, os valores europeus, a tipologia patrimonial associada a cada sítio, temáticas que se irão explorar mais à frente. Importa em primeiro lugar olhar para a sua organização cronológica.

Podemos facilmente observar que do conjunto de 48 sítios MPE, apenas oito são anteriores à Era Moderna (um sítio pré-histórico, três relacionados com a Antiguidade, e quatro sítios da Idade Média), dezanove sítios integram a Idade Moderna, até à I Guerra Mundial; e os restantes fazem parte do período do século XX: três sítios da 1ª G.M., quatro sítios do período entre guerras, quatro da 2ª G.M. e 10 sítios do Pós-guerra

²⁶⁰ <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/6d66be3f-8d84-11e9-9369-01aa75ed71a1>

²⁶¹ Relatórios disponíveis em: <https://ec.europa.eu/culture/cultural-heritage/initiatives-and-success-stories/european-heritage-label/application-process-european-heritage-label>

(1945). De destacar o elevado número de bens patrimoniais mais recentes (dos dois últimos séculos) e ainda as lacunas que existem entre os sítios patrimoniais de tempos mais recuados.

No entanto, são muitos os elementos do painel de especialistas do projeto MPE, que ambicionam que o projeto seja representativo de uma *timeline* (linha do tempo) da história europeia. Pretende-se que as lacunas existentes possam ser, pouco a pouco, preenchidas. Isto reflete de certa forma, um desejo de representatividade, de forma a criar um passado mais significativo, que combine História e o Património²⁶².

No entanto, esta intenção de representatividade, de integração dos vários “tempos da história” é, de certa forma, um pouco redutora, pois nem todos os períodos temporais constituem tempos de significação europeia, existem tempos de permanência e a história é também feita de avanços e recuos. Mais que o preenchimento das tais lacunas, o que importa é refletir sobre os vários desafios e potencialidades que o projeto apresenta.

3.3 Marca do Património Europeu - Caminho de liberdade, democracia e paz versus “uma Europa renascida das cinzas”?

Ao examinarmos o projeto patrimonial – Marca do Património Europeu - e as razões para a atribuição da marca, para cada um dos 48 sítios, vemos como a Europa e o património europeu, surgem sempre “vestidos” como algo que apresenta uma significação positiva, como um projeto de modernidade e de progresso, mas também algo que se pretende que seja do interesse cuidar, acarinhar e preservar.

É muito frequente a referência ao período greco-romano, como matriz para os valores da democracia, cidadania, estado de direito, coordenadas que são largamente utilizadas na retórica da União Europeia. No entanto, muitas vezes quando nos debruçamos sobre os aspetos negativos ou “sombrios” do património, como por exemplo o Holocausto, parece que os lugares patrimoniais associados, nunca servem para contar a História de uma Europa contemporânea, mas antes para nos falar de uma Europa renascida das cinzas²⁶³, tal como o mito da Fénix.

²⁶² Niklasson, E. (2019), p. 111.

²⁶³ Niklasson, E. (2019), p. 109.

Vejam, a título de exemplo, dois sítios MPE, associados a períodos mais “negros” da História do século XX, e quais as narrativas associadas, de forma a clarificar o que se disse anteriormente: o primeiro, localizado nas margens do Reno (França e Alemanha) e o segundo, localizado em Sighet, na Roménia. As citações que se apresentam foram extraídas do sítio de internet sobre o projeto MPE:

“Os antigos campos de concentração nazis de Natzweiler e os seus cerca de 50 campos de trabalho anexos, que funcionaram entre 1941 e 1945 em ambas as margens do Reno e que então pertenciam ao Terceiro Reich e agora pertencem à França e à Alemanha. Na rede de campos de Natzweiler, foram objeto de terror nazi, prisioneiros de quase todos os países europeus. Muitos prisioneiros eram inicialmente combatentes da resistência, que foram explorados nos trabalhos forçados. É hoje um lugar de memória e educação dos cidadãos”²⁶⁴.

“O Memorial de Sighet está instalado num estabelecimento prisional da era estalinista que foi utilizado para deter crianças em idade escolar, estudantes e camponeses combatentes da resistência (1948-1950), opositores políticos, jornalistas e membros do clero eclesiais (1950-1955) e criminosos de direito comum até à década de setenta. Hoje é um monumento às vítimas dos regimes comunistas e ilustra o desenvolvimento dos regimes comunistas e os seus efeitos na Roménia e noutros países da Europa de Leste. O Memorial permite compreender a repressão dos regimes comunistas na Europa ao longo do século XX, nomeadamente a morte e o sofrimento vividos dentro e fora dos muros da prisão”²⁶⁵.

A referência a “um lugar de memória e educação de cidadãos” e a “um monumento às vítimas” evidencia a existência de um desejo de reconciliação, com as histórias e memórias europeias e com a necessidade de aprendizagem a retirar destes episódios da história recente. A retórica europeia promove sítios associados a períodos de grande sofrimento, como “lugares de memória”, onde o racismo, a tirania e a violência fazem parte de contos, das histórias morais, ou seja, não são vistos como parte integrante

²⁶⁴ <http://geo.osnabrueck.de/ehl/PT/map>

²⁶⁵ Idem

daquilo que é ser europeu. O objetivo último do projeto MPE tem a ver diretamente com a noção de pertença dependente do passado, ou seja, o lugar de onde viemos, o que pode constituir uma abordagem limitada. Ser europeu não pode estar sempre associado a estar do lado do bem e não pode ser um projeto moral. Os últimos capítulos da História da Europa mostram-nos, de forma mais evidente, que não foi assim e que não podemos estar permanentemente a dissociar os lados negativos da história europeia. E além disso, uma questão muito pertinente se coloca: como explicar o *slogan* adotado pela MPE para a promoção do projeto - *Europe Starts Here!* (A Europa começa aqui!) - em sítios relacionados com a perseguição nazi ou com a repressão provocada por um regime de ideologia totalmente oposta?

Para Elisabeth Niklasson, o projeto Marca do Património Europeu adere a um certo cânone da civilização europeia, que é visto como algo de positivo. No entanto, tende a se dissociar do seu passado mais sombrio, mais desconfortável, mais amargo e terrível, pelo menos para alguns. Diz-nos, ainda, que no projeto MPE há uma tendência para separar o passado europeu mais desconfortável, através de quatro temas gerais, utilizando o *chapéu* da liberdade e democracia: a luta pela paz, o caminho para a União, a demanda por conhecimento e a vanguarda do progresso²⁶⁶.

Niklasson preconiza que não se deve encarar o património como um projeto de boa vontade, um projeto que está do lado do bem; não podemos continuar a desenhar limites e fronteiras entre os aspetos positivos e os negativos do passado, de forma a vermos o que é que “casa bem” com os valores da contemporaneidade e com determinado poder político. Devemos reconhecer que os dois lados da moeda fazem parte da natureza do património; todos eles - aspetos positivos e negativos - devem ser integrados quando se está a falar de património. Temos que reconhecer que os heróis e os manipuladores, as tragédias e os grandes acontecimentos, todos eles integram a natureza patrimonial.

3.4 A Marca do Património Europeu e as Fronteiras

²⁶⁶ Niklasson, E. (2019), p.110

Desde a atribuição da Marca do Património Europeu, os sítios foram incentivados a alterar a sua narrativa de forma a estreitar ou fortalecer a sua ligação à Europa. O artigo de Elisabeth Niklasson sobre “*Borders of belonging in the European Heritage Label*”²⁶⁷ proporciona uma reflexão sobre as fronteiras que estes sítios patrimoniais promovem e as fronteiras que podem ajudar a quebrar. A autora critica a falta de precisão da natureza da Europa no centro da burocracia da União Europeia; refere que ainda não está definida a política cultural da União Europeia e que a noção da Europa oscila entre a ideia de uma única civilização e a de uma Europa como comunidade política.

Como vimos, inicialmente neste trabalho, os estudos mais recentes sobre património têm cada vez mais rogado que este conceito está associado a uma ação construtiva, ou seja, mais do que um nome ou substantivo, este é um “verbo”. Niklasson remete para as próprias fronteiras no campo dos “Estudos de Fronteira”, tal como defende Henk van Houtum, para quem uma fronteira também é um “verbo”, porque existe, de facto, um ato construtivo (de signos, significados, representações, performances, etc.), mas também, um ato colaborativo de delimitação de uma linha no espaço²⁶⁸.

Seguindo as ideias de Tim Winter²⁶⁹ e adotando os *Critical heritage studies*, ao tentar perceber a ligação entre estes dois conceitos – património e fronteira - e o momento crítico que atravessamos, numa problemática que vai muito para além do próprio património, podemos analisar onde é que o património e as fronteiras convergem, qual a sua configuração e como isso influencia o sentimento de pertença à Europa²⁷⁰.

Niklasson reflete ainda sobre a questão da pertinência da periferia da Europa, e do que acontece também para além da própria Europa²⁷¹. Se nos localizamos na periferia, na fronteira - entre nações, entre continentes, entre o passado e o presente, entre o “nós” e os “outros” - podemos perceber muito melhor a questão: onde é que eu pertenço? Dependendo de quem faz a pergunta, do lugar a que pertence, ou considera pertencer,

²⁶⁷ Niklasson, E. (2019), *Borders of belonging in the European Heritage Label In Heritage and Borders*. Kungl. Vitterhets Historie och Antikvitets Akademien (KVHAA), *Konfer-enser* 100. Stockholm 2019. p.176.

²⁶⁸ van Houtum, Henk. (2005). *The Geopolitics of Borders and Boundaries*. Geopolitics. p. 675.

²⁶⁹ Winter, Tim (2013), *Clarifying the critical in critical heritage studies*, *International Journal of Heritage Studies*, 19:6, 532-545.

²⁷⁰ Niklasson, E. (2019), p. 107.

²⁷¹ Niklasson, E. (2019), p. 105.

quem dá a resposta e quais os argumentos que são utilizados, sejam eles o património cultural, a nacionalidade, o aspeto físico ou a afiliação religiosa, tudo isto faz depender a trajetória da vida humana. Estas questões podem conduzir, por um lado, à procura de uma identidade europeia baseada no património, mas, por outro lado, fazem-no fortalecendo as fronteiras externas da U.E.²⁷². O que nos permite refletir sobre as questões de assimetria de poder que esta questão também expõe. A retórica que nos fala em democracia, liberdade individual e estado de direito é também utilizada pela política cultural europeia; e vemos que esta se torna mais desafiante e até contraditória, se nos encontrarmos nos limites, nas periferias, das fronteiras europeias. Nickasson vem, assim, realçar que neste contexto, o projeto MPE poderia destacar as inconsistências das grandes narrativas europeias e, ao mesmo tempo, fazer refletir e questionar sobre os entendimentos do que significa ser europeu²⁷³.

Ao repensar a ligação entre património e fronteira, porque não colocar as questões de outra forma? A primeira questão é refletir sobre quais são as fronteiras políticas do património. Isto significa identificar os mecanismos, a que toda a massa histórica está ligada e que depois é transformada em património, onde determinados passados são destacados, de forma a explicar ou acionar determinado estatuto. A Marca do Património Europeu pode funcionar como um auxiliador desse mecanismo, pois poderia permitir à União Europeia ligar-se à Europa e à sua História; e relocalizar as fronteiras políticas do património pode ser um primeiro passo. Reconhecendo que o património cultural está permanentemente em criação, o projeto MPE poderia significar ver o património como um potencial de conhecimento, em primeiro lugar; e menos como uma missão de identidade europeia²⁷⁴, de forma a evitar a promoção de clivagens várias, entre o europeu / não europeu, ou civilizado / bárbaro.

Todos os atores envolvidos no projeto MPE - sejam eles a Comissão Europeia, os representantes dos sítios, investigadores, políticos, sociedade civil, especialistas - devem poder observar as fronteiras que se criam, que se mudam, que se ultrapassam e que se quebram através deste projeto. O património e a fronteira estão intrinsecamente

²⁷² Ibidem, p. 107.

²⁷³ Ibidem, p. 122.

²⁷⁴ Ibidem, p. 121.

relacionados do ponto de vista conceptual, pois ambos constituem projetos colaborativos²⁷⁵.

A MPE tem um objetivo, claramente assumido, de legitimação do projeto da UE, ao promover um sentimento de coesão entre os cidadãos europeus, através do seu património partilhado. Neste contexto, vemos como a ideologia do eurocentrismo vem também funcionar, de forma muito idêntica, aos nacionalismos do século XX, pois adapta-se ao que mais lhe convém. Podemos, ainda, refletir sobre as fronteiras, que se vão reconstruindo e que vão mudando de lugar, através destas alterações de abordagem. Se ultrapassarmos as narrativas nacionalistas, promovendo práticas discursivas mais abrangentes, como as narrativas europeias que o projeto MPE quer promover, a uma escala mais alargada, integrado os vários estados membros da UE, devemos estar conscientes, que fronteiras estão a ser ultrapassadas (as nacionais) e as que estão a ser criadas (Fortaleza Europa) e o que isso pode significar, ou corremos o risco de estar a promover um projeto que requer uma origem étnica e cultural, como condição para ser cidadão com um tratamento igual.

3.5 Marca do Património Europeu & os Significados e Valores europeus

Vimos num capítulo anterior que cada sítio representa um “valor simbólico europeu” ou “significado europeu”, que pode ser analisado, de acordo com os seguintes critérios ou níveis de significação europeia: a) a sua natureza transfronteiriça ou pan europeia (de que modo a sua influência e atratividade passadas, e presentes, ultrapassam as fronteiras nacionais de um estado membro); b) o seu lugar e o seu papel na história e na integração europeias e a sua relação com eventos, personalidades ou movimentos importantes; e c) o seu lugar e o seu papel no desenvolvimento e na promoção dos valores comuns em que assenta a integração europeia²⁷⁶.

Ao nível destes elementos, que se designou de “significados europeus”, a tabela em anexo, demonstra de forma sucinta, o modo como o projeto integrou ou categorizou cada um dos sítios MPE, de acordo com estes três significados: a Natureza pan

²⁷⁵ Niklasson, E. (2019), p.121.

²⁷⁶ In Jornal Oficial da União Europeia (Decisão n.º 1194/2011/UE do Parlamento Europeu e do Conselho (p. 303/4).

européia, a História e Cultura Europeias e a Integração Europeia. Importa referir, novamente, que esta categorização de significados europeus, foram apuradas através do *Final Report*, já mencionado anteriormente. Assim, podemos facilmente verificar que a grande maioria (41 dos 48) dos sítios representa a História e Cultura, como principal significado europeu, 28 significam a Natureza pan europeia e 12 retratam a Integração europeia. De assinalar, ainda, que apenas seis sítios representam os três níveis de significação europeia: a Casa da Grande Guilda (Estónia), o Forte Cadine (Itália), as Propriedades de Werkbund (transnacional), o Memorial de Chambom su- Lignon (França), o Parque comemorativo do Picnic Pan Europeu (Hungria) e a Casa de Robert Schumann (França).

O Património de Sagres detém como significados europeus, ou valores simbólicos, a Natureza pan europeia e a História e Cultura Europeias. Para além dos significados europeus, o projeto atribui especial destaque a um conjunto de valores considerados europeus que importa promover. Mas, exatamente, que valores são estes que a narrativa oficial pretende promover?

Apesar de não se justificar concretamente o motivo de seleção dos valores considerados europeus, podemos constatar que os mesmos são referidos muito brevemente, neste relatório, como sendo os que se encontram estabelecidos no Artigo 2 do Tratado de Lisboa:

“A União funda-se nos valores do respeito pela dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de direito e do respeito pelos direitos do Homem, incluindo os direitos das pessoas pertencentes a minorias. Estes valores são comuns aos Estados-Membros, numa sociedade caracterizada pelo pluralismo, a não discriminação, a tolerância, a justiça, a solidariedade e a igualdade entre homens e mulheres”²⁷⁷.

²⁷⁷ Tratado de Lisboa disponível em: https://www.parlamento.pt/europa/Documents/Tratado_Versao_Consolidada.pdf (consultado a 19 de fevereiro de 2021)

Os valores enunciados no Tratado de Lisboa surgem muito brevemente no relatório referido²⁷⁸, na secção onde se apresentam os critérios de seleção para a atribuição da marca, refere-se que “o valor simbólico europeu”, constitui um desses critérios, a par com o projeto e a capacidade de operacionalização do plano de trabalho. Explica-se ainda que este critério (o valor simbólico europeu) se consegue alcançar se o sítio ou bem patrimonial candidato demonstrar desenvolver uma narrativa que sai para além das fronteiras regionais e nacionais; e ainda se atingir um ou mais dos subcritérios referidos anteriormente.

Portanto, como já tinha sido brevemente apresentado anteriormente, o valor simbólico europeu pode ser atingido, através de um ou mais destes subcritérios. Contudo, podemos observar que a questão dos “valores comuns que sustentam a integração europeia” constitui um 3º subcritério do valor simbólico europeu. O que é facto, é que nunca se chegam a abordar convenientemente que valores comuns são estes. E além disso, é um pouco ambíguo e confuso, e não se compreende as diferenças entre o que é o “valor simbólico europeu” e o que “são os valores comuns que sustentam a integração europeia”.

Percebemos que o valor simbólico europeu é mais abrangente; mas não existe uma análise ou reflexão sobre cada um destes valores. Apenas se refere que do conjunto de valores anunciados no Tratado de Lisboa, os valores que predominam nos 38 sítios MPE (numa análise efetuada a partir dos relatórios do painel de especialistas, dos sítios distinguidos até 2019, à data do relatório) são apenas seis: estado de direito, direitos humanos, liberdades, democracia, paz e igualdade.

Parece ser tudo um pouco aleatório, ainda mais quando se analisa uma das tabelas finais integradas no Anexo X do *Final Report*, designada “*List of EHL sites and the European values they represent*”. Nesta tabela surgem apenas os seis valores referidos anteriormente, que cada sítio pode representar ou não. É de facto muito curioso e pertinente destacar que existem sítios que não foram “valorizados”, ou seja que se considerou que não representam nenhum destes valores. Vemos que o Promontório de

²⁷⁸ apenas no capítulo *Efficiency and Governance*, no subcapítulo designado *Selection arrangements and their contribution to the achievement of outputs, results and impacts*, na secção onde se explica *the selection criteria*, In *Final Report - Evaluation of the European Heritage Label Action* (2019), p. 39.

Sagres é um deles, mas também outros, como a Casa da Grande Guilda, em Taillin (Estónia), a Residência dos Estudantes, em Madrid, o Sítio Neandertal em Kaprina (Croácia), o conjunto histórico da Universidade de Tartu e ainda Bois du Cazier (Bélgica). Esta categorização oficial de valores encontra-se também expressa na tabela anexa, onde a “ausência de valores” de alguns dos sítios, se encontra assinalada a cinza.

Contudo, através da mesma tabela podemos constatar que a Comissão Europeia considera que são vários os sítios MPE que representam vários valores em simultâneo, como, por exemplo, o Distrito Europeu de Estrasburgo, que representa quatro dos seis valores (paz, estado de direito, democracia e direitos humanos), ou ainda os Campos de concentração (o de Westerbork e o Former Natzweiler e campos satélites) que representam os valores de liberdade, igualdade e direitos humanos. Tudo nesta representação de valores conduz à ótica da narrativa oficial ou do discurso patrimonial autorizado que este projeto europeu promove.

Podemos questionar-nos como é que campos de concentração representam direitos humanos, ou liberdade. Com efeito, aqui a perspetiva de representação de valores é efetuada sempre pelo lado inverso. Direitos humanos e liberdade foi, de facto, o que nestes campos não existiu. Importa sublinhar que estes valores são valores da contemporaneidade. Compreende-se a razão de existir desta perspetiva inversa, pois tratam-se de sítios que representam uma memória que importa nunca esquecer, de lugares que se destacam, exatamente, porque estes valores não existiram; o que existiu foi o seu inverso: violações constantes da dignidade humana, da liberdade, da igualdade, dos direitos humanos. Não poderíamos também utilizar esta mesma abordagem, esta técnica de inversão de valores para alguns outros sítios? Uma análise que poderá ser interessante de efetuar é a de verificar quais são os valores que determinado sítio MPE representa e promove, e os valores que determinado sítio, nesta “ótica invertida ou de ausência”, promove pelo facto de não terem aí existido, pela extrema violência da sua ausência.

Neste contexto, importa aqui referir um dado interessante de análise: a recente EHL@Network integra um grupo de trabalho intitulado *European Values & Storytelling*. Curiosamente, num primeiro encontro de trabalho considerou-se um conjunto de 18 valores europeus: democracia, diálogo, memória, solidariedade,

reconciliação, cooperação/integração, igualdade, diversidade, significado da natureza (*significance of nature*), estado de direito, arte/tradição/criatividade, tolerância, legado, paz, liberdade, trocas/fluxos, começos e inovação. Neste primeiro encontro, foram atribuídos ao Promontório de Sagres os seguintes valores: diálogo, significado de natureza e inovação. Num segundo encontro de trabalho, os representantes dos sítios encontraram-se restringidos, perante um conjunto de apenas seis valores, indicados pela Comissão Europeia - liberdade, democracia, respeito pelos direitos humanos, diversidade cultural e linguística, solidariedade e tolerância - que divergem da lista anterior, e onde cada sítio se deveria poder “encaixar”.

Portanto, o que podemos concluir é que, por um lado, o projeto pretende legitimar uma retórica que restringe fortemente a questão dos valores associados a cada sítio e por outro lado, a valorização de um leque muito limitado de valores sempre “positivos” não permite a integração de outras perspetivas, mais abrangentes e que ultrapassem as fronteiras do politicamente correto. Vemos que todos os sítios devem estar associados forçosamente a valores do lado do bem, com uma conotação favorável.

3.6 A Marca do Património Europeu & os Direitos Humanos

Na continuidade do que foi apresentado, anteriormente, sobre os valores, importa ainda sublinhar que o DPA subjacente a este projeto patrimonial não coloca uma questão que é fundamental: Não existirão estes valores em outras zonas do Mundo? Podemos considerar estes valores exclusivamente europeus? Os direitos humanos, mas também outros valores – como a democracia, a liberdade, a diversidade cultural e linguística, a solidariedade e a tolerância - em que se sustenta o projeto da Marca do Património Europeu, fazem-nos refletir na tal divisão abissal do Mundo, em que este projeto patrimonial se ancora, pois considera que estes valores são inexistentes, do lado de lá, das fronteiras, ou pior ainda, da linha abissal²⁷⁹.

Neste horizonte, importa referir aquilo a que Boaventura Sousa Santos e Bruno Sena Martins, referem como o *pluriverso dos direitos humanos*, conceito que provém da

²⁷⁹ Conceitos diferentes, pois a fronteira pode ser transportada e pode mudar de lugar, ao contrário da linha abissal, que não se pode ultrapassar.

aplicação das Epistemologias do Sul, e que evidencia as diferentes semânticas associadas aos direitos humanos, que têm sido ocultadas e subalternizadas. Esta questão torna-se extremamente interessante, de forma a dar a conhecer uma conceção que não é dominante, mas que à semelhança de tantas outras, é aproveitada pelo discurso da hegemonia eurocêntrica e ocidental.

Para Boaventura Sousa Santos, a conceção hegemónica dos direitos humanos, sustentada numa “genealogia abissal”, observa-os como um produto de uma origem monocultural ocidental, que espelha uma ordem global individualista, neoliberal, colonialista e nortecêntrica. A noção de direitos humanos tem estado cativa de uma visão do mundo ,que está reduzida à conceção do mundo ocidental. Falta conceber os direitos humanos, como parte de um encontro de linguagens ou semânticas de dignidade; encontro esse, efetuado a partir das experiências e do conhecimento dos que sempre foram subalternizados, pelas relações de poder, que derivam das hierarquias modernas, sustentadas no colonialismo e no patriarcado. A “sociologia das ausências”, outro dos conceitos deste investigador, torna visível os que sempre estiveram ocultados, os habitantes das zonas do “não ser” (do Sul global silenciado)²⁸⁰. Tal como nos diz B.S. Santos “o que melhor distingue as linhas abissais da modernidade, é o seu poder de criar inexistências”²⁸¹.

É necessário reconhecer a existência de uma “ilusão teleológica”, que concebe uma versão triunfalista da história dos direitos humanos da cultural ocidental, e que concebe as outras gramáticas de dignidade humana, que competiram com as ocidentais, como menores, em aspetos éticos ou políticos. Esta visão triunfalista da história convoca uma narrativa linear da história, da frente para trás, em que o passado é construído a partir do primado atual eurocêntrico dos direitos humanos. “Como Aníbal Quijano e Enrique Dussel mostraram, uma arrogância epistemológica da modernidade ocidental é a outra face da arrogância da conquista colonial moderna”²⁸².

Aliás, neste sentido é interessante revelar o que Balakrishnam Rajagopal evidencia: que a carta internacional dos direitos humanos apresenta um “defeito de nascença”, pois

²⁸⁰ Santos, B. S., Martins, B. S (2019). O pluriverso dos direitos humanos: A diversidade das lutas pela igualdade, Centro de Estudos Sociais. Universidade de Coimbra. Edições 70. p. 11 a 13.

²⁸¹ Ibidem, p. 21.

²⁸² Ibidem, p. 15 e 16.

nasce sem qualquer contribuição das culturas e sociedades não ocidentais, e que esses “direitos humanos” “fracassaram em responder à questão mais importante do século XX, o colonialismo”²⁸³.

O conceito de “tradução intercultural”, de que nos fala ainda Boaventura Sousa Santos²⁸⁴, pode constituir uma estratégia extremamente útil para refletir e tentar dar resposta a esta questão. É através da tradução intercultural que se podem tornar inteligíveis os conhecimentos e os conceitos dos povos do Sul (fora do contexto ocidental), que muitas vezes têm diferentes conceitos e designações para as mesmas questões/problemáticas, ou seja utilizam outras linguagens e outros vocabulários para estes valores.

Portanto, podemos ver como é extremamente delicada esta congeminação em torno de determinados valores europeus. O projeto MPE, ao se tentar legitimar através de alguns valores “oficiais”, que quer considerar europeus - quando são valores recentes, contemporâneos, e que podem existir em outras zonas do mundo, se assumirmos outras formas de perspetivar estes conceitos, através de outras culturas, de outras semânticas e de outras mundivisões - revela uma forte perspetiva eurocêntrica, querendo associar e interconectar todos os sítios MPE a determinados valores, vistos sempre com uma tónica positiva, do “lado do bem” e considerados exclusivamente europeus.

3.7 Potencialidades da Marca do Património Europeu

No âmbito de um projeto de investigação designado de EUROHERIT “*Legitimation of European Cultural Heritage and the Dynamics of Identity Politics in the EU*”, Viktorija Ceginskas apresenta um estudo²⁸⁵, onde explora o modo de apropriação do património europeu, no âmbito da iniciativa Marca do Património Europeu e a própria noção de património, enquanto recurso e bem comum, que promove uma maior aceitação do projeto europeu. Neste projeto V. Ceginskas considera que o património é utilizado como instrumento político para definir e legitimar perspetivas ideológicas, no âmbito da

²⁸³ Ibidem, p. 18.

²⁸⁴ O sociólogo apresenta-nos 4 ideias ou conceitos basilares que sustentam a proposta de Epistemologias do Sul: a sociologia das ausências, a sociologia das emergências, a ecologia dos saberes e a tradução intercultural. In <https://www.youtube.com/watch?v=URgY9H2NvZM>

²⁸⁵ Ceginskas, V. (2018), p. 30.

política cultural da União Europeia. Considera ainda que o património, enquanto bem comum, pode espelhar uma identidade comum, no processo de integração europeia e, ao mesmo tempo, constitui um recurso estratégico para o desenvolvimento económico sustentável.

Neste âmbito, podemos observar como o projeto Marca do Património Europeu contesta os discursos e as narrativas patrimoniais tradicionalistas, que apresentam o património como herança nacional, e convida a uma abordagem, que combine perspetivas mais alargadas, ao nível local, regional, nacional e também transnacional, e que promova uma interpretação mais polifónica e inclusiva de património, baseada em valores e princípios comuns. Viktorija Ceginskas refere que o projeto MPE tem o potencial de promover o debate público, para uma visão mais alargada do património europeu e de mostrar como este pode funcionar como suporte de coesão social ²⁸⁶.

Como vemos, ao contrário de Niklasson, que apresenta uma perspetiva mais crítica, focada nas fronteiras que este projeto pode promover, V. Ceginskas explora aquilo que considera ser um conjunto de potencialidades que a Marca do Património Europeu contempla e que o distingue de outros projetos patrimoniais, como o Património Mundial da Unesco, ou das Rotas Culturais do Concelho da Europa.

A autora refere que na MPE a tónica é colocada na explícita dimensão europeia dos sítios patrimoniais. A ênfase não é colocada ao nível da preservação ou conservação do património, nem ao nível da estética (estes são valores importantes no projeto Unesco), mas, na promoção de uma história comum e de valores comuns. Além disso, há que assumir que o Património Mundial da Unesco foi o primeiro projeto que compilou objetos patrimoniais a uma escala transnacional, levando-os de uma categoria local, regional ou nacional a uma categoria mundial e encerra ainda uma interpretação de património também no seu valor universal. De certa forma, a MPE segue a tendência da UNESCO, na medida em que também transfere a tónica de uma escala local para uma escala transnacional²⁸⁷.

²⁸⁶ Ceginskas, V. (2018), p. 32 e 33.

²⁸⁷ Ibidem, p. 37.

Viktorija Ceginskas apresenta várias características da MPE que realçam as suas potencialidades. A investigadora preconiza que o projeto vem trazer uma nova abordagem, ou uma mudança de paradigma sobre o património, pois já não se trata da proteção e da conservação patrimonial, mas da apropriação do património como recurso ideológico e político para construção de uma identidade, com os acrescidos benefícios de desenvolvimento económico. Destaca ainda a abordagem descentralizada deste projeto, pois as candidaturas são formalmente apresentadas a nível local ou regional a uma entidade nacional; ou seja, os sítios distinguidos com a Marca são, em primeira instância, o que as entidades locais e regionais consideram como tal²⁸⁸. Neste contexto, podemos ainda constatar que a Marca do Património Europeu segue os princípios da *Council of Europe Framework Convention on the Value of Cultural Heritage for Society* – a Convenção de Faro -, no sentido em que o projeto MPE dá relevo à dimensão social do património, e ainda ao seu potencial de facilitar e promover a coesão, a pertença e a participação democrática, baseada em valores e ideais sociais e políticos.

De acordo com V. Ceginskas, a Marca do Património Europeu não se foca apenas no que é extraordinário, mas também naquilo que pertence ao quotidiano, através de determinadas atividades ou práticas, que estabelecem ligações entre as pessoas e ideias culturais, e de certa forma as ajuda a posicionar no mundo global atual e as convida a refletir sobre as fronteiras geográficas, políticas e temporais, que estes objetos patrimoniais encerram. Tudo isto tem a capacidade de gerar elos emocionais, entre o público que visita estes espaços e as ideias e valores culturais e sociais.

De acordo com a investigadora, a capacidade de comunicação da Marca do Património Europeu é de particular importância, para garantir um dos seus objetivos principais, o de aumentar a visibilidade da Marca a uma escala europeia. Além disso, uma boa comunicação da marca irá permitir aumentar a atratividade dos sítios distinguidos, como destinos turísticos de alto nível, pela chancela que a marca lhes confere, no contexto da competitividade turística no mundo global, o que permite ainda promover o *status quo* da Marca e de todos os sítios a ela associados²⁸⁹.

²⁸⁸ Ibidem, p. 38.

²⁸⁹ Ibidem, p. 36.

O projeto MPE integra ainda objetivos muito claros, relacionados com a implementação de atividades educativas nos sítios MPE, a um público vasto, mas com especial enfoque nas camadas mais jovens da sociedade, onde se promove a transmissão de conhecimento sobre o passado comum da Europa, o seu património comum, a construção da União Europeia, assim como, os valores relacionados com os direitos humanos e de democracia, que suportam o processo de integração e construção europeia²⁹⁰.

Este projeto constitui também uma tentativa de criar um elo emocional à Europa e à União Europeia, no intuito de promover um sentimento de pertença a um mesmo território e de solidariedade entre os europeus. Isso verifica-se de forma evidente nos vários filmes promocionais de cada sítio da MPE²⁹¹.

Para além disso, o próprio logotipo da MPE constitui também um bom exemplo desta questão emocional, pois vemos no centro uma estrela, que bate como um coração (na versão do filme), estrela que é associada a cada nação europeia (se pensarmos na bandeira da UE), e além disso, a existência de 5 estruturas polimórficas de várias cores, que simbolizam a diversidade patrimonial do projeto MPE.

No projeto MPE existe uma mudança de tónica, da questão das raízes da Europa, para a questão dos valores europeus e também, de certa forma, de um passado europeu imbuído nas coisas, para uma Europa imbuída nas pessoas. A Marca do Património Europeu é “*target oriented*”, ou seja, orientada para resultados, mas também, e mais importante, orientada para o seu formato, ou seja, a sua estratégia de abordagem; pois os projetos devem ser direcionados para as reais formas de cooperação e de criação de redes europeias.

Além disso, a heterogeneidade da MPE, que inclui património físico, património natural, intangível, paisagens culturais, assim como o conjunto de práticas sociais e culturais associadas a estes lugares, auxilia no processo de reconhecimento de que o património europeu não se pode situar num determinado momento histórico ou prática cultural, não sendo um património fixo ou cristalizado. O que se promove é uma ideia

²⁹⁰ Ibidem, p. 39.

²⁹¹ Que se encontravam acessíveis através do site da Europa Criativa, mas que, entretanto, deixaram de estar disponíveis. Para aceder a estes vídeos deve-se aceder através da página web de cada um dos sítios MPE.

de património, enquanto processo que relaciona o local, o regional e nacional, e que realça o seu carácter transfronteiriço. A ideia de dimensão europeia promovida pela MPE é a de uma narrativa baseada nas noções de pluralidade cultural, associada a diversos processos históricos transnacionais, narrativa que reconhece as ligações e redes de memórias, que se estendem também para lá da Europa²⁹².

Nesta perspetiva, por um lado, o passado é ainda algo que pode ser construído através de determinadas estratégias que têm o potencial de gerar uma solidariedade. Por outro lado, a produção de sentido ou de significado do património levanta várias questões, entre elas a questão de quem participa no processo de produção de significado de pertença ou de solidariedade. De acordo com V. Ceginskas, este possível sentimento de pertença e de solidariedade, que o património pode gerar, não permite ultrapassar as muitas diferenças existentes, pois a solidariedade pode ser usada de duas maneiras, de maneira inclusiva e de maneira exclusiva, de determinada comunidade ou grupo social, o que permite por um lado, a manutenção do *status quo* político, ou, por outro lado, o seu desafio²⁹³.

A política cultural da UE pretende potenciar uma noção de património, não como algo de abstrato e teórico, mas como algo de concreto com que as comunidades se possam identificar, de forma duradoura. No entanto, os académicos têm feito notar a questão da saga da “europeização” (*saga of Europeanism*), onde se dá ênfase a abordagens ideológicas, códigos morais e valores sociais, considerados europeus, tais como direitos humanos, solidariedade, justiça, democracia e paz. Aliás, como já vimos anteriormente, as significações e os valores são questões que não são de simples definição; são complexas e dissonantes, e a narrativa patrimonial não se deve restringir aos valores impingidos por uma qualquer retórica oficial. Além disso, é importante destacar que os próprios sítios MPE têm liberdade para dar o seu “cunho” e interpretação e representação do “seu” património europeu a um público mais vasto, o público europeu.

A MPE integra uma abrangência e uma conetividade transnacional de uma pluralidade de culturas e de objetos patrimoniais europeus, que pode, inclusivamente, incluir perspetivas não europeias; e conseqüentemente resultar num processo, que assume um

²⁹² Ceginskas, V. (2018), p. 40.

²⁹³ Ceginskas, V. (2018), p. 41.

compromisso com um mundo partilhado e não em uma cultura fechada em si própria²⁹⁴. No entanto, o património não pode ser reduzido a um conjunto de bens culturais que constituem meros instrumentos para se atingir determinados fins ideológicos, sociais e económicos. O património, como é perspetivado pela MPE, sustenta uma dimensão de alargamento do significado da cultura e do próprio património e facilita sinergias entre questões urgentes de sustentabilidade económica e entre as dimensões cultural e social nas vidas das pessoas²⁹⁵.

De acordo com V. Ceginskas, o projeto tem o potencial de promover um debate em torno do que é de facto o património europeu entre os cidadãos europeus, para além das esferas política, da academia ou de especialistas. Além disso, convida a uma reflexão crítica sobre as complexas redes de poder relacionadas com o património, chamando a atenção para os processos dinâmicos, na forma de olhar o passado e ainda para os usos e abusos do património, por parte de determinadas práticas políticas²⁹⁶.

Tendo em conta toda esta heterogeneidade patrimonial, poderão ser considerados os processos históricos que permitiram ultrapassar vários obstáculos e, a partir de caminhos distintos, atingir uma trajetória comum que nos fez chegar ao momento presente. E é aqui que o projeto MPE pode deter de facto um papel relevante, “saindo fora das suas portas” e não se encerrando em narrativas fechadas sobre si mesmas, numa abordagem que tenta combater as práticas patrimoniais, narrativas e mentalidades eurocêntricas. O património europeu é considerado uma mais valia para o processo de integração europeia, pois pode ser um instrumento importante contra os discursos nacionalistas e anti-europeístas e os movimentos populistas que têm polarizado as sociedades europeias, que utilizam o património para servir determinados fins ideológicos, que apresentam discursos que, muitas vezes, excluem e prejudicam determinados grupos sociais, como por exemplo os emigrantes.

²⁹⁴ Ceginskas, V. (2018), p. 43 e p. 45.

²⁹⁵ O AEPC – Ano Europeu do Património Cultural – constituiu uma iniciativa que apresentava objetivos muito similares ao do projeto MPE. Com esta iniciativa promovida pela Comissão Europeia, durante o ano de 2018, pretendia-se encorajar os cidadãos europeus a descobrir e apreciar o seu património, através de um conjunto diversificado de ações culturais e artísticas, de forma a destacar a sua memória coletiva e identidade europeia, numa abordagem patrimonial que desafia as visões nacionalistas e tradicionalistas do passado, articulando-as com visões transnacionais e contemporâneas do património In Ceginskas, V. (2018), p.45

²⁹⁶ Ceginskas, V. (2018), p. 42.

O grande potencial que MPE apresenta reside na sua rede de sítios patrimoniais, que apresenta uma nova perspetiva multifacetada, daquilo que pode constituir o património, evidenciando a sua pluralidade patrimonial - de tipologias, de características e de dimensões – e as suas diferenças transnacionais de interpretação. Esta rede potencia a produção de valores comuns a uma escala mais alargada, que incorpora elos de ligação plurais e diversificados das interpretações locais, regionais, nacionais, transnacionais e universais e uma abordagem cosmopolita, que pode incluir também perspetivas não europeias, incluindo também as de migrantes²⁹⁷. O património europeu foca-se no que junta os europeus e não naquilo que os distingue, foca-se nas suas semelhanças e naquilo que têm em comum (numa perspetiva universal e cosmopolita), por isso pode ser um instrumento útil no combate a discursos que excluem determinados grupos sociais, e uma forma de fortalecer os ideais de estado de direito e de direitos humanos²⁹⁸.

3. 8 Reflexões finais sobre a Marca do Património Europeu

Portanto, como vimos as formas de abordagem e de análise das narrativas associadas ao projeto Marca do Património Europeu, não são simples; são, aliás, muito complexas. Observámos os desafios que este projeto apresenta e como facilmente pode ser orientado para a solidificação de uma narrativa eurocêntrica, que reforce a “Fortaleza Europeia”, que perpetue a ocultação da pluridiversidade de significados e de valores patrimoniais, pelo facto de, por um lado, não considerar que a História europeia também inclui o seu passado colonial, e por outro lado, não atentar que a Europa contemporânea se caracteriza por uma multiculturalidade e multiétnica, e que está fortemente imbuída de uma certa colonialidade latente.

Observando o conjunto de sítios distinguidos com a Marca, facilmente se constata que apenas dois abordam o passado imperial e colonial, o Promontório de Sagres e o Património Cultural subaquático dos Açores. Aliás, este último integra no processo de candidatura alguns dos elementos associados ao colonialismo e escravatura, que se passam a transcrever:

²⁹⁷ Ibidem, p. 46.

²⁹⁸ Ibidem, p. 46

“O arquipélago dos Açores era de importância estratégica para as viagens transatlânticas. Os 30 naufrágios incluídos na rede estão ligados a diferentes aspetos da história e do comércio europeus entre o século XVI e o século XX: a rota da prata para a América do Sul; o mercado de escravos transatlântico; conflitos militares, como a guerra da independência americana e as duas guerras mundiais; os navios que transportavam emigrantes da Europa para o continente americano (...)”²⁹⁹

Apesar das enormes potencialidades apresentadas, verifica-se que a tónica oficial com que se reveste este projeto, e aparentemente a própria Network, restringe e limita enormemente o desenvolvimento de um discurso patrimonial verdadeiramente inclusivo, através de uma retórica que considera apenas três níveis de “significados europeus” ou “valores simbólicos” e seis valores comuns e que continua a perpetuar uma visão eurocêntrica do património.

No entanto, se nos mantivermos conscientes de todas estas questões e se observarmos e perspetivarmos o património europeu, como um processo que não se pode edificar apenas em determinados processos histórico – culturais, em detrimento de “outros”, nem que se pode fixar ou cristalizar apenas naquilo que queremos lembrar, acarinhar e comemorar, mas reconhecer que todos os acontecimentos históricos, devem ser integrados no processo de construção como património europeu, talvez seja possível direcionar o projeto de uma outra forma.

Deve ser reconhecida a existência de narrativas diversas e dissonantes que existem fora das fronteiras europeias, que constituem um multiverso de memórias e da pertinência em reconhecer que o património europeu, associado aos processos de “descobrimientos”, imperialismo, escravatura, e colonialismo deve ser também integrado. Se podemos reconhecer que um campo de concentração é património europeu (pela ausência dos valores de direitos humanos que é necessário lembrar, para não repetir), então não fará sentido reconhecer que existem tantos sítios no mundo que simbolizam o legado europeu e onde também é preciso lembrar o que é preciso não repetir? Para isso é preciso lutar contra a colonialidade que reveste e que caracteriza as relações sociais,

²⁹⁹ <https://geo.osnabrueck.de/ehl/PT/map>

inclusive as que se relacionam com o processo de construção patrimonial que este projeto representa.

A Marca do Património Europeu é uma iniciativa ainda recente³⁰⁰, mas que atravessa neste momento um momento crucial, de escolha de caminhos a seguir. Tudo depende dos gestores de cada sítio, e da forma como todo o processo continuar a decorrer. Importa assinalar que já se considerou as vantagens de poder alargar o projeto a outras regiões, a outros continentes.

Mais importante do que ter, em 2030, a incorporação nesta rede de cerca de 100 sítios MPE (este é o horizonte pretendido pela Comissão Europeia), é poder explorar o que eles representam: se reproduzem as mesmas narrativas oficiais, associadas sempre a determinados valores positivos ou se proporcionam uma abertura à integração de outras memórias; ou por outras palavras, se o processo de construção destas narrativas, continua a legitimar as mesmas perspetivas eurocêtricas ou se permite a integração de novas perspetivas, existentes para lá da linha abissal, para a construção de novas narrativas patrimoniais mais inclusivas.

De seguida, irei explorar a forma como o Promontório de Sagres se integra neste projeto e como tem sido a sua abordagem discursiva, considerando que já passaram mais de cinco anos após a atribuição da marca. Afinal, como já se concluiu, conscientes dos riscos e potencialidades que este projeto integra, é extremamente importante refletir sobre qual a orientação a dar à construção de novas narrativas patrimoniais. Queremos uma Fortaleza de Sagres promotora de uma “Fortaleza Europeia”? Ou um Promontório de Sagres que abra portas a novas memórias, novas perspetivas e novas narrativas patrimoniais?

³⁰⁰ A criação do projeto é de 2011, no entanto, a primeira seleção e distinção de sítios ocorreu em 2013.

REFLEXÕES FINAIS:

Promontório de Sagres: Reflexões sobre as narrativas associadas à Marca do Património Europeu

Perspetivas

Com esta dissertação vimos como o Promontório de Sagres constitui um campo de estudo extremamente complexo, que se deve não apenas à sua riqueza e diversidade, que engloba uma paisagem cultural e patrimonial meândrica, mas também porque foi sujeito a um processo de “solidificação patrimonial”, de forma muito intensa durante todo o século XX, com a permanente e repetitiva reciclagem de práticas discursivas, que funcionam em *looping*, integrando por vezes novos elementos, mas mantendo na essência a mesma narrativa.

Observámos, ainda, como muitos dos discursos oficiais autorizados, relacionados com o Promontório de Sagres, desde os finais do século XIX, promovidos pelas comemorações, e mais tarde pelos programas dos três primeiros concursos públicos, apresentavam propósitos ideológicos e políticos muito semelhantes. Portanto, este sempre foi um lugar que foi apropriado e instrumentalizado para servir determinados objetivos. No entanto, como se viu anteriormente, o debate em torno do último concurso em período democrático, deu destaque à primazia do património natural que envolve este lugar.

A retórica mais recente associa o Promontório de Sagres a um “lugar de encontro com o outro” – narrativa iniciada na passagem do milénio, com os trabalhos da CNCDP, como vimos em capítulos anteriores -, a discursos que o associam à fase da “primeira globalização” ou ainda ao “período que marcou a expansão da cultura, das ciências, da exploração e do comércio europeus (...), abrindo o caminho para a afirmação e projeção da civilização europeia, que veio a moldar o mundo moderno”³⁰¹.

³⁰¹ In Panel Report 2015: https://ec.europa.eu/culture/sites/default/files/2020-10/ehl-2015-panel-report_en.pdf (p.8).

Verificou-se ainda que existem muitas semelhanças entre os fundamentos usados no luso-tropicalismo, aproveitados pelo regime do Estado Novo e a semântica dos argumentos para as navegações iniciadas pelos portugueses, para a “primeira globalização” e ainda para as razões de atribuição da Marca do Património Europeu ao Promontório de Sagres. Para além da semântica de superioridade presente nos vários discursos, outra das semelhanças é a utilização de máximas: chegou a ser atribuído ao Infante um lugar pioneiro na teoria do luso-tropicalismo³⁰²; e atualmente, vemos como a narrativa continua a ser muito parecida, pois atribui-se ao Infante o papel do homem que “mudou o mundo”³⁰³ ou o que viria a “moldar o mundo moderno”, discurso presente no projeto MPE.

Considerando a contínua reciclagem de narrativas associadas a Sagres, torna-se difícil de mudar algo que está tão enraizado na forma como os portugueses olham para este lugar. É preciso questionar permanentemente os mitos que se vão cristalizando na história, refletir sobre a leitura que fazemos dos “descobrimientos” e dos lugares e personagens que lhe estão associados. Sagres ocupa um lugar central na mitologia nacional e identitária e na simbologia cultural dos portugueses, cujo processo de construção patrimonial se foi fortalecendo, mas também “fossilizando”, sustentado em grande parte, pela teoria do luso-tropicalismo, que se tornou senso comum, e que promoveu a construção de um imaginário nacional. Por isso, torna-se difícil, mesmo nos tempos atuais, tentar desconstruir essas ideias, mentalidades e discursos e dar lugar a novas narrativas, mais inclusivas, abrangentes e que ultrapassem a fronteira do “discurso patrimonial autorizado” e que tragam novas mundivisões, culturas e vozes distintas, das que têm sido continuamente reiteradas.

Vemos ainda, como os discursos associados à MPE utilizam histórias de superação, de sucesso ou de triunfo, sempre direcionadas a uma audiência europeia e que está do lado de cá da linha abissal. É preciso, por um lado, “desconstruir o fio da continuidade histórica”, que nos designa como “descobridores” ou pioneiros, que nos coloca sempre numa posição de supremacia; e por outro lado, dar destaque à memória do que ficou abafado, pelas narrativas da Grande História Universal, ou seja, “escovar a história a

³⁰² Houve um aproveitamento das máximas do luso tropicalismo, que passou a ser utilizado de forma a promover a ideia de uma natureza especial da colonização lusitana, de uma ausência de racismo e da existência de sociedades raciais integradas no todo nacional. In Castelo, C. (1998), p. 136

³⁰³ “Henrique, o Infante que mudou o Mundo” é o nome da exposição patente desde 2011 na Ermida de N^a Sra de Guadalupe.

contrapelo”, usando a expressão de W. Benjamim. É preciso dar a conhecer a perspetiva das regiões “descobertas”, ou seja, o outro lado da história. Ou numa referência ao “O jogador de xadrez de Maelzel”, de Edgar Allan Poe, como nos diz A. Paulo Dias Oliveira³⁰⁴, falta, pois, por um lado “virar o tabuleiro ao contrário, dando a vantagem das brancas às pretas, ou seja, aos que estão em desvantagem, por outro lado, transformar o jogo num jogo só de peões, eliminando a sociedade hierarquizada característica do jogo (...)”. A. Paulo Dias Oliveira reconhece ainda que um dos dilemas fundamentais do conhecimento histórico é a questão da história dos oprimidos ou dos vencidos³⁰⁵, ou como o já referido materialista histórico, W. Benjamim refere: “é mais difícil honrar a memória dos anónimos do que a dos famosos”³⁰⁶

Desafios

Vimos que as narrativas associadas ao discurso patrimonial autorizado se têm apropriado deste lugar – o Promontório de Sagres- com algum propósito ideológico. Na narrativa associada à Marca do Património Europeu, a situação não é diferente, pois tem como objetivo fortalecer o sentimento de pertença e de solidariedade entre cidadãos europeus, num propósito de legitimação do projeto europeu. Não há qualquer problema nisso, muito pelo contrário, desde que a narrativa associada a este projeto não se torne demasiado eurocêntrica, nem fechada sobre si própria, e não venha a fortalecer as fronteiras europeias, através da ideia de um património europeu elitista, exclusivista e que legitime a *Fortaleza Europa*, dando azo a discursos populistas, do que é ou não ser europeu.

Ao longo deste estudo, vimos como valores como a coragem, o conhecimento, a capacidade de inovação - atributos positivos - foram continuamente colados às narrativas associadas aos “descobrimientos”, onde a capacidade de “inovação” dos “heróis” do passado levaram a descobrir novas geografias, novos povos e novos produtos. Vemos como a procura de conhecimento e as redes de trocas têm sido, de

³⁰⁴ Oliveira, A.P.D. “Do esquecimento à pacificação e da memória à redenção” *In Revista de História da Ideias (no prelo)*.

³⁰⁵ Ibidem, Idem.

³⁰⁶ Benjamim, W. (2017) *O Anjo da História*, ed. e trad. de João Barrento, Lisboa, Assírio & Alvim, p.162.

facto, componentes importantes na retórica da União Europeia. A questão é que existem aspetos desse passado europeu – exploração, subjugação, escravatura – que constituem também consequências diretas dos “descobrimientos portugueses” e da expansão da cultura europeia. No entanto, verifica-se que continuam a constituir temas difíceis de abordar, e que a violência associada a este período continua a ser muitas vezes omitida.

Elisabeth Niklasson faz notar que na candidatura do Promontório de Sagres a Marca do Património Europeu, o foco era colocado na figura do Infante Dom Henrique, como o pioneiro da globalização e como um dos “pais fundadores da Europa”. As suas explorações foram instigadas também pelo seu interesse comercial e económico, pela sua ganância, pela sede de poder e pelo seu fanatismo religioso, muito mais do que por curiosidade. A comercialização de produtos exóticos, tais como o ouro, ou as especiarias, enriquecia abundantemente a Casa do Infante; mas também o comércio de pessoas escravizadas. Sabe-se que no ano de 1444 o Infante autorizou a venda em Lagos de 235 pessoas provenientes da África subsariana, para serem escravizadas³⁰⁷.

Este episódio marcou o início de dois séculos de dominação portuguesa no comércio de escravos no transatlântico. Muitas destas situações eram justificadas no tempo em questão, pela guerra santa contra o Islão. Os termos “comércio” e “expansão” são utilizados como argumentos para a atribuição da marca, mas poderiam ser substituídos por outros, como “exploração” e “subjugação”. Os factos históricos evidenciam os lucros retirados do mercado de pessoas escravizadas e que esse seria um dos principais motivos que levaram Dom Henrique a ter continuado as suas explorações marítimas, depois alegadamente, em nome da ciência e do conhecimento³⁰⁸.

E. Niklasson coloca ainda uma questão que pode à partida parecer extrema, mas ao mesmo tempo muito pertinente, no sentido do que pode trazer para esta reflexão: o Infante Dom Henrique será o “herói glorioso” dos “descobrimientos portugueses”, ou

³⁰⁷ Interessante de observar o que nos diz a este respeito Rita Manteigas, em “Lagos na rota da escravatura”: “Os 235 cativos começaram a ser divididos com o objetivo de fazer grupos semelhantes em número. Desuniram-se então mulheres de maridos, filhos dos pais e irmãos uns dos outros. Narra o Cronista: “Cada um ia para onde a sorte o mandava, sem outra regra que fosse”. Dramaticamente, as famílias tentavam voltar a unir-se, ainda que recebendo ferimentos. Zurara relata ainda que, com muito trabalho acabaram por conseguir dividi-los. (...) O Infante D. Henrique estava presente, assistindo a tudo no cimo de um “poderoso” cavalo, sentindo que ia salvar aquelas almas. A salvação das almas legitimava ainda o ato de captura. Nos anos seguintes o ser humano iria ser convertido numa mercadoria massificada” In Manteigas, R. (2015). Lagos na Rota da Escravatura. Município de Lagos. p. 26.

³⁰⁸ Niklasson, E. (2019), p. 114.

será antes, um comerciante de escravos que iniciou a exploração do outro, em grande escala? Estas narrativas não são contraditórias, e devemos refletir sobre se tudo isto não faz parte daquilo que é ser europeu.

Com a história de subjugação, exploração e escravatura dos povos colonizados associada ao processo de expansão portuguesa, não podemos querer colar uma narrativa associada aos valores do respeito pelos direitos humanos, de tolerância ou de solidariedade, no Promontório de Sagres. Então, que valores podem ser associados a este território?

Se considerarmos apenas os seis “valores europeus” indicados pela Comissão Europeia, aos quais os sítios MPE devem tentar associar-se - liberdade, democracia, respeito pelos direitos humanos, diversidade cultural e linguística, solidariedade e tolerância - que valores são os associados ao Promontório de Sagres? Enquanto, para alguns sítios poderá ser muito evidente a seleção de determinados valores representativos, como por exemplo, o respeito pelos direitos humanos, como um valor fundamental presente na Carta de abolição da pena de Morte (Torre do Tombo); para outros sítios, como para o Promontório de Sagres, não é assim tão simples escolher de entre este leque limitado e restritivo de valores.

Para além da visão hegemónica europeia, presente no património em geral, e neste projeto em particular – a MPE - pudemos ainda observar como a colonialidade está muito presente nas narrativas associadas ao Promontório de Sagres, de forma muito explícita nas narrativas do século XX, mas também, de forma implícita, nas práticas discursivas da Marca ou de outras narrativas recentes, associadas aos “descobrimientos portugueses”.

Pode-se dar como exemplo desta colonialidade, a exposição “Henrique, o Infante que mudou o Mundo” patente na Ermida de N^a Sra de Guadalupe, desde 2011, que integra em vários dos seus painéis, nomeadamente nos relacionados com “O Homem de Negócios” ou o “O elogio humanista”, informação onde fala em escravos como produtos exóticos: “os lobos marinhos, ouro, os escravos e tantos outros produtos exóticos (...)”. Apesar de ser evidente que estas pessoas eram seres tratados como

mercadoria, o discurso da exposição é concebido no século XXI e não no mesmo período a que reporta a história (séc. XV)³⁰⁹.

Potencialidades

Apesar de todas as reflexões efetuadas, sobre as narrativas que promove a Marca do Património Europeu, e ainda sobre os riscos e desafios que este projeto carrega, importa relembrar que cabe a cada sítio MPE criar as suas próprias práticas discursivas. No caso do Promontório de Sagres, apesar dos motivos para a atribuição da marca prenderem-se, principalmente, com a mesma reciclagem das histórias das navegações, da “expansão” e das “descobertas” e com a figura do Infante D. Henrique, torna-se urgente promover outras narrativas, especialmente quando se percebe a necessidade destas se atualizarem e integrarem não só as ideias e perspetivas pós-coloniais, como também as que derivam das perspetivas dos estudos críticos do património.

No entanto, se observarmos, com maior atenção, para a argumentação da atribuição da marca, podemos verificar que existe uma abertura a uma mudança de narrativa, pois a paisagem cultural associada ao Promontório de Sagres teve um peso muito considerável; e neste contexto surge integrado um conjunto de bens ou sítios patrimoniais, como o Mercado de Escravos e o Vale da Gafaria, em Lagos; este último, um local de depósito, onde eram enterrados os negros escravizados mortos, desse período³¹⁰.

³⁰⁹ Neste contexto, é interessante referir ainda que para alguns investigadores, a designação de pessoas escravizadas é a mais correta, pois dá destaque à ação de dominação de quem escraviza para quem é escravizado. Tal como nos refere Maurício da Silva Dorneles e Nilton Mullet Pereira “Escravo é, portanto, a produção de uma identidade fixa. Escravizado é uma contingência cruel da vida de uma pessoa, logo, histórica. Abordar em sala de aula o modo como nossa linguagem constitui os objetos de que se ocupa é central, também, na luta antirracista” In <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2020/03/escravo-nao-escravizado-por-mauricio-da-silva-dorneles-e-niltonmullet-pereira/>

³¹⁰ “Fora das muralhas de Lagos foi identificada a maior lixeira da urbe medieval e moderna. (...) exumaram-se esqueletos cujos traços antropológicos confirmaram uma origem africana, enterrados em posições compatíveis com a condição de escravos. (...) a Vila de Lagos, ponto de partida e chegada da intensa exploração da costa ocidental africana sob as ordens do Infante D. Henrique, recebe os primeiros carregamentos de cativos africanos a chegar à Europa por via marítima direta. Foi a partir de então desencadeado um processo comercial e desumano em grande escala, com consequências duradouras nas economias ibéricas, nas sociedades africanas e no futuro das nações do continente africano.” In Manteigas, R. (2015). *Lagos na Rota da Escravatura*. Município de Lagos. p. 2.



Imagem 12 – Praça do Infante D. Henrique. Em 1º plano, a estátua do Infante, de Leopoldo de Almeida, e à direita, o Edifício da antiga Vedoria ou Alfândega de Lagos, conhecido como o Mercado dos Escravos. Acolhe o núcleo Museológico do Mercado dos Escravos. (Foto da autora).



Imagens 13 e 14 - Esqueletos do Vale da Gafaria. Na imagem da esquerda são visíveis as mãos imobilizadas atrás das costas. Na imagem da direita é visível o depósito por lançamento, contrário às práticas religiosas da época. Fotos retiradas do site: <https://museudigitalafroportugues.wordpress.com/sobre/reino-do-algarve/o-cemiterio-de-escravos-de-lagos/>

Vemos assim, que a integração do património associado à escravatura pode constituir uma chave para a mudança, que pode auxiliar na descolonização mental e cultural que urge fazer e que nos mostra que isto também faz parte do património europeu e que nos define como europeus. Para além disso, foram ainda destacados outros bens patrimoniais extremamente importantes, no processo de candidatura, como o megalitismo, o culto vicentino, ou a riqueza do património natural, elementos que dão destaque à dimensão de sacralidade desta paisagem patrimonial, e que constituem realidades muito interessantes de explorar.

Vimos, ainda, que as várias heterogeneidades presentes no projeto MPE (cronológica, geográfica, patrimonial, simbólica, etc.) dão também relevo ao pluriverso de significados patrimoniais, presentes nos sítios MPE, o que nos leva a abrir caminho para uma reflexão multiparticipada. A pluralidade patrimonial presente na rede de sítios MPE dá ainda destaque às ligações e redes de memórias, para além da esfera europeia, pois reconhece alguns processos históricos transnacionais. Neste sentido, e constituindo o Promontório de Sagres um sítio MPE, que ocupa uma posição ímpar neste processo de criação de redes de memórias, pois não se pode negar a sua ligação simbólica à 1ª fase de abertura ao Mundo, constitui, por isso, um lugar patrimonial com enorme potencial para esta reflexão e debate.

Refletindo ainda sobre as noções de fronteira, de que nos falava Henk van Houtum, podemos ver como o Promontório de Sagres surge como um caso muito interessante e paradigmático de análise, pois, por um lado, constitui um território de fronteira, de periferia, uma das grandes finisterras da Europa, mas, por outro lado, a sua posição periférica estratégica, não se define apenas pela sua localização geográfica, mas também através de uma outra particularidade: a sua característica de “portal simbólico”. Como vimos em capítulos mais recuados, a narrativa fortemente nacionalista, que caracterizava este lugar, foi ganhando outros contornos com o desenrolar do século XX, e não raras vezes, assumia uma tônica mais universalista, de um “portal” de ligação da Europa ao Mundo. Ora, apesar de ser uma narrativa de tônica apologética não deixa de ser verdadeira. E é nesta sua característica simbólica de periferia, de portal, de fronteira quebrada no século XV, sob uma determinada perspetiva (assumindo todos os efeitos nefastos, violentos e destruidores), que agora importa explorar a pertinência de Sagres

como Marca do Património Europeu: uma nova fronteira deve ser quebrada, de abertura ao outro, com os valores do século XXI.

Com todo o conhecimento que temos nos dias de hoje, sobre os “descobrimientos portugueses” e as suas consequências positivas e negativas para a humanidade, temos a obrigação de poder contar a história na íntegra; o que significa poder incorporar as perspetivas de todos os participantes, ao integrar os grupos que estiveram presentes e foram parte deste processo, embora do lado “dos vencidos”, mesmo que essas visões sejam opostas, ou colidam com a perspetiva moralista e de boas causas, a que o património europeu dos “descobrimientos” é sempre associado.

Sabemos que o contexto político, social, cultural, estratégico e económico do início do século XV determinou o início do projeto henriquino, e que a presença da escravatura seria algo visto como “normal”, um “mal necessário” para a construção dos impérios europeus, e que tal deve ser entendido à luz da época. No entanto, não podemos negar as consequências negativas de todo este processo e o seu impacto nos dias de hoje. Tal como se refere, este foi um lugar associado à génese do processo expansionista que “veio a moldar o mundo moderno”, mas não se pode ocultar os efeitos nocivos desse legado: a presença de uma colonialidade latente e que integra também o racismo, mentalidade e prática sistemática, que perdurou no tempo, de forma encoberta até aos dias de hoje.

O Infante de Sagres deu “novos mundos ao mundo” é uma expressão largamente conhecida; tal como Sagres é o início da Europa, mas também o fim do Mundo Antigo. De facto, para o Promontório de Sagres, o slogan “A Europa Começa Aqui!” parece fazer sentido. Portanto, se considerarmos que o Promontório de Sagres constitui esse “portal simbólico”, um lugar que representa esse primeiro passo de abertura da Europa ao Mundo - e que conduziu ao processo do colonialismo e imperialismo português (e que custou o sofrimento, manipulação e escravatura de tantos) – e que agora acolhe centenas de milhares de pessoas de todo o Mundo³¹¹, não terá uma maior responsabilidade no debate, que apenas há pouco se iniciou, em torno das temáticas da descolonização mental, cultural e patrimonial? Questiono-me o que pensarão os descendentes das ex-colónias, especialmente nos últimos anos, em que estas temáticas

³¹¹ Em 2019 a Fortaleza de Sagres recebeu mais de 450 mil visitantes.

começam a ser debatidas, décadas após a formalização do término do império colonial português.

Hoje, o Promontório de Sagres, tem o potencial de se tornar um lugar de convergência de cidadãos do mundo para refletir sobre o mundo de hoje, onde os “fantasmas do passado” devem ser confrontados, e não escondidos no armário. Sagres não fica diminuído da sua importância, muito pelo contrário. De facto, a candidatura remete-nos para um território associado a uma rica paisagem cultural, onde a existência do tráfico de pessoas escravizadas, em Lagos, foi também um assunto abordado. No entanto, parece que se omitiu a ligação direta do Infante ao tráfico humano, no início do século XV. Independentemente da informação e da tónica do processo de candidatura, é sobre as futuras narrativas do Promontório de Sagres que importa refletir.

Como vimos, o Promontório de Sagres constitui, por um lado, um lugar central na identidade e no imaginário nacional, e por outro lado, um lugar de periferia e de fronteira entre vários multiversos - o mundo europeu e não europeu, atlântico e mediterrâneo, lugar tão longe dos centros de decisão e o fim do mundo antigo – que pode constituir, não apenas um mediador cultural, mas também político e ideológico, para o diálogo que urge fazer, não só com os povos “descobertos” e colonizados, mas também com as comunidades locais que quase sempre têm estado ausentes do processo de construção patrimonial. Que características gostariam estas pessoas de destacar? Quais são as suas memórias e as suas interpretações? O que mais lhes interessa agora dar destaque?

O Promontório de Sagres pode ter um papel importante nessa ultrapassagem de fronteiras: a fronteira do discurso patrimonial autorizado, a fronteira da colonialidade patrimonial, e tantas outras fronteiras mentais que excluem um determinado outro. Representa ainda um lugar onde a sacralidade, se faz sentir desde tempos imemoriais, associada ao importante património natural, a que as comunidades locais não têm sido indiferentes; muito pelo contrário, quando se juntam e agem proativamente contra a recentemente anunciada pretensão de prospeção de petróleo, em pleno parque natural³¹².

³¹² Em março de 2016, foi organizada uma Manifestação em Vila do Bispo, contra a exploração e prospeção de gás e petróleo, com presença de mais de 100 cidadãos.

Como vimos anteriormente, os valores “oficiais” selecionados pela Comissão Europeia, integrados no DPA não servem, nem representam o Promontório de Sagres. No entanto, outros valores “não oficiais” selecionados por cada sítio, podem ser procurados e debatidos, através dos princípios da “Convenção de Faro”, para serem integrados nas narrativas - discurso patrimonial inclusivo - a promover por cada um dos sítios MPE. Poderão os valores da sacralidade, biodiversidade, liberdade/evasão, ou reflexão/introspeção representar o Promontório de Sagres? Questões que importa debater e refletir de forma alargada e continuada, junto das várias comunidades locais (piscatória, escolar, sénior, estrangeira e os novos residentes, etc.).

Além disso, existem memórias recentes que importa integrar nas narrativas patrimoniais deste lugar, como as idas ao “cinema”, para ver o filme “Henrique, o Navegador”³¹³, que esteve em exibição até ao final dos anos 80 no atual auditório da Fortaleza, e que tantos se recordam, ou os passeios e piqueniques; os namoros que ali se deram início, ou a pesca à linha, efetuada do alto da falésia, em vários pesqueiros ao longo do promontório³¹⁴, uma atividade lúdica que constitui uma manifestação de património imaterial, que está tão enraizada a este lugar, desde há muito e continua a perdurar, nos dias de hoje. Mas tantas outras memórias e vivências que só se podem dar a conhecer e explorar, com um trabalho de investigação sério junto das comunidades.

Há que reconhecer que o programa DiVaM – Dinamização e Valorização dos Monumentos – referido brevemente no início destas páginas, tem constituído uma interessante estratégia de promoção de novas narrativas patrimoniais, sustentada nos princípios da “Convenção de Faro”, estimulando a aproximação por parte da comunidade a este monumento, e ao mesmo tempo abrindo lugar a outros significados e valores patrimoniais. De realçar que este ano, a programação cultural e artística do DiVaM foi organizada em torno da temática “Património, Comunidade e Inclusão”,

³¹³ O filme “Henrique, o Navegador”, de João Mendes (1960), esteve em exibição no auditório da Fortaleza de Sagres - ou no “no cinema” como a comunidade lhe chama - até ao final dos anos 80 (pelo menos até 1987, de acordo com os registos existentes). Este documento da história do cinema foi recuperado em 2011, numa parceria entre a Direção Regional de Cultura do Algarve e a Cinemateca Portuguesa, juntamente com um outro documentário sobre as comemorações henriquinas de 1960.

³¹⁴ São vários os pesqueiros existentes ao longo do Promontório, como por exemplo, o pesqueiro de N^a Sra. De Graça (por trás da Igreja), ou o pesqueiro das covas, ou ainda o pesqueiro da ponte. In Magalhães, N, Parreira R. (Coord.) (2009). *Sagres do Mar e do Tempo*. Direção Regional de Cultura do Algarve. p.58.

onde serão apresentados vários projetos desenvolvidos a partir das próprias comunidades³¹⁵.

Sendo os monumentos, as suas exposições e as suas narrativas, instrumentos de poder usados para representar determinadas perspetivas, legitimar determinados *status*, através de epistemologias e de narrativas específicas, vemos que existe a replicação das mesmas interpretações, feitas sempre a partir de um único lugar - do lado de cá, do lado da confiança da crítica científica. Os espaços patrimoniais devem, através das suas práticas discursivas, desafiar e influenciar crucialmente as vidas das comunidades, através de estratégias de mediação, participante e proactiva, com interlocutores sociais, culturais e educativos, envolvendo os públicos, para além da fruição. Atualmente, esta mediação é extremamente desafiante, pois há cada vez mais interlocutores que criam as suas próprias agendas. Os monumentos não se podem manter neutros no debate, nem distantes da realidade, mas assumir que são também instituições políticas, no sentido em que não estão isentas de pendor ideológico.

Num momento em que é cada vez mais importante intervir na sociedade, e potenciar a reflexão, o conhecimento e os debates sobre a crise climática, por exemplo, ou sobre o problema humanitário das migrações - que potencie uma reflexão séria e informada que não tolere os discursos que continuam a promover uma “genealogia abissal” (contra os ciganos, emigrantes, negros, muçulmanos, etc.) -, ou ainda sobre as consequências desta pandemia, cabe às instituições, que gerem monumentos ou lugares patrimoniais, assumir que constituem intervenientes fundamentais, como fomentadores de reflexão, de questionamento e construtores de conhecimento, mais do que promotores de uma qualquer identidade. Todos estes problemas refletem, no fundo, os mecanismos epistemológicos associados ao modo de pensar colonial do homem moderno, para com o planeta, para com outros homens e para com outros seres.

Urge suspender as narrativas atuais que ligam o Promontório de Sagres sempre a uma semântica de superioridade. Para isso é necessária uma mudança de mentalidades de muitos dos especialistas envolvidos (historiadores, académicos, gestores culturais, museólogos, curadores, etc.). Para que essa mudança de paradigma possa acontecer, a tal revolução pós-colonial, é necessário um trabalho sério que dê a conhecer a

³¹⁵ Consulte o programa DiVaM 2021 através: http://www.monumentosdoalgarve.pt/files/Prog_Divam_2021_PT.pdf

pluralidade de histórias, para além da linha abissal. Falta uma hermenêutica que respeite as múltiplas centralidades da história, que atualize o vocabulário e a semântica que inclua a perspectiva, também emocional, dos que sempre foram considerados “outros”, dos povos colonizados, ou seja os saberes, conhecimentos, ontologias e epistemologias, dos que também foram protagonistas da história dos “descobrimentos portugueses”. Há que reconhecer que há um longo caminho de negociação cultural que importa iniciar.

Atualmente e há largos anos sem centro expositivo³¹⁶, os visitantes maravilham-se com a imponência da paisagem marítima e terrestre, com os fenómenos naturais, as furnas e com “A Voz do Mar”. Para além da sinalética informativa na praça de armas e em redor do cabo, que refere o património edificado, cultural e natural ali presente e de algumas publicações disponíveis na loja, a oferta de conteúdo tem sido minimalista, considerando a volumetria, a complexidade e relevância patrimonial deste lugar. Apesar desta consideração poder parecer irónica, não deixa de ser verdadeira: a grande narrativa patrimonial que se encontra, actualmente, no Promontório de Sagres é a que o visitante quiser explorar, e o que sobressai da visita é a imponência da paisagem marítima, o património natural e a sensação de sagrado que ali parecer perdurar.

A abertura do novo centro expositivo no Promontório de Sagres, que se prevê para breve, poderá constituir uma oportunidade de mudança, onde se podem integrar algumas das reflexões e questões aqui apresentadas; por um lado, através das histórias e memórias da comunidade local, mas também na elaboração de uma nova forma de construção patrimonial, que integre as epistemologias do sul, ou seja, que torne visíveis não só as formas de criar conhecimento provenientes de outras zonas do mundo, das regiões colonizadas, e que dê também a conhecer as experiências dessas pessoas, tornadas inexistentes pela epistemologia do Norte Global. Por exemplo, através da organização de projetos expositivos ou performativos que fomentem a criação conjunta de narrativas que evidenciem as que têm estado ausentes do processo de construção patrimonial, por exemplo as dos países das ex-colónias, através de uma metodologia de negociação cultural e de promoção séria do diálogo intercultural e integrando a

³¹⁶Após um forte temporal que danificou seriamente a cobertura do Centro de exposições (edifício que decorre da obra do último concurso, do arquiteto João Carreira) este espaço teve que ser encerrado, em meados de 2006. A recuperação e reabertura do centro, com uma nova exposição sobre o território, está integrada no PRVPS - Projeto de Requalificação e Valorização do Promontório de Sagres - projeto que se encontra a decorrer, estando na sua fase final, tendo sido assinado, no passado dia 4 de maio, o auto de consignação da empreitada para a instalação da exposição no Centro de exposições da Fortaleza de Sagres,

“ecologia dos saberes”. Que memórias associadas ao processo dos “descobrimentos” haverão ainda para dar a conhecer?

Importa, pois, por um lado, promover uma consciência histórica sobre o colonialismo, a colonialidade, as lacunas, contenções e silêncios presentes nas narrativas patrimoniais europeias e nas narrativas associadas ao Promontório de Sagres. E por outro lado, ajustar o discurso aos tempos que vivemos e integrar os novos pensamentos holísticos associados ao Antropoceno, onde o homem reconhece que a Natureza e a Cultura não são dimensões separadas, tal como o Homem e a Natureza/Planeta Terra, ou a Razão/Emoção. É necessário pôr em prática não só o Pensamento Global, na construção de novas narrativas patrimoniais associadas a Sagres, mas também considerando as estratégias das Epistemologias do Sul.

A questão fundamental consiste em como aplicar, como por em prática este novo paradigma epistemológico, das epistemologias do Sul, na construção patrimonial? Poderá esta hermenêutica tornar visível o potencial que o Promontório de Sagres detém, através da sua complexa paisagem patrimonial, que integra uma complexa teia de relações entre as dimensões culturais, históricas, mitológicas, simbólicas, e outras, extremamente cruciais, como a sacralidade, associada à riqueza do seu património natural e do misticismo que este território encerra?

Como vimos inicialmente, a noção de paisagem patrimonial leva-nos a olhar para além do elemento patrimonial, o que nos permite, por exemplo, observar que o património constitui também um mundo cosmológico, através do qual se consegue explorar várias problemáticas, que nos podem auxiliar a ultrapassar problemas atuais globais. O Promontório de Sagres apresenta uma grande carga mítica, obscura e nebulosa, mas também proporciona um sentimento de liberdade e de evasão, características que o tornam também num lugar propício para a projeção de sonhos, um lugar que nos permite ter o espaço de reflexão necessário para as mudanças que queremos realizar.

Sendo o património um processo também discursivo, e integrando algumas das ideias de Rodney Harrison sobre a pluralidade ontológica do património, a sua multiplicidade de significações, e adotando ainda uma abordagem crítica e semiótica (*critical material*

semiotic approach), permitam-me enunciar algumas analogias que nos permitem refletir, de forma criativa, sobre as mudanças que queremos realizar:

- A sua localização estratégica, singular, de fronteira, de periferia, entre a Europa e o resto do Mundo, pode auxiliar na construção de uma abordagem, em que se consiga ultrapassar perspectivas eurocêntricas, para outras mais abrangentes (pensamento global/internacional) e “viradas para Sul” (epistemologias do Sul); ou por outras palavras, uma “Nova Fortaleza de Sagres”, que se defenda da “arrogância epistemológica ocidental”, e que possa combater a “Fortaleza Europa”;

- A sua ligação ao imperialismo e colonialismo europeu, vem de certa forma atribuir a este lugar uma responsabilidade acrescida na criação de novas práticas patrimoniais, mais comprometidas com a realidade atual, que combatam as colonialidades existentes que são o legado desse período histórico, e que dêem a conhecer as perspectivas, mundivisões, culturas e vozes dos que sempre foram tornados inexistentes;

- O património natural paisagístico singular, onde subsistem frágeis ecossistemas costeiros – auxilia na reflexão da relação do Homem com o Mar /Natureza, e potencia a discussão sobre algumas questões críticas, como a crise climática, a preservação da biodiversidade, ou a proteção dos Oceanos, problemáticas que se relacionam;

- Sendo este um local privilegiado, para a observação das aves migratórias, pode constituir também um sítio interessante para se explorar e perspetivar as crises migratórias e de refugiados;

- A Rosa dos Ventos, este círculo gigante, localizado na praça de armas da Fortaleza, pode constituir simbolicamente um lugar onde se pensam as coordenadas que nos posicionam, para onde se pode convergir ou divergir. Pode ser interpretado como um possível lugar de convergência de povos, e que continua a representar um dos lados mais enigmáticos do Promontório de Sagres;

Em suma, o Promontório de Sagres constitui um mundo cosmológico, com uma paisagem cultural e patrimonial complexa e vasta, com idiossincrasias tão particulares que o tornam num território excecional para a construção de novas narrativas

patrimoniais, que assim podem seguir imensos caminhos, em múltiplas direções, tantas quanto as indicadas na rosa dos ventos. Este mundo cosmológico abre caminho a uma intensa metamorfose no processo patrimonial, a tal mudança de paradigma que se reclama.

BIBLIOGRAFIA:

Fontes sobre o Promontório de Sagres:

Almeida, P. V. (1997). “A Comemoração do Infante em Sagres” In *Sagres. Mito e Realidade* (Coord. Isabel Lage). IPPAR.

Simões A.L., Cabrita A.C. (2014). *200 Plantas do SW Alentejano & Costa Vicentina*. Gesto - Grupo de Estudos do Território de Odemira.

Magalhães, N. (2008). *Algarve, Castelos, Cercas e Fortalezas - As Muralhas como património histórico*. Letras Várias, Edições e Arte.

Magalhães, N. Parreira, R. (Coord.) (2009). *Sagres do Mar e do Tempo*. Direção Regional de Cultura do Algarve.

Periódicos:

Abreu, J.G. (2012). “Sagres’ Saga, Monument in Landscape, or Landscape as Monument” In *Citar Revista de Ciência e Tecnologia das Artes* vol. 4 n.1. Porto: Univ Católica

Santos, J.A., Santos, M.C (2009). Rotas do Sul: Sagres e o mar – mitos e realidades In *Dos Algarves*. Revista da Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo. Universidade do Algarve. n.º 18 Março /Abril.

E-book:

Gonçalves, M.A., Parreira, R., Magalhães, N., Rafael, L. (2016). “Sagres Fortress in the Algarve: Between the Myth, the Cultural Tourism Destination and the European Heritage Label” in Henriques, C., Moreira, M. C., César, P. A. B. (Eds.) *Tourism and the History World Heritage – Case Studies of the Ibero – American Space*. Interdisciplinary Centre of Social Sciences – University of Minho (Cics. Nova. UMinho) (pp. 144 -165).

Website do Promontório de Sagres:

<http://promontoriodesagres.pt/sobre-o-promontorio/visao-missao-objetivos/>

Fontes sobre a Marca do Património Europeu:

Periódicos:

Ceginskas, V. (2018). “The Added European Value of Cultural Heritage. The European Heritage Label” in *Santander Art and Culture Law Review* (pp. 29-50) 2/2018 (4).

Niklasson, E. (2019). “Borders of belonging in the European Heritage Label” In *Heritage and Borders*. Kungl. Vitterhets Historie och Antikvitets Akademien

(KVHAA). Konfer- enser 100. Stockholm. 176 pp.

Swindak, M. (2018). “European Heritage Label: Changes, Challenges & Perspectives” In SAACLR Nr. 2 Events and Conferences (p. 352 – 355).

Turunen, J. (2016), Postcolonial Europe? Modernity, Imperialism and Heritage in the EU, The West: Concept, Narrative and Politics. December 8-9. University of Jyväskylä.

Turunen, J. (2019), “Introduction: using our pasts, defining our futures – debating heritage and culture in Europe” In *International Journal of Heritage Studies*.

Endereços eletrónicos:

Website da Marca do Património Europeu:

<https://www.ehl-network.eu/>

Página do *Eurocid* relativa à MPE:

<https://eurocid.mne.gov.pt/premios/marca-do-patrimonio-europeu-2021>

Relatório Final de Avaliação do projeto MPE:

<https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/6d66be3f-8d84-11e9-9369-01aa75ed71a>

Relatórios EHL disponíveis em:

<https://ec.europa.eu/culture/cultural-heritage/initiatives-and-success-stories/european-heritage-label/application-process-european-heritage-label>

Relatórios dos vários processos de selecção MPE:

EHL 2013 Panel Report:

https://ec.europa.eu/culture/sites/default/files/2020-10/ehl-2013-panel-report_en.pdf

EHL 2014 Panel Report:

https://ec.europa.eu/culture/sites/default/files/2020-10/ehl-2014-panel-report_en.pdf

EHL 2015 Panel Report:

https://ec.europa.eu/culture/sites/default/files/2020-10/ehl-2015-panel-report_en.pdf

EHL 2017 Panel Report:

https://patrimoni.ro/images/marca2020/11-ehl-2017-panel-report_en.pdf

EHL 2019 Panel Report:

https://ec.europa.eu/culture/sites/default/files/2020-10/ehl-2019-selection-report_en.pdf

Decisão n.º 1194/2011/UE do Parlamento Europeu do Conselho, de 16 de novembro de 2011, que cria uma ação da União Europeia relativa à Marca do Património Europeu. In *Jornal Oficial da União Europeia*. Disponível em:

<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex%3A32011D1194>

Mapa dos sítios MPE:

<http://geo.osnabrueck.de/ehl/PT/map>

Fontes sobre os “Descobrimientos Portugueses”:

Barradas, A. (1998). *Ministros da Noite. Livro Negro da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Antígona.

Castelo, C. (1998). “*O modo português de estar no mundo*” *O luso-tropicalismo e ideologia colonial portuguesa (1933 - 1961)*. Biblioteca das Ciências do Homem. Porto: Edições Afrontamento.

Costa, J.P.O. (2015). *Henrique, o Precursor da Globalização*. Coleção Algarve - obras temáticas. D.R.de Cultura do Algarve.

Godinho, V.M. (1962). *A economia dos Descobrimientos Portugueses*. Lisboa: Sá da Costa.

Godinho, V. M. (1987). “Portugal e os Descobrimientos” in *Expresso Revista*, 12 de dezembro.

Periódicos:

Lourenço, E. (1992). “A Mitologia dos Descobrimientos (segundo João de Barros)” *In Portuguese Studies. volume 8. Special Issue supported by the Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses*. London: Kings College.

Maeso, S.R. (2016). “Turismo e Academia da idade dos Descobrimientos em Portugal: o silenciamento / reprodução do racismo no loop pós-colonial” *In Política & Trabalho, Revista de ciências sociais*, n.º 44. Janeiro / Junho.

Silva, J.M. (2019). *Simbologia dos Descobrimientos Portugueses*. Direção de Marcelino de Castro. n. 64. (janeiro - junho). Secretaria Regional do Turismo e Cultura.

Vakil, A. (1995). “Representations of the Discoveries and the Imaginary of the Nation in portuguese integralism” *In Portuguese studies. v. 11* (p. 133- 167).

Endereço eletrónico:

Website do Museu dos descobrimientos – Museu interativo e parque temático:
<https://www.worldofdiscoveries.com/museu/quem-somos>

Fontes sobre Património:

Carvalho, P. (2008). *Património Cultural e Estratégias de Desenvolvimento em Portugal: Balanço e Novas Perspectivas*. X Colóquio Internacional de Geocrítica. Universidade de Barcelona, 26-30 de Maio, Barcelona.

Choay, F.(2005). *Património e Mundialização*. Centro de História de Arte da Universidade de Évora: Casa do Sul Editora.

Choay, F.(2020). *Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70 Lda.

Harrison, R. (2013). *Heritage: critical approaches*. Abingdon. New York: Routledge.

Kisic, V. (2013). *Governing Heritage Dissonance. Promises and Realities of Selected cultural Policies*. Cultural Policy Research Award. European Cultural Foundation.

Singh R.P.B. (2010). *Heritagescapes and Cultural Landscapes*. Gurgaon & New Delhi: Shubhi Publications.

Smith, L. (2006). *Uses of Heritage*. London: Roudledge.

Periódicos:

Ferreira, V. D. (2013). “Políticas Públicas de Património cultural em Portugal: da génese à maioria - uma análise sobre 3 programas e 19 anos de intervenções” In *Sociais e Humanas. Santa Maria*, vol.26. nº 2 maio - agosto (pp. 274 290).

Harrison, R. (2015). “Beyond Natural and Cultural Heritage: Towards an Ontological Politics of Heritage” In *The Age of Anthropocene, Heritage & Society*. 8:1 (pp.24 – 42).

Silverman H., Ruggles D.F. (2007). Cultural Heritage and Human Rights. In: Silverman H., Ruggles D.F. (eds) *Cultural Heritage and Human Rights*. Springer, New York, NY. https://doi.org/10.1007/978-0-387-71313-7_1

Winter, T. (2013). Clarifying the critical in critical heritage studies. In *International Journal of Heritage Studies*. 19:6, 532-545.

DOI: 10.1080/13527258.2012.720997

Endereço electrónico:

Património: delimitação e evolução, proteção internacional e contributos para o turismo: <http://www.cidadesturismo.com/2015/10/patrimonio-delimitacao-e-evolucao.html>

Outros Temas:

Anderson, B. (2012). *Comunidades imaginadas- reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Edições 70.

Araújo, M., Maeso, S.R. (2016). *Os Contornos do Eurocentrismo. Raça, história e textos políticos*. CES - Centro Estudos Sociais da Universidade de Coimbra: Almedina.

Benjamim, W. (2017) *O Anjo da História*, ed. e trad. de João Barrento, Lisboa, Assírio & Alvim.

Bhambra, G. (2009). Postcolonial Europe, or Understanding Europe in Times of the Postcolonial. In *The SAGE Handbook of European Studies*. London: SAGE Publications Ltd.

Catroga, F. (1996). “Ritualizações da História” in *História da História em Portugal sécs. XIX – XX*, (pp. 547 - 671) Lisboa: Círculo de Leitores.

Ferro, A. (1933). *Salazar, O homem e a sua obra*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.

França, J. A. (1966). *A Arte em Portugal no século XIX* (1ª edição, volume II). Lisboa: Bertrand Editora.

Goody, J. (2008). *O roubo da História - Como os ocidentais se apropriaram das ideias e invenções do Oriente*. Editora Contexto. São Paulo.

Henriques, I. C. (2020). *A Descolonização da História. Portugal, a África e a desconstrução de mitos historiográficos*. Caleidoscópio- Edição e Artes Gráficas S.A.

Huntington, S. (1997). *Choque de Civilizações e a recomposição da Ordem Mundial*. Objectiva.

João, M. I. (2002). *Memória e Império – Comemorações em Portugal (1880 – 1960) – Textos universitários das Ciências Sociais e Humanas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Le Goff, J. (1984). História In *Enciclopédia Einaudi*. Volume 1. Memória – História. Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Lévi –Strauss, C. (1987). *Mito e significado*, Edições 70, Lisboa.

Lowenthal, D. (1998). *The heritage crusade and the spoils of history*. Cambridge: Cambridge University Press.

Maldonado - Torres, N. (2007). *On the Coloniality of Being: Contributions to the development of a concept*. London: Routledge.

Manteigas, R. (2015). *Lagos na Rota da Escravatura*. Município de Lagos.

Matos, S. C. (1990). *História, Mitologia, Imaginário nacional - a História no curso dos liceus (1895 a 1939)*. coleção Horizonte histórico. Livros Horizonte.

Ortega y Gasset, J. (1994). *O que é a filosofia? – ensaio*. Edições Cotovia. Lda, Lisboa.

Orwell, G. (2003), *1984*. São Paulo: IBEP

Proença, R. (1927). *Guia de Portugal - Estremadura, Alentejo e Algarve*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Ribeiro, A. P. (2018). “O Impossível Museu” In *Memoirs Filhos de Império e pós memórias europeias*. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Said, E. (1998). *Orientalismo - O Oriente como Invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.

Santos, B. S., Menezes, M.P. (2018). *Epistemologias do Sul*. Coleção CES: Almedina.

Torgal, A. P., Ferreira M.T. (Org.) (2005). *Algarve Todo o Mar – Coletânea*, Publicações Dom Quixote. Lisboa.

Periódicos:

Catroga, F. (1990), “O culto cívico de D. Pedro IV e a construção da memória liberal” In *Revista da História das Ideias* vol. 12, Faculdade de Letras, Coimbra.

Dussel, E. (2000). *Europe. Modernity and Eurocentrism*. *Nepantla: Views from the South*, 1 (3).

Fesich, M. T., (2006). *Eurocentrism and International Thinking - a brief introduction* In *Politikon, Special Issue - Old New and Future Europe*, *The IAPSS Journal of Political Science*, vol. 12.

Godinho, V. M. (1947). “Comemorações e História (A descoberta da Guiné)” in *Vértice*, n. 63, Novembro - Dezembro (p.73 - 79) Lisboa: Seara Nova.

Kraushaar, M. (2006). *The European Union a stepping stone to a further integration or rather a Eurocentric fortress?* In *Politikon, Special Issue- Old New and Future Europe*, *The IAPSS Journal of Political Science*. vol. 12.

Liebl, J. (2006), *Eurocentrism vs International Thinking* In *Politikon, Special Issue- Old New and Future Europe*, *The IAPSS Journal of Political Science*, vol. 12, p. 26.

Löwy, M. (2011). “A contrapelo”. *A concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940)*. *Lutas Sociais* (2ª sem. de 2010 e 1ª sem. de 2011). São Paulo.

Oliveira, A.P.D. “*Do esquecimento à pacificação e da memória à redenção*” In *Revista de História das Ideias* (no prelo).

Paul, B. (2006). *Eurocentrism – A Hidden, but Hot Topic*, In *Politikon, Special Issue - Old New and Future Europe*, *The IAPSS Journal of Political Science*, vol. 12.

Perius, O. (2009). *Walter Benjamin: considerações sobre o conceito de História*. *Tempo da Ciência* (16) 32. (2º semestre 2019).123-135.

Santos, A. A. (2011). *A ONU e as Resoluções da Assembleia Geral de 1960*. In *Relações Internacionais*. n.º30 junho. Lisboa.

Santos, B. S. (2007), “Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes” In *Novos Estudos - CEBRAP* n.79 Nov. São Paulo.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300004

Shore, C. (2000). Creating the people’s Europe: symbols, history and invented traditions. In *Building Europe; the cultural politics of European integration* (pp.40-65). London/New York: Routledge.

Souza, L. S. de. (2006). Contribuições da Semiótica de Peirce para os estudos da narrativa. *Caligrama (São Paulo. Online)*, 2(1).
DOI: [10.11606/issn.1808-0820.cali.2006.64589](https://doi.org/10.11606/issn.1808-0820.cali.2006.64589)

Van Houton, H. (2005). The Geopolitics of Borders and Boundaries. *Geopolitics*, Routledge, pp.672–679. DOI: 10.1080/14650040500318522

Working Paper:

Henriques, I. C.(2015). Colonialismo e História. WP (Working Paper) 132. CESA Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina. Apoio da FCT.

Endereços electrónicos:

Convenção de Faro:

<https://www.coe.int/en/web/culture-and-heritage/faro-convention>

Declaração de Québec (2008) - sobre a preservação do *Spiritu Loci*

<https://globalherit.hypotheses.org/tag/espirit>

Entrevista a Boaventura Sousa Santos:

<https://www.pucrs.br/revista/ecologia-de-saberes>

Sobre a exposição *Mar Novo*:

<https://www.publico.pt/2017/12/02/culturaipilon/noticia/um-mar-novo-nunca-navegado-1794497>

Arlindo M. Caldeira citado em “A última escrava portuguesa morreu em Lisboa nos anos 1930”:

<https://rr.sapo.pt/2017/03/25/pais/a-ultima-escrava-portuguesa-morreu-em-lisboa-nos-anos-1930/noticia/79112/>

Tratado de Lisboa:

https://www.parlamento.pt/europa/Documents/Tratado_Versao_Consolidada.pdf

Arquivo histórico da Presidência da República:

Imagem do Programa das cerimónias comemorativas do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique:

<https://www.arquivo.presidencia.pt/viewer?id=11115&FileID=119842>

Imagem do projeto do Monumento ao Infante D. Henrique em Sagres (1935):

http://tribop.pt/TPd/Monumento_Sagres

Sobre a Exposição “Mar Novo” e Imagens do projeto Mar Novo (1954)
<https://www.publico.pt/2017/12/02/culturaipilon/noticia/um-mar-novo-nunca-navegado-1794497#&gid=1&pid=9>

Imagens de “O Muro de Sagres” Artigo do Expresso, 8 Setembro, 1990, pág. 36 e 37 in Blog de Alexandre Pomar:

https://alexandrepomar.typepad.com/alexandre_pomar/2009/12/sagres-um-%C3%BAltimo-concurso.html

<https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2020/03/escravo-nao-escravizado-por-mauricio-da-silva-dorneles-e-niltonmullet-pereira/>

Imagens do “cemitério” do Vale da Gafaria retiradas do Museu digital afroportuguês:
<https://musedigitalafroportugues.wordpress.com/sobre/reino-do-algarve/o-cemiterio-de-escravos-de-lagos/>

Programa DiVaM – Dinamização e Valorização dos Monumentos - 2021:
http://www.monumentosdoalgarve.pt/files/Prog_Divam_2021_PT.pdf

Artigos de jornal e outros documentos:

Diário Ilustrado de Lisboa, 7 de agosto de 1960,

Diário de Lisboa, 5 de março de 1960

Maria Manuel Batista, in *Jornal de Letras*, nº 1313, 27 janeiro a 9 de fevereiro de 2001. O pensamento pós colonial de Eduardo Lourenço.

António Mega Ferreira, in *Expresso revista*, 25 de maio de 1996, p.99 e100.

Programa Estratégico da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses (1996, p.2).

Prefácio de Pedro Canavarro (1983), editor Presidência do Conselho de Ministros, Comissariado para a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, Lisboa, pp. 20-21

Vídeos:

Bhabha, H. 2012 - Entrevista a Homi Bhabha na Bienal de São Paulo
<https://www.youtube.com/watch?v=ym2dPYqIvmA>

Appiah 2016, “Culture”. BBC Radio4 - Reith Lectures 2016. Available as podcast and transcripts.
<https://www.bbc.co.uk/programmes/articles/1M31JT5Jn7CnJKms1XZ3nXb/is-there-such-a-thing-as-western-culture>

Santos, B. S. 2012, - Entrevista a Boaventura Sousa Santos (projeto ALICE) sobre as Epistemologias do Sul:
<https://www.youtube.com/watch?v=URgY9H2NvZM>

Arquivo RTP: Preparativos para as Comemorações henriquinas, na Fortaleza de Sagres:
<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/preparativos-para-as-comemoracoes-henriquinas/>



Trabalho realizado com o apoio da Câmara Municipal de Vila do Bispo

ANEXO – Tabela Síntese sítios MPE